

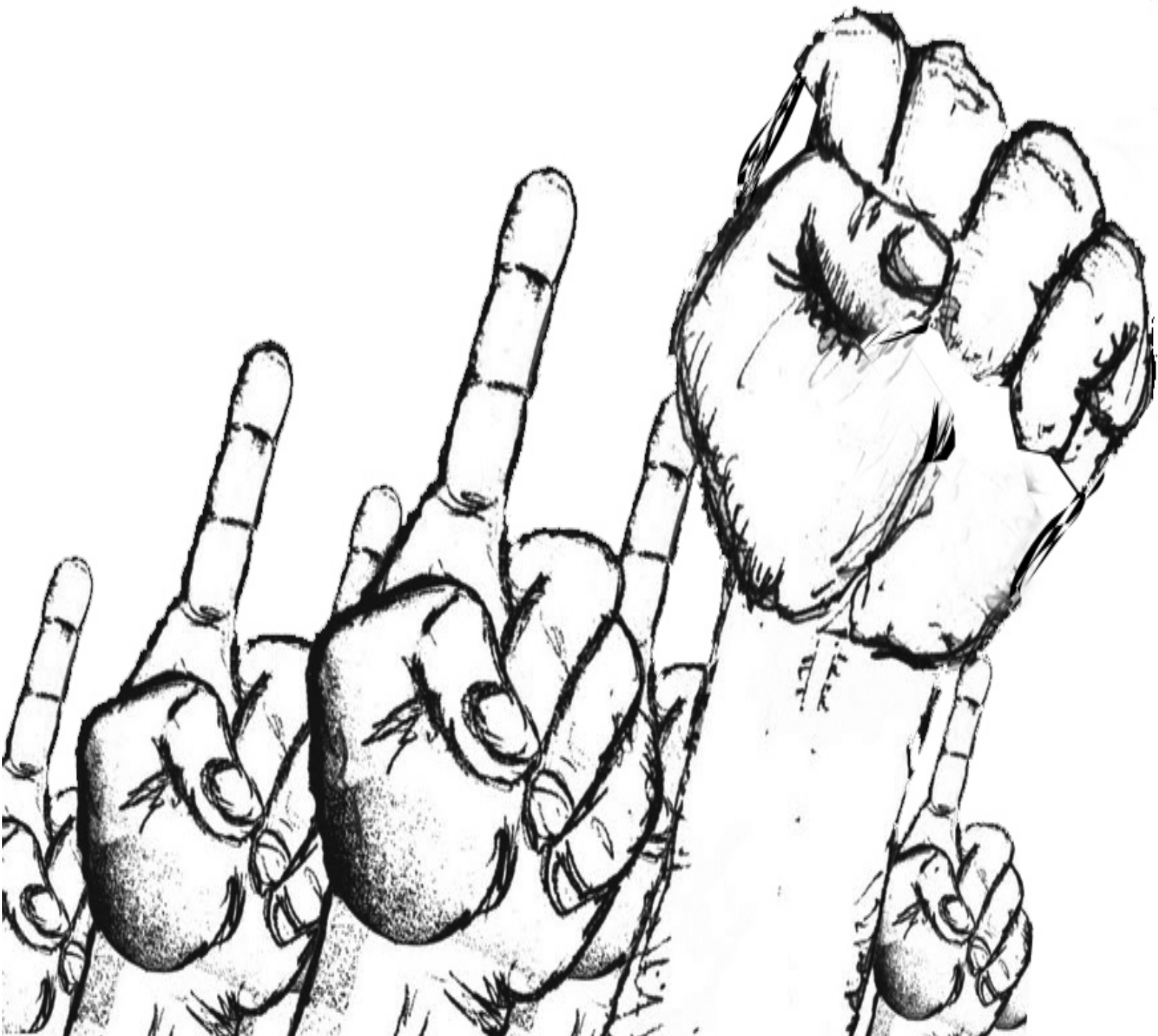


EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
Gestão 2010-2011

# CADERNO DE DEBATES

## VOLUME XIII - 2011

*“A Licenciatura Ampliada e as Lutas do MEEF”*





**CADERNO DE DEBATES**  
**VOLUME XIII**  
**JULHO DE 2011**



**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES**  
**DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**GESTÃO 2010-2011**

## Sobre o Ofício de Construir Estrelas e os Riscos das Verrugas

Eis minhas mãos:  
não tenho porque esconde-las,  
ainda que, por teimosia,  
tragam verrugas nos dedos  
por apontar estrelas.  
Este é o nosso ofício:  
cavalgar verdades cadentes,  
eternos/caducos presentes  
que comem a si mesmos  
mastigando seus próprios dentes.

Assim são estrelas:  
tempo que tece a própria teia  
que o atrela, cavalo que cavalga  
a própria sela.

Distanciamento  
Objeto  
Estranhamento  
Espera  
como pintor ensandecido  
que reprova a própria tela.

Este é o nosso ofício,  
este é o nosso vício.  
Cego enlouquecido,  
visão por trevas tomada  
insiste em apontar estrelas  
mesmo em noites nubladas.

Ainda que seja por nada  
insisto em aponta-las  
mesmo sem vê-las  
com a certeza que mesmo nas trevas  
escondem-se estrelas.

Enganam-se os que crêem  
que as estrelas nascem prontas.  
São antes explosão  
brilho e ardência  
imprecisas e virulentas  
herdeiras do caos  
furacão na alma  
calma na aparência.

Enganadoras aparências...

Extintas, brilham ainda:  
Mortas no universo  
resistem na ilusão da retina.

Velhas super novas  
pontuam o antes nada  
na mentira da visão repentina.

Sim  
são infiéis e passageiras.  
Mas poupem-me os conselhos,  
não excludo os amores  
por medo de perdê-los.

Os que amam as estrelas puras  
tão precisamente desenhadas  
fazem para si mesmos  
estrelas finamente acabadas.

Tão perfeitas e irreais  
que não brilham por si mesmas  
nem se sustentam fora das bandeiras  
e do branco firmamento dos papéis.  
Assim se constroem estrelas puras  
sem os riscos de verrugas.

Cavalgarei estrelas  
ainda que passageiras  
pois não almejo tê-las  
em frio metal  
ou descartável plástico.

Simplesmente delas anseio  
roubar a luz e o calor  
sentir o vento fértil de seu rastro  
tocar, indecente,  
meu sextante no seu astro  
na certeza do movimento  
ainda que lento, que corta a noite  
desde a aurora dos tempos.

Eis aqui minhas mãos:  
não tenho receio de mostra-las,  
antes com verrugas que  
em bolsos guardadas.

Eis minhas verrugas,  
orgulho-me em tê-las,  
é parte do meu ofício  
de construtor de estrelas.

Gastarei as verrugas  
na lixa da prática,  
queimarei as verrugas  
com o ácido da crítica  
e aprenderei com as marcas  
que as estrelas se fazem ao fazê-las  
por isso são estrelas.

(Mauro Iasi)



## Nominata Nacional

**Coordenação Geral:** Vinicius Brasil (UFSM) e Vivi Portela (UFRGS)

**Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão:** Luiz Carlos Machado "Monstro" (UFRJ) e Marcius Minervinni Fuchs (UFSM)

**Coordenação de Imprensa e Divulgação:** Brenner (UFC) e Leonardo Gonçalves "Panda" (UERJ)

**Coordenação de Finanças:** Marcel Segalla "Osama" (USP) e Jonathas Carvalho (UFMA)

## Nominatas Regionais

### REGIONAL 1

Daniella Góes (USP)  
Danilo Lopes (CEUNSP)  
Felipe Cruz (USP)  
Gabriela Sartori (UFSCar)  
Marcela Darido (USP)  
Micheli Ferrari (UFSCar)  
Patrícia Carvalho (USP)

### REGIONAL 2

Alex "Nem" (UFRJ)  
Carlo (UFF)  
Elielsom (UFRJ)  
Everton (UFES)  
Everton (UNIABEU)  
Leandro/Conca (UFRuralRJ)  
Kadu (UFRuralRJ)  
Leonardo (UFJF)  
Felipe (UFJF)  
Rafael (UFES)  
Raíssa (UFRJ)  
Tauan (UFF)  
Thiago (UFF)

### REGIONAL 3

Aislan (UEFS)  
Eison UEFS  
Isaura Galvão (UFPE)  
João Paulo (UFS)  
José Maurício Araújo Lima (UEVA)  
Julierme Sales (UFBA)  
Laryssa Sampaio(UECE)  
Lucas Corrêa Macêdo (UFS)  
Fabrício (UFC)  
Naiara (UFBA)

### REGIONAL 4

Aminadabe (UEPA)  
Ana Cecília (UEPA)  
Ciro (UEPA)  
Iaci Jara (UFMA)  
Laryssa (UEPA)  
Letícia (UEPA)  
Márvia Costa (UFMA)  
Rafael (UFPA)  
Rayanne Passos (UFMA)

### REGIONAL 5

Weberson(UFG)  
Paula(UFG)  
Laís(UEG)  
Daniel(UEG)  
Luara UFG CATALÃO

### REGIONAL 6

Caroline Roque (UFSM)  
Guilherme Strümer Lovatto (UFSM)  
Mariama Ribeiro Ferreira (UFSC)  
Mariano Moura Melgarejo (UFSC)  
Marina El Hajjar Meneghel (UFRGS)  
Maurício da Silva Cesar (UFRGS)  
Saulo Testa (UEM)  
Willian Fernando Batista (UFPR)

# SUMÁRIO

5 **Editorial**

A Licenciatura Ampliada e as Lutas do MEEF

9 **O Movimento Estudantil de Educação Física Conjuntura Atual**

*Vinicius de Moraes Brasil e Marcel Segalla*

19 **As Diretrizes Curriculares da Educação Física: Uma Sistematização Inicial do Acúmulo do MEEF**

*Vivian Portela*

28 **A Educação Física é Uma Só! O Embate Pela Licenciatura Ampliada**

*Jonathas Carvalho de Souza e Geovanna Caroline Zanini Dutra*

37 **História, Balanço e Perspectivas da Campanha “Educação Física é Uma Só! Formação Unificada JÁ!”**

*Guilherme Stürmer Lovatto*

42 **Universidade: Caminhos para o socialismo ou para a barbárie**

*Marcus Minervini Fuchs*

Textos Complementares - ExNEEF - Gestão 2010/2011

59 **Contribuição da ExNEEF ao Debate de Movimento Estudantil: O Rompimento com a UNE e Perspectivas de Avanço e Organização**

68 **Universidade e formação**

71 **Megaeventos: Uma Vitória para a a Classe Trabalhadora?**

Cartas e Campanhas - ExNEEF - Gestão 2010/2011

73 **Carta de Apresentação da Campanha “Educação Física é Uma Só! Formação Unificada JÁ!”**

75 **10 Motivos para sermos a favor da Licenciatura Ampliada**

77 **Somos Todos Professores! Não Reconhecemos o 1º de Setembro**

79 **Aos Professores: 15 de outubro: uma data da classe trabalhadora**

80 **Nota Pública: As opressões e o atual período histórico**

82 **Declaração da ExNEEF sobre o estado de violência instalado no RJ**

83 **Nota de Repúdio à MP 520**

85 **Notas e Moções de Apoio às Lutas no Brasil1**



# Editorial

*A ExNEEF é a entidade representativa dos estudantes de educação física a nível nacional, a qual completa 19 anos nesse ano, e tem 4 bandeiras históricas de luta – Ser contrária a regulamentação da profissão; Ser contrária as atuais Diretrizes curriculares da Educação Física, Ser contrária a contra reforma universitária e defender o projeto histórico socialista. Entendemos que a Educação Física é uma área do conhecimento que deve se situar no contexto da luta de classes e contribuir com a construção do projeto histórico de sociedade da classe trabalhadora.*

*Essa é a XIII edição do caderno de debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF). O caderno de debates é um material produzido pela ExNEEF, com o objetivo de sistematizar os debates que permearam as gestões da entidade, trazendo o acúmulo que o Movimento teve e socializando a partir da confecção desse material.*

*Essa é uma política importante para o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), pois além de centralizar debates específicos da área e gerais, se caracteriza como um material formativo, que chega aos Diretórios e Centros Acadêmicos, apresentando a ExNEEF, as discussões que fazemos e as nossas bandeiras de luta, as quais são: defender a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica e Socialmente Referenciada, contra a atual Reforma Universitária; defender a Licenciatura Ampliada como proposta de formação em educação física; ser contrário a Regulamentação da Profissão e o Sistema CONFEF/CREF, a favor da Regulamentação do Trabalho e; colocar-se junto a classe trabalhadora na defesa do projeto histórico de sociedade socialista.*

*Nessa edição o caderno trata centralmente da licenciatura ampliada. Assim, defendemos uma formação humana que contribua para o livre desenvolvimento das possibilidades e capacidades humanas. Uma formação que se coloca contrária a atual divisão curricular existente entre Licenciatura e Bacharelado e formulada a partir das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais que fragmenta o conhecimento entre ciências sociais e naturais, os estudantes e os trabalhadores. Defendemos assim, uma formação baseada na Licenciatura Ampliada, que compreenda a Educação Física identificada com o ato pedagógico com os elementos da cultura corporal e comprometida com a transformação social.*

*Ser contrária a Regulamentação da Profissão, em defesa da regulamentação do trabalho. A nossa área foi dividida entre aqueles que trabalham dentro das escolas e aqueles que trabalham fora dela. Essa divisão não se sustenta política nem cientificamente, e, é consequência da atuação do sistema CONFEF/CREFs que age justamente como braço dos patrões, isto é, explora e divide os trabalhadores. Somos contrários ao sistema CONFEF/CREFs, portanto não defendemos a regulamentação da profissão. Pela Regulamentação do trabalho!*

*Ser contrária a contra reforma universitária que consiste em cortes sistemáticos de verbas para a educação no sentido de precarizar as universidades públicas de nosso país e assim abrir espaço cada vez maior para a iniciativa privada. A contra reforma universitária foi passada de forma fatiada no intuito de desmobilizar os setores de luta. Sendo assim, o PROUNI, as Parcerias Público-Privadas, a Lei de Inovação tecnológica, o SINAES/ENADE, o Novo ENEM e principalmente o Decreto do REUNI serviram para colocar o ensino superior público de nosso país ajoelhado para lógica do lucro, tratando a educação cada vez mais como mercadoria.*

*Defender o projeto histórico socialista como alternativa a sociedade em que vivemos, sociedade esta ancorada na propriedade privada e na divisão do trabalho, o que gera desigualdades sociais, violência e a opressão dos indivíduos. Acreditamos ser através das mobilizações que conseguiremos conquistar nossas vitórias rumo a uma sociedade sem exploração. Nesse momento de crise econômica mundial, onde o capitalismo tenta jogar os prejuízos desta crise em cima dos trabalhadores e da juventude vemos em todo o mundo mobilizações surgindo para resistir a todos os ataques aos direitos historicamente conquistados, que o digam a juventude e os trabalhadores de Egito, Tunísia, Grécia, Espanha e muitos outros países, que protagonizaram lutas não vistas há décadas e em muitas delas saíram vitoriosos, inclusive derrubando regimes de décadas. Esses são exemplos de que só a luta muda a vida.*

*A defesa e luta cotidiana por essas bandeiras é construída dia a dia pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, que compõe o MEEF, e essa construção não se dá dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE), e isso não é a toa. Desde 2008, a EXNEEF, após anos de debates e acúmulo, declara sua ruptura com a UNE por entender que esta entidade não está mais ao lado dos estudantes, ao contrário, passou de mala e cuia para o lado do governo, defendendo todas as suas políticas. A UNE se burocratiza cada vez mais, processo que ocorre desde o início da década de 90, mas é justamente com a entrada do governo Lula/PT que a UNE se decide por trair de vez os estudantes e acaba sendo cooptada pelo governo que em troca financia a entidade com quantias milionárias. Para sermos conseqüente com nossas bandeiras históricas precisamos avançar na construção do novo movimento estudantil e para isso não podemos repetir os mesmos erros e métodos complicados pelo velho movimento, só consolidaremos o novo movimento estudantil a medida que derrotamos e aniquilamos o velho, e esse processo passa necessariamente por reorganizar o movimento estudantil pela base casando esse processo com as lutas específicas. Infelizmente esse processo está muito atrasado e os instrumentos criados não são capazes de responder as tarefas colocadas e em muitas vezes reproduzem os vícios do velho movimento estudantil, e, é justamente por isso que a ExNEEF precisa avançar na construção das lutas pautando a necessidade de um novo movimento estudantil, combativo, autônomo e independente.*

*Por entender que uma entidade deve estar na base dos estudantes, que a ExNEEF nesse período se dedicou a construir a campanha da Formação Unificada. E foi no desenrolar da campanha que vimos diversas ações se realizando, organizando CAs, DAs e coletivos e assim construindo a Executiva no dia a dia. As ações contaram com atos, textos e até um plebiscito, e no final de mais uma gestão vimos inúmeras vitórias por todo país, sinal de que necessitamos avançar na luta pela unificação de nosso curso, pela derrota das atuais DCNs e pela aprovação da Licenciatura Ampliada como proposta unitária de formação. O ENEEF 2011 ganha um peso maior por ser no local em que aconteceu a maior vitória de nossa campanha, foi na UFSM que tivemos a primeira unificação dos cursos de educação física posterior a organização da campanha. Os estudantes de Santa Maria mostraram que através das mobilizações é possível sim avançar e conquistar vitórias em nossa formação, e, é justamente pelo exemplo dado pelos companheiros que a vitória em Santa Maria não pode ser encarada como apenas dos estudantes de lá, mas sim como uma vitória de todo o MEEF. Avancemos cada vez mais em nossa campanha pela formação unificada.*

*Entendendo que o movimento estudantil não está isolado da sociedade como um todo, o texto que abre o caderno de debates é um texto que se propõe a entender o momento histórico em que nos encontramos. Dialogando com a especificidade da área, trazemos os textos sobre as diretrizes*



curriculares, a licenciatura ampliada e a campanha, que são sistematizações do acúmulo do MEEF sobre esses temas. Por fim, e não menos importante há também o texto de movimento estudantil.

Nesse Caderno, além dos textos centrais colocamos em anexo notas e textos da gestão que representam o acúmulo e o simbolismo das lutas do MEEF nesse período recente. Debates como os efeitos dos megaeventos esportivos em nosso país, as lutas em que nossa entidade participou e/ou se solidarizou, sistematizações e exemplos de nossas lutas. Vale a pena conferir e resgatar as lutas que nossa entidade construiu.

Desejamos a todos uma ótima leitura, capaz de impulsionar a análise crítica da realidade social capaz de possibilitar avanços significativos nos processos de organização e reivindicação estudantil. Que estas sistematizações sejam lidas, avaliadas e se tornem armas nas mãos estudantis em suas lutas cotidianas!

## ***Força na Luta! A Luta é pra Vencer!***

“O presente não engendra automaticamente o futuro através de uma dinâmica fatal ou espontânea: o futuro precisa lutar para nascer, para assumir uma feição determinada; precisa enfrentar criticamente o presente. E os rebeldes, que sentem na consciência o sopro vivo dessa luta, têm boas razões para rejeitar a admoestação dos conservadores e o discurso que os conchama a acolher uma versão mistificadora da "sensatez"; eles sabem que a acomodação a uma situação de opressão, de exploração, e de miséria é certamente menos sensata do que a revolta contra os opressores, os exploradores e os aproveitadores da miséria.”

(Leandro Konder)



# O Movimento Estudantil de Educação Física e a Conjuntura Atual

Vinicius de Moraes Brasil<sup>1</sup>  
Marcel Segalla<sup>2</sup>

## *Introdução*

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física vem elencando sempre em seus espaços a importância de constantemente analisarmos a conjuntura e estabelecer uma criteriosa avaliação da luta de classes, identificando os atores sociais que se colocam em enfrentamento, como representantes das duas classes antagônicas Burguesia X Proletariado.

Neste sentido que de fato é pertinente um breve texto contendo uma análise dos atuais processos de luta desencadeados pelo enfrentamento entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, identificando as táticas que os movimentos sociais de luta estão delineando neste atual momento de crise do capital e de inúmeros ataques a classe trabalhadora.

Desta maneira colocamos que o atual período de refluxo da classe trabalhadora em relação às lutas sociais, e o acirramento da luta de classes através da crescente retirada de direitos sociais dos trabalhadores, pós-crise de 2008, é essencial para que nos coloquemos em movimento novamente, e possamos desta forma definir caminhos alternativos ao que está posto hegemonicamente, podendo, por conseguinte avançar na reorganização da classe trabalhadora, paripasso com o despertar da consciência de classes da mesma. Sempre apontando para o horizonte histórico de construção da sociedade socialista.

Ao remetermo-nos a realidade identificamos a caótica situação em que vive a humanidade. São mais de um bilhão de pessoas passando fome no mundo segundo a (FAO). A devastação da natureza se intensifica a cada dia, tornando cada vez mais freqüente as catástrofes naturais, potencializadas pela crescente espoliação do capital em relação ao meio ambiente. A eclosão da crise econômica em 2008

demonstrou que é mais do que necessário a derrocada do capital, pois, vem colocando o preço da crise nas costas dos trabalhadores, que em nível mundial se colocam em marcha nas ruas contra a retirada dos direitos sociais do trabalho, como no caso dos países europeus como Grécia, Irlanda, Portugal, Itália, França, Inglaterra. E também contra regimes governamentais ditatoriais que impõe a população condições indignas de vida, como no caso dos países árabes, que representam um importante território na geopolítica mundial. E assim como a América latina tem sido historicamente subordinados às políticas imperialistas, principalmente sob o jugo norte americano.

Entretanto, necessitamos analisar a realidade não através da superficialidade de seus acontecimentos, mas sim, partir de um olhar mais aguçado apoiado dentro de um método científico que nos permita desvendar os caminhos que a humanidade vem delineando há séculos e que contraditoriamente estão acabando por levá-la a barbárie. Sendo assim, analisamos a realidade a partir da teoria social do materialismo histórico dialético desenvolvido por Marx e Engels e tido até hoje como a ciência do proletariado.

Portanto, necessitamos a partir de agora de uma análise da estrutura social em que estamos inseridos, de que forma se constitui e quais os caminhos que nos aponta, para que desta forma possamos alinhar nossas estratégias e táticas rumo à construção da sociedade para além do capital como nos afirma (Mészáros, 2003).

## ***Sociedade Capitalista: Organização Social Estrictamente Subordinada ao Capital***

Para compreendermos a dinâmica da sociedade capitalista necessitamos nos remeter ao que nos torna humanos, ao que é comum e exclusivo de todos os seres humanos, ou seja, o trabalho, para Marx In Netto & Braz, (2008, pg.

31);

[...] O trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem, uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção de favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais.

Neste sentido, o trabalho configura-se como a relação metabólica entre homem e natureza que a partir disto o homem ao transformar a natureza, transforma a si próprio desenvolvendo capacidades físicas e psíquicas que lhes dão a condição de domínio dos meios naturais, ou seja, o homem a partir de então não necessita mais depender das intempéries da natureza para garantir sua sobrevivência, pois a coloca a seu serviço. Configura-se dentro desta relação o que Mészáros, (1995 apud, Antunes, 2009, pg.21 e 22) denomina de mediações de primeira ordem;

“esta dimensão do trabalho se constitui enquanto as mediações de primeira ordem, cuja finalidade é a preservação das funções vitais de reprodução individual e societal, e

têm as seguintes características definidoras:

1) Os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza; 2) Eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a qual pertencem [...] baseados em um intercâmbio sem mediações com a natureza (como fazem os animais), regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que este comportamento instintivo possa ser.”

Dentro deste mecanismo brevemente explicitado é que o homem passa a desenvolver seus instrumentos de trabalho e conseqüentemente as forças produtivas. Intensificando assim o processo de trabalho, e configurando dentro da história da humanidade, as mais diferentes formas de organização social que temos conhecimento, dentre elas a sociedade primitiva, modo de produção asiático, escravismo, feudalismo e o capitalismo (Lessa e Tonet, 2008).

Frente a esta dinâmica social é que no processo de desenvolvimento da humanidade verificamos que nem sempre o trabalho foi materializado desta forma, e que principalmente a partir da divisão da sociedade em classes sociais, algo que remonta a milhares de anos, é que o homem passa a explorar o próprio homem. Na medida em que as relações de troca se ampliam frente ao surgimento do excedente de produção, temos a aparição de classes sociais, erigindo assim as mediações de segunda ordem.

O que segundo Mészáros (1995 apud, Antunes, 2009) acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos feiticizadores e alienantes do controle social metabólico, acrescenta ainda que a constituição do sistema de capital seja idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem. Obviamente que estamos falando aqui de algo que se desenvolve dentro de um longo decurso de tempo, que compreende milhares e milhares de anos.

Portanto desde que as relações sociais estiveram submetidas às mediações de segunda ordem e segundo Mészáros paripasso ao desenvolvimento do capital, a luta de classes

imperou e apenas se travestiu de diferentes formas, que atingem no capitalismo a organização histórica de produção mais desenvolvida, ou seja, uma extraordinária estrutura de acumulação de capital custe o que custar. Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar o novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca, no qual o trabalho deve subsumir-se realmente ao capital (Mészáros apud Antunes, 2009, pg. 23).

Com o surgimento do capital as diversas formas de organização social se subordinam a sua lógica expansionista, e passa a desfigurar a dimensão ontológica do trabalho (Lukács, 1978), tornando o trabalho alienado e fetichizado, algo estranho ao próprio trabalhador, que se vê no processo produtivo separado do produto de seu trabalho, que agora pertence ao dono dos meios de produção.

Entendendo o capital como uma relação social remetemo-nos a seguinte citação de Netto e Braz, 2008, pg. 98;

“o capital significa uma mescla da utilização da força de trabalho com os meios de produção do capitalista, que possibilitam a produção de novas mercadorias (novos valores de uso e valores de troca) [...] Vê-se, pois, que o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos, ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas (dinheiro, objetos, mercadorias, etc.) é sempre uma relação social.”

Neste sentido, que a fonte geradora de riquezas no modo de produção capitalista é a extração da mais-valia (lucro) do processo de trabalho que está subordinado ao capital. Também diretamente ligado a produção de mercadorias, objetos dos quais o capitalista consegue extrair constantemente o lucro, através da exploração do trabalho alheio. De que forma se dá esta relação no ambiente de trabalho? Recorremos mais uma vez a uma citação de Netto e Braz (2008), pg. 106;

De fato ao longo da jornada de trabalho, o tempo de trabalho se desdobra em duas partes. Numa delas, o trabalhador produz o valor correspondente àquele que cobre sua

reprodução – é a esse valor que equivale o salário que recebe; tal parte da jornada denomina-se tempo de trabalho necessário. Na outra parte, ele produz o valor excedente (mais-valia) que lhe é extraído pelo capitalista; tal parte denomina-se tempo de trabalho excedente. A relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece a magnitude da taxa da mais-valia que é decorrentemente, taxa de exploração do trabalho pelo capital.

Desta forma que principalmente a partir da revolução industrial a intensificação da produção e a cientificização do processo produtivo possibilitaram um grande desenvolvimento das forças produtivas, e uma grande acumulo de capital, porém este montante pertencente à classe dominante, ou seja, a burguesia detentora dos meios de produção.

Este longo processo de acumulação encontra maior fluidez a partir da organização dos modelos de produção, potencialmente disseminados a partir da segunda década do século XX. Os modelos Taylorista e Fordista estruturado nos princípios da administração científica pautavam-se pela racionalização do trabalho e a divisão de tarefas. Em que a automatização do processo produtivo proporcionou a produção em larga escala. Gerando um crescente aumento nos lucros dos capitalistas, que obtiveram seu auge de acumulação de capital nas décadas de 50 e 60, período este conhecido como os anos dourados do capitalismo.

No entanto, estes modelos de produção, não obtiveram êxito no momento em que a demanda de seus produtos diminuíram, principalmente após a crise do petróleo desencadeada, conjuntamente com uma crise de superprodução, em que a saturação dos mercados requeria uma retração na produção, o que o Taylorismo e Fordismo, se mostraram incapazes, pela sua alta taxa de produção em larga escala, o que lhes propicia a baixa nos preços. Sendo assim a crise do capital exigiu dos capitalistas respostas frente à retração das taxas de lucro.

O esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, envolvido na crise da década de 70, e o processo de reestruturação produtiva mantêm relações importantes para a composição do elemento de totalidade da resposta do capital



com vista à recuperação do seu ciclo reprodutivo e recomposição dos patamares de acumulação, na tentativa de superar sua crise estrutural. Neste sentido o Taylorismo/Fordismo foi substituído pelo Toyotismo, ou acumulação flexível, em que a produção se dá a partir da demanda. Tendo assim o controle sobre o estoque (Kamban). O enxugamento e a automatização da mão de obra são características deste modelo que exige um trabalhador extremamente polivalente e flexível.

### ***A Crise Contemporânea do Capitalismo e o Acirramento da Luta de Classes:***

A conjuntura atual do capital é fruto de sua crise estrutural (Mészáros, 2003), a qual a partir da década de setenta, acabou por limitar as possibilidades humanizatórias dentro do sistema de metabolismo social do capital, acabando por afetar profundamente todas as dimensões da vida na sociedade capitalista, em que nas crises anteriores tínhamos perspectivas de superação dentro daquilo que gerava a própria crise, a exemplo de 1929, onde a crise de superprodução se resolveu a partir de soluções dentro deste próprio setor. No entanto para Mészáros (2003), a crise da década de setenta se concretiza como a crise estrutural do capital, pois manifesta seus limites absolutos:

Conforme Mészáros:

“a absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irremediável expansão — o segredo do irresistível avanço do capital — trouxe consigo, também, uma intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio-histórica do capitalismo burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do sistema do capital em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas conseqüências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável.”

Entendemos assim, que para compreendermos a crise atual devemos buscar suas raízes históricas, desvendando desta forma,

as saídas que o capital tomou para se recompor na sua última grande crise, pois são exatamente estas saídas que se configuram como a origem da crise atual.

A crise da década de setenta, conhecida como a crise do petróleo, foi mais que uma crise de superprodução, pois atingiu diretamente as mais diversas esferas da vida humana. O estado de bem estar social, mesclado com o binômio Taylorista/Fordista, que juntos foram responsáveis pela fase de ascensão do capitalismo, os “anos dourados.” Acabaram impulsionando um grande crescimento econômico após a maior destruição de forças produtivas da história da humanidade provocada pelo próprio homem a II grande Guerra. Dando condições após seu término um período de crescente consumo e aumento nas taxas de lucro, e também o distanciamento dos EUA como a grande potência mundial.

No entanto, as conseqüentes quedas nas taxas de lucro posterior demonstram que a ilusão não demorou a acabar; e começando declinar: entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1%, e no Japão, de 26,2 para 20,3% [...] nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior; entre 1971 e 1973 dois detonadores anunciam que a ilusão do “capitalismo democrático” chegava ao fim: o colapso do padrão de ordenamento financeiro mundial [...] e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela organização dos países exportadores de petróleo/OPEP, (Netto & Braz, 2008, pg. 213). Todos estes fatores atrelados a baixa do consumo mundial acabaram por colocar em cheque a ilusão do Welfare State.

Neste sentido, que as grandes indústrias da época que conseguiam produzir em larga escala e baixar os custos, foram aos poucos sucumbindo diante da falta de mercado consumidor e da crescente resistência do movimento operário. A partir disto vivenciamos um novo período de recomposição do capital, o qual para Antunes (2009) se configura como uma resposta a expressão fenomênica da crise estrutural do capital, pois inseriu na nova composição econômica mundial, a ideologia neoliberal, e o modelo de produção Toyotista como resposta a



queda das taxas de lucro, sendo que a estrutura do capital se manteve intacta.

Atrelado a este movimento vivenciamos neste momento um período de Ascenso dos movimentos sociais a nível mundial, entre eles o movimento operário, estudantil, da luta contra o racismo, movimento feminista, etc. Movimentos estes que reivindicavam melhores condições de trabalho, e de vida questionando a ordem mundial vigente, acentuando desta forma a luta entre capital e trabalho, e conseqüentemente modificando a correlação de forças na luta entre burguesia e proletariado, (Antunes, 2009).

Os grandes capitalistas, representantes da burguesia mundial em resposta a esta conjuntura começam a buscar saídas ao cenário que se desenhava. E uma das medidas favoráveis a isto é que os capitalistas possuíam grandes montantes de capital na forma monetária nesta época (dinheiro) fruto dos anos dourados do capitalismo, porém com a demanda decaindo cada vez mais, o investimento direto na produção acabava por ser ineficiente para o enfrentamento, e a saída da crise do capital.

Entretanto à medida que os capitalistas adotam são o estímulo ao setor financeiro, surgindo daí grandes corporações financeiras mundiais. Atrelado a este processo, começam a dar início ao processo de desterritorialização das indústrias do centro do capitalismo, se inserindo na periferia mundial, buscando mão de obra barata, e que não estivesse nas ruas reivindicando melhores condições de trabalho. Este movimento acaba por acentuar o crescimento da terceira fase do capitalismo, o imperialismo (Lênin), pois coloca a economia mundial nas mãos dos grandes monopólios mundiais que agora tem o domínio econômico do globo.

A nova era da produção avança com o Toyotismo aliado ao desenvolvimento da robótica e da microeletrônica que por sua vez, acabam por enxugar a fábrica, substituindo o “trabalhador coletivo” próprio do modelo Taylorista/Fordista. Este movimento acentua o desemprego e põe novas condições de trabalho, em que a predominância do emprego precarizado, terceirizado e desprovido de direitos trabalhistas, próprio do que alguns autores denominam de subemprego. Ocasionalmente desta forma uma “nova morfologia da classe trabalhadora”, esta por sua

vez, mais fragmentada, heterogênea e complexificada (Antunes, 2009, pg. 93).

A ideologia neoliberal se encaixa perfeitamente para a conjuntura que acaba por se configurar abrindo caminhos no plano ideológico para a consolidação das políticas imperialistas e conseqüentemente contribuindo para a recomposição do capital e suas taxas de lucro. No sentido de quebrar com toda e qualquer conquista social dos trabalhadores e conseqüentemente os resquícios do Welfare State. Para (Netto e Braz, pg. 227, 2008).

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do estado: o estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reformas(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.

Obviamente o estado continua sendo essencial para a expansão capitalista, de fato não se trata aqui do fim do estado, porém, a diminuição das funções reguladoras do estado frente à relação capital e trabalho, em que a nova configuração se dá em um estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Os trabalhadores sofrem um duro ataque do capital a partir da década de setenta, o que acaba por desorganizar a classe, sendo sua resistência incapaz de conter o avanço da reestruturação do capital. Várias lutas sociais se colocam contrárias a este movimento como na Inglaterra a organização dos trabalhadores conseguem dar uma resposta ao Thatcherismo, no Brasil principalmente na década de noventa, que com Collor e FHC o projeto neoliberal entra profundamente no projeto político do país, e os trabalhadores aos poucos conseguem reverter este quadro. No entanto, dentro do cenário mundial estas e outras lutas travadas isoladamente não

conseguem dar um caráter unitário e alternativo ao novo projeto político desenvolvido pelo capital em sua fase monopolista.

Em 2002 o povo brasileiro consegue eleger o primeiro operário presidente da república, infelizmente, o governo Lula/PT chega ao poder através de uma política de concessões ao capital internacional e aliança a setores conservadores, fazendo com que a vitória eleitoral se converta em derrota na consolidação de um governo operário, que desde a carta ao povo Brasileiro lançou mão de atender as necessidades dos trabalhadores e passou a governar para os grandes monopólios mundiais, confundindo a classe trabalhadora brasileira, que sofreu um forte impacto ao ver seu representante cooptar-se pela política neoliberal.

Desta maneira o capital avança nas mais diversas dimensões da vida humana e passa a gerir o que antes se configurava como direitos sociais, a exemplo da saúde, da educação, da habitação e os direitos trabalhistas. A educação pública se torna cada vez mais sucateada passando para as mãos da iniciativa privada que hoje dentro do ensino superior encontra um grande mercado consumidor e já representa mais de 80% das IES do país. Tendo apoio das políticas governamentais como o PROUNI, programa governamental que destina dinheiro as empresas de ensino, para que as mesmas distribuam suas vagas ociosas aos alunos advindos de famílias com baixa renda, ao invés de abrir vagas nas universidades públicas que ainda contam com programas de assistência estudantil.

As pedagogias do Aprender a Aprender (Duarte, 2001) advogam pela continuidade e legitimação do projeto neoliberal, educando uma geração que desde criança aprende a competir, a exaltar o individualismo, a aprender a aprender, futuros trabalhadores que se amoldem a nova ordem mundial própria do subemprego, do trabalho terceirizado sem seguridade alguma, e que coloca o trabalhador numa crescente lógica profissionalizante, em que a qualificação profissional é tudo e se hoje não tem emprego é porque o trabalhador é desqualificado, mera falácia.

É contra esta lógica colocada que a classe operária junto aos movimentos sociais que vivem um período de refluxo se coloca em marcha, na luta pela reforma agrária, na luta pela redução da jornada de trabalho, pela deposição de ditadores

no oriente médio, contra a retirada de direitos na Europa pós-crise de 2008, que arranca os resquícios do estado de bem estar social dos trabalhadores e que no Brasil se coloca contra as MP's 520 e 525 e o projeto neoliberal do governo Dilma/PT para a Universidade brasileira, nas ruas contra o corte de 50 bilhões de reais que afetam diretamente amplos setores da economia, entre eles a educação e os reajustes salariais dos trabalhadores e contra o congelamento de 10 anos de salário do funcionalismo público e o aumento abusivo nas grandes capitais da tarifa dos transportes.

O movimento estudantil não foge a regra da cooptação dos demais movimentos sociais, tendo sua entidade histórica UNE cooptada pelo governismo e completamente aparelhada pela sua direção majoritária, que hoje representa nada mais nada menos do que um braço do ministério da educação no movimento estudantil. Observando este amoldamento a ordem vigente, que a ExNEEF entidade representativa dos estudantes de educação física em 2008 rompe, após fomentar a discussão na base estudantil, com a união nacional dos estudantes, e passa a demandar suas forças a reorganização do ME para que possamos dar respostas à altura aos ataques desferidos contra a classe trabalhadora, assim como, resgatar os princípios da classe como a alternativa histórica ao capitalismo o projeto histórico socialista.

A EXNEEF vem travando uma importante batalha no campo da formação, em que desde 2004 a fragmentação curricular da Educação Física acabou por colocá-la a serviço da nova ótica do capital alimentando ainda mais o subemprego, pois agora, somos bacharéis e licenciados, aqueles jogados no mercado de trabalho do fitness, no campo da promoção da atividade física e saúde, e estes no campo escolar cada vez mais sucateado e permeado pela lógica privatizante. Desta forma o capital impõe a Educação Física à divisão dos trabalhadores que hoje se colocam na disputa entre si mesmos, para saber quem atua aonde, enfraquecendo a profissão e a unidade trabalhista tão necessária em tempos de aumento significativo da miséria e da precariedade das relações trabalhistas.

Neste sentido que há alguns anos o MEEF vem discutindo um projeto de formação que venha a atender realmente os trabalhadores da área, e tem

a conclusão de que sem dúvida alguma este projeto está representado pela licenciatura ampliada, que busca na organização curricular através dos complexos temáticos apontar como perspectiva a formação omnilateral, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão e ter a docência enquanto identidade profissional. Resgatando a unidade entre os trabalhadores da área que somente assim poderão dar respostas concretas a nova ótica degradante colocada para educação física brasileira, defendida pelo sistema CONFEF/CREF, representante maior da burguesia dentro de nossa profissão.

***Século XXI uma década de aprofundamento neoliberal: Trabalhadores de Todo o Mundo Uni-vos!***

Fazendo um balanço de uma década de século XXI salientamos que os ataques desferidos pelo capital se aprofundaram numa proporção avassaladora, no Brasil temos a greve nas IFE's em 2001 que se colocava contrária a privatização das universidades federais. Contanto com o ano de 1996, 1998, 2000 e 2001 somam-se quatro greves que garantiram que os ataques promovidos desde Collor até FHC fossem negados pelo movimento sindical “Em todas essas greves, nossas reivindicações se mantiveram inalteradas nos seguintes itens: carreira nacional; defesa da Universidade Pública; concurso público, com liberação das vagas existentes; agenda autonomia universitária; defesa dos Hospitais Universitários; contra a terceirização e contratos temporários; defesa do Plano Nacional de Educação, além da reposição das perdas salariais dos períodos”.

Em 2001 é também a vez da bancarrota na argentina, crise que acirra os ânimos da classe operária argentina que se coloca em marcha nas ruas e depõe o presidente Fernando de la Rúa a partir da mobilização dos piqueteiros que se insurgiram contra o crescente desemprego e a crise financeira mundial que demonstrava sinais já nos Estados Unidos, confirmando que os trabalhadores argentinos não queriam pagar pela crise.

No Brasil a partir de 2002 com a ascensão de Lula/PT ao poder, não precisou mais que um ano para ver na prática o que estaria por vir, em que a reforma da previdência passada a toque de caixa pelo presidente seguia diretamente a cartilha do

FMI e do consenso de Washington, abrindo a seguridade social para a intervenção do capital financeiro (banqueiros). Contando infelizmente com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que demonstrava seus claros sinais de cooptação.

A reforma universitária aprovada através de sucessivos decretos desde 2004 consolidam no ensino superior as indicações do banco mundial. Formulada por um grupo de trabalho interministerial nomeado pelo governo, ataca diretamente a principal função social das universidades, ou seja, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o que fica altamente prejudicado com uma expansão que prevê metas no mínimo absurdas para as IFE's, como aprovação de 90% dos alunos, média de 18 alunos por professor, e também conta com pontos como a criação dos centros de excelência, e a lei de inovação tecnológica que abre as universidades para o capital privado, atrelando a produção científica para o mercado de trabalho, e, além disso, não propõe a produção de novas tecnologias e sim inovar aquilo que vem de outros países, principalmente o que já é no centro do capitalismo obsoleto.

O movimento estudantil combativo e de luta se coloca contrário a todas estas medidas que significa o desmonte do ensino superior público no país, se organizando por fora da UNE, entidade que apoiou todas as medidas do governo, demonstrando seu amoldamento à ordem e enterrando o que ainda restava dos áureos tempos de resistência a ditadura militar. Frente a isto o ME se organiza por fora da UNE, através da frente nacional de luta contra a reforma universitária e em 2007 decidiu por fazer a ocupação das reitorias, se colando na luta contra a reforma universitária de Lula/PT/BM.

Em 2009 no sentido de buscar uma alternativa a União Nacional dos Estudantes, acontece o Congresso Nacional dos Estudantes que tinha por objetivo a criação de uma nova entidade. A Nova entidade foi fundada então, em junho de 2009, Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL). Vários problemas são apontados na realização do congresso, setores do ME se retiram da plenária, porém o que nos interessa aqui é apontar como a esquerda combativa e de luta vem se organizando durante

esta década.

Sentindo a necessidade do resgate da unidade a esquerda socialista convoca o congresso da classe trabalhadora em 2010, buscando unir forças para conseguir estabelecer uma plataforma de lutas em torno da atual conjuntura e também tendo em vista as eleições de 2010. No entanto mais uma vez a tentativa de unidade acaba não se concretizando na prática e o congresso sai com poucas perspectivas de avanço em relação ao estabelecimento de uma plataforma unificada de lutas, assim como a criação de uma nova central sindical.

A esquerda socialista não consegue sequer garantir unidade para derrotar os oito anos, agora doze anos de Lula/Dilma/PT, e dentro dos pleitos eleitorais acaba por sair fragmentada com candidaturas próprias que no conjunto das eleições acabam por fortalecer ainda mais a polarização da disputa eleitoral entre PT X PSDB.

A crise econômica e financeira mundial de 2008 desencadeou diversos processos de lutas no mundo inteiro, em que as lutas da classe trabalhadora européia são exemplos de resistência contra a retirada dos direitos sociais do trabalho. A crise de 2008 acabou por jogar no olho da rua cerca de 800 milhões de trabalhadores em todo mundo, jogando milhares de trabalhadores para baixo da linha da miséria, sendo estes mais de um bilhão em todo o globo terrestre. A injeção de dinheiro público para salvar os bancos demonstrou que não existe capitalismo sem estado e que o estado é mínimo para os trabalhadores, sendo assim um estado de classe, um estado burguês.

A exemplo disto temos a vinda dos mega eventos para o Brasil, olimpíadas em 2016 e copa do mundo em 2014, eventos estes que serão construídos com dinheiro público que poderia estar sendo investido em educação, saúde, moradia, saneamento básico. Somente os mega eventos no país terão a destinação de cerca de 25 bilhões de dólares por parte dos cofres públicos, se compararmos com os jogos pan americanos que tinham a previsão de gastos em 400 milhões e terminaram com um rombo de 4 bilhões de reais, aumento de 1000% do orçamento inicial, teremos uma bagatela destinada aos grandes empreiteiros mundiais e aos senhores dos anéis do esporte mundial.

São vários fatos que marcam este início de

século, entre eles não podemos esquecer a luta dos trabalhadores do campo que na luta pela reforma agrária vem a cada dia a entrega do campo brasileiro as grandes multinacionais que espoliam o solo nacional colocando o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, concedendo aos países centrais do capitalismo todas nossas riquezas naturais em troca de parques postos de trabalho, que em muitos casos temos resquícios de escravidão.

Os desastres naturais cada vez mais freqüentes a nível mundial e local dão sinais do esgotamento do planeta frente a destruição capitalista das forças produtivas, são milhões de pessoas atingidas pelas mudanças climáticas, em que as grandes potências são as principais responsáveis pelo desmatamento e a sucção de combustíveis fosseis para a produção de energia. Observamos que o novo código florestas em discussão no congresso significa um retrocesso em relação ao já caducada código florestal brasileiro, e legitima a invasão estrangeira em nosso solo, assim como, não resolve a questão das construções irregulares nas margens dos morros.

### *A Primeira Década do Século XXI e a Necessidade de Superação do Capitalismo*

Com o fechamento da primeira década do século XXI ao pincelarmos alguns acontecimentos podemos identificar uma clara subordinação da periferia mundial em relação ao centro do capitalismo. Subordinação esta que coloca principalmente os países da América latina como reféns de uma política que tem suas diretrizes construídas pelas potências imperialistas e que utilizam todo seu aparato bélico, econômico e ideológico a serviço da sua perpetuação.

A visita de Barack Obama ao Brasil coloca em pauta o plano de reestruturação capitalista frente à bancarrota estadunidense pós-crise de 2008, fomentando o debate entre a distribuição e comercialização das enormes jazidas de petróleo presentes no pré-sal que compreendem uma área de 160 mil Km<sup>2</sup> e vão do ES à SC. Configurando-se como fontes maiores que as estadunidenses e hoje se encontram dentro dos planos do Tio San. Com certeza Obama veio desfrutar das benesses oferecidas pela lei 9478 de iniciativa de FHC (1997), que quebrou o monopólio estatal da



exploração e produção do petróleo no Brasil, e abriu o capital da Petrobrás, (privatizou-a parcialmente ao vender 30% de suas ações na bolsa de NY). Atualmente existem 72 grupos econômicos privados atuando no país, entre eles as transnacionais Shell e Repsol.

O governo brasileiro em contra partida aceita o que é de praxe, ou seja, o rendimento as políticas imperialistas para o país, creditando esperança em um desenvolvimento social democrático que em uma década somente aumentou os lucros dos banqueiros e com suas medidas de alívio da miséria (bolsa família, bolsa escola, etc.) geraram dados estatísticos favoráveis a este tipo de política de entrega dos recursos naturais do país, próprios do PT.

Dentro desta década fica também evidente o avanço bélico americano que colocou seus tentáculos praticamente em todas as regiões estratégicas para a continuidade do imperialismo norte americano, fomentando guerras que a partir dos atentados as torres gêmeas encontram a justificativa de combater o terrorismo mundial, promovido por países que hoje utilizam energia nuclear. Sendo que o único país do mundo que promoveu tamanha brutalidade foi os EUA no ataque as cidades de Hiroshyma e Nagasaky, com as suas bombas atômicas que os revelaram como os maiores terroristas da história mundial.

Neste sentido que hoje na América latina temos mais de vinte bases militares americanas que na justificativa de combater o narcotráfico tem pistas de aterrizagem capazes de comportar o maior bombardeiro do mundo B-52, além disso, o investimento bélico dos EUA de 1947 a 1989 daria para construir outro país da dimensão dos EUA com um PIB de 8,2 trilhões de dólares e se o pentágono fosse um país estaria hoje entre os 15 maiores do mundo, pois o atual orçamento militar dos EUA chega a 700 milhões de dólares por ano, sendo superior ao investimento realizado por todos os países do globo juntos.

Estes elementos conjunturais reforçam a tese do capitalismo dependente, em que os países da periferia mundial devem estar completamente subordinados a nova divisão social do trabalho que nos coloca sem dúvida como os grandes fornecedores da matéria prima mundial, pois o centro capitalista já degradou e esgotou suficientemente suas riquezas naturais, e está na

hora de voltar às colônias mundiais para abrir um novo caminho e dar continuidade a sangria das sociedades “subdesenvolvidas” e que dentro do capitalismo contemporâneo está fadada a sua inteira subordinação se não encontrarem alternativas fora do capitalismo, (Boron, 2010).

É destas alternativas que enquanto movimento social que visa transcender a ordem capitalista rumo ao socialismo que devemos nos agarrar, no sentido de buscarmos novas alternativas de reconstrução dos princípios que irão delinear nossa atuação no cenário político mundial, de forma que possamos nos apresentar como uma alternativa clara aos trabalhadores que sucumbem frente aos constantes ataques desferidos pelo capital.

Este conturbado início de século começa aquecendo as turbinadas da luta de classes, em que as diversas manifestações da classe trabalhadora a nível mundial demonstram que os trabalhadores não estão dispostos a continuar aceitando as luxúrias do capital em troca de sua crescente miséria, abrindo caminhos para a construção do novo, que não deve negar os exemplos históricos aos quais temos referência, porém temos que ter clareza que o novo virá em substituição do velho e não como sua cópia idêntica, pois a conjuntura muda o grau de destruição do planeta é outro e a luta de classes necessita de lideranças que saibam fazer esta leitura.

Portanto para o Movimento Estudantil de Educação Física situamos como essencial a luta dentro dos marcos da reorganização do movimento estudantil, que hoje perpassam pela destruição do ideário neoliberal no campo ideológico, e também do resgate de nossas bandeiras históricas. Além do que buscamos na especificidade do movimento a criação de uma unidade concreta dos trabalhadores dando importância à significativa luta que viemos travando em relação à formação de professores em EF, a qual defende a licenciatura ampliada, que compreende uma concepção de homem, de mundo, dentro do referencial teórico marxista que tem como sua principal expressão a transformação da sociedade capitalista em socialista.

Entendendo que a luta na especificidade não significa um isolamento do conjunto dos movimentos sociais que se encontram em marcha pela derrocada do capital, mas sim uma luta de

reconstrução dos ideários revolucionários a partir da base, construindo de forma coletiva e concreta, alternativas viáveis e passíveis de articulação unitária dentro do campo mais geral, no sentido de que possamos no período que vislumbra reconstruir a unidade classista em torno da revolução proletária.

### Notas

1. Professor de Educação Física – Bacharelado e Graduando do curso de Educação Física Licenciatura (UFSM); Coordenador Geral da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.

2. Acadêmico de Educação Física Bacharelado (USP); Coordenador de Finanças da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.

3. Disponível no sítio:  
<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

4. Notícia retirada do site  
<http://www.ufrgs.br/jornal/agosto2001/greve.html> às 19h09min horas do dia 16/03/11.

5. Dados extraídos do texto, Os EUA: A economia da destruição e a terapia de choque. Encontrado neste sítio:  
[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=104:os-estados-unidos-a-economia-da-destruicao-e-a-terapia-de-choque&catid=43:imperialismo](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=104:os-estados-unidos-a-economia-da-destruicao-e-a-terapia-de-choque&catid=43:imperialismo)

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo L.C. A Dialética do Trabalho. São Paulo, SP. Editora: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo L.C. Os sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação

do Trabalho. São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L.C. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

DUARTE, Newton. Vigotski e o “Aprender a Aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2001.

LUKACS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do Homem. In Temas de Ciências Humanas, nº 4, 1978, p.8.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. Introdução a Filosofia de Marx. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. O Século XXI: Socialismo ou Barbárie. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma Introdução Crítica. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2008.



# As Diretrizes Curriculares da Educação Física: Uma sistematização inicial do acúmulo do MEEF

Vivian Portela<sup>1</sup>

As Diretrizes curriculares Nacionais (DCN) são orientações que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem seguir na formulação dos currículos de diversos cursos, para que esses cursos sejam aprovados e reconhecidos pelo Ministério da Educação. Esse texto deve tratar das diretrizes curriculares específicas da Educação Física, para compreender melhor a origem dessas diretrizes e o contexto que estamos inseridos, é importante fazer uma breve retomada histórica, de como e porque as Diretrizes gerais e as Diretrizes específicas da Educação Física surgiram.

As Diretrizes Curriculares surgem de uma reforma educacional que se inicia na década de 90. Essa reforma não se dá só nos marcos educacionais, faz parte da reorganização do próprio Estado brasileiro em diferentes âmbitos, e é proposta para que a Educação e o Estado, como um todo seja, segundo Taffarel, sintonizado com a nova forma de organização do Estado e da produção para que a manutenção e reprodução do sistema capitalista esteja assegurada: O Neoliberalismo.

Tendo a certeza de nossa limitação e que essa será uma síntese inicial, destacamos alguns princípios que caracterizam o neoliberalismo, para que a partir dessa inicial aproximação possamos estabelecer relações com as Diretrizes Gerais e específicas da Educação Física. Destacamos então: a) a desresponsabilização do Estado e culpabilização do sujeito/indivíduo, b) a ideologia neoliberal e c) a flexibilização da produção.

O capitalismo, vinha da chamada “idade de ouro”, período de grande ascenso das economias e grande acumulação de capital. A produção era em grande escala, mesmo sem demanda, se produzia para ter grandes estoques. A chegada da crise da década de 70 modifica a conjuntura da época, não havendo mais espaço para uma produção baseada em estoque, inicia-se a produção de acumulação flexível. A indústria como um todo passa a ser mais flexível, as fábricas passam a produzir uma

variedade maior de produtos, as terceirizações surgem nessa época, o mesmo trabalhador passa a desempenhar mais tarefas do que desempenhava antes, ou seja, necessita se adaptar as mudanças dentro da fábrica. O trabalhador deve se adaptar a nova forma de organizar o trabalho, por isso sua formação será também flexibilizada, para conseguir dar respostas a nova ordem do capital, veremos isso nas Diretrizes de forma bem nítida.

O Estado, sob o Neoliberalismo, deve ser máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores, isso é, máximo para intervenção na economia em favor das empresas, para manutenção das bolsas de valores, sociedades anônimas, bancos e etc. E mínimo na garantia de direitos sociais para a população, para isso passamos por uma onda de privatizações das empresas estatais, cortes de gastos com bem ditos “sociais” (saúde, educação, segurança, etc), e ataques aos direitos dos trabalhadores.

O Estado não tem mais responsabilidade sob os direitos sociais, pois não garante as condições mínimas de sobrevivência para o trabalhador. Isso porque, com um Estado enfraquecido, que não tem serventia – saúde, educação, transporte, saneamento, segurança não funcionam – para a grande maioria da população. Gerando uma lógica de que o Estado não deve ser cobrado seja por atos, protestos ou manifestações: que não deve ser disputado em eleições. Ou seja, não há possibilidade de melhora da vida dos trabalhadores a partir do Estado, ou a partir de uma solução coletiva, só há melhora por esforço individual. Isso serve para justificar as privatizações e incentivo a injeção de capital privado no setor público.

Essa individualização dos sujeitos faz parte de todo aparato ideológico do neoliberalismo, responsabiliza o indivíduo, e o culpa pelas desigualdades do sistema capitalista: se o sujeito não tem emprego, a culpa é sua; se o sujeito vive abaixo da linha da pobreza a culpa é sua, pois há oportunidades para todos. Esses são

alguns discursos que ouvimos por aí, e que quando olhamos com mais cuidado e analisamos a sociedade capitalista, compreendemos que não há emprego e oportunidades para todos: a pobreza, a miséria e o desemprego são necessários ao capitalismo.

A ideologia Neoliberal nos diz, a todo o momento, que não há solução para os problemas da sociedade fora do capitalismo – é a tese do fim da História de Fukuiama – que cada um é responsável por si, e com esforço individual todos conseguirão seu lugar ao sol. Sabemos que não é assim, que não há espaço no capitalismo para igualdade, liberdade e justiça. Com Lula/PT esse quadro piora, com sua eleição e depois reeleição, uma grande parcela da população tinha esperanças que viveriam mudanças estruturais, e apesar do passar do tempo, ainda há trabalhadores que continuam iludidos com essa falácia, a partir das políticas assistencialistas (como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida) e de outras medidas, continuam acreditando que esse governo trás avanços para a classe como um todo; trás melhorias na vida. Outra parcela foi cooptada, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tornam-se braços do governo na continuidade da implementação das políticas neoliberais. Ainda há os que se decepcionaram com as lutas e com a política como um todo, desistindo de se organizar e de se pautar por transformações estruturais na sociedade.

A ideologia neoliberal, ganha um reforço grande com essas propostas de formação de trabalhadores que as Diretrizes se pautam e implementam, isso porque elas interferem diretamente no próprio processo formativo de trabalhadores. Logo mais no texto desdobraremos minimamente essas questões.

### *Um pouco de História: as diretrizes curriculares gerais*

A partir de 1996, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-lei nº 9394/96 (LDBEN), a educação no país passa a ser reformulada, e é nesse contexto que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Educação Física são propostas.

A partir da LDBEN, coloca-se a

necessidade de criação de DCN para todos os cursos de Graduação. Em 1997, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) aprova o parecer CNE/CES nº 777/97 com o objetivo de orientar a elaboração de DCN. No mesmo ano, a Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC) publicou um edital, convocando as Instituições de Ensino Superior (IES) a enviarem propostas elaboradas de DCN dos Cursos de Graduação, as IES formularam propostas e uma Comissão de Especialistas de cada área sistematizaria essas propostas, essa comissão seria nomeada pelo MEC.

Até então, a formação nos cursos de graduação era normatizada pelos currículos mínimos, que eram válidos para todo o país. Os currículos mínimos estavam sendo um problema no contexto da época, pois acarretavam grande número de disciplinas obrigatórias para que se mantivesse um padrão de igualdade dos cursos no país. E como vimos, a partir de Taffarel, entendemos que a educação brasileira passava por um período de adaptação as novas necessidades do capital, refletindo na necessidade de uma formação superior mais flexível e aligeirada, antagônica aos currículos mínimos, além da necessidade de deixar a formação mais maleável às transformações do mercado de trabalho. Para Taffarel, as DCN vêm no bojo das adequações necessárias para que o Brasil se adequasse a nova ordem do capital, a partir da reestruturação do ensino superior brasileiro proposta por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A necessidade de formular DCN e adaptar a educação brasileira a uma nova concepção é reflexo de uma necessidade de reordenamento na formação dos trabalhadores. No parecer CNE/CES nº 67/2003 coloca-se que as DCN servem:

“de referência para as instituições organizarem seus programadas de formação, permitindo maior flexibilidade e priorização de áreas do conhecimento na construção de currículos plenos. Ademais devem também induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento,

possibilitando ainda definir múltiplos perfis de profissionais”.

Percebemos, a partir desse discurso, a flexibilização da formação. Flexibilização dos currículos para que o mesmo englobe conteúdos, com criação de disciplinas, que estejam no bojo de necessidades do mercado, ou seja, a formação não é mais orientada pelas necessidades dos conhecimentos centrais da área para atuação no mundo do trabalho, mas sim quem dita os novos conteúdos e disciplinas são as oscilações desse mercado. Forma-se para a instabilidade, para a insegurança e não para a vida, para lidar com os conhecimentos gerais e específicos de cada profissão no mundo do trabalho.

Prioriza-se algumas áreas do conhecimento na formação, o capital estabelece determinados conhecimentos, mais ou menos importantes para a formação. A brecha que se abre para as diferentes formações e habilitações são a expressão de uma formação aligeirada e descomprometida com as demandas sociais, como os cursos tecnológicos e também os que especializam a formação já inicialmente, assim como também os cursos à distância.

Ainda, no mesmo parecer:

“as DCN preparam o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional”

Nesse trecho conseguimos identificar a lógica da formação para a adaptabilidade, ou seja, formar o trabalhador para moldar-se as necessidades do capital, formando-o para adaptá-lo as diferentes lógicas de formação e de exploração do trabalho, além de também expressar a perspectiva de manutenção da ordem, pois não propõem uma formação para a transformação da sociedade. O trabalhador dentro dessa lógica, não deve organizar-se e lutar por mudanças no mundo do trabalho, mas sim adaptar-se rapidamente a essas mudanças e responder prontamente aos chamados do capital.

Segundo TAFFAREL, as “diretrizes estão centralizadas em dois aspectos: na natureza dos cursos e na concepção de professor que deve ser formado.”. A natureza dos cursos diz respeito à modalidade de formação graduação em bacharelado ou licenciatura. Muitas áreas foram

“divididas” após a nova LDBEN e as diretrizes específicas, e segundo Savianni (2009) é uma dualidade superficial, pois não há elementos que justifiquem essa divisão. O que novamente remete à adequação da formação de trabalhadores no Brasil a nova ordem do capital, e não demandas da classe trabalhadora, pois se divide no processo formativo os formuladores/pesquisadores da área dos aplicadores que estarão nas escolas.

Quanto à concepção de professor a ser formado, vinculamos ao debate amplo de concepção de educação, de mundo e de homem, e especificamente concepção de Educação Física. Não podemos debater e pensar nossa formação específica da Educação Física e geral de trabalhadores sem analisarmos a realidade e perceber que, dentro do sistema capitalista, não há espaço para uma formação que desenvolva todas as capacidades da humanidade, essa convicção leva nossas discussões para o debate de projeto histórico. As DCN's atuais têm um papel na conjuntura que vivemos que é o de formar trabalhadores mais flexíveis e adaptáveis ao mercado, mas também cumpre um papel de manutenção do status quo, pois não forma trabalhadores para compreender a realidade e transformá-la.

Com o discurso de inovação e autonomia para as IES – que não existia na época da formulação dos currículos pelo currículo mínimo – se omite a responsabilização do Estado, para com a formação de trabalhadores, pois joga para a IES essa tarefa de formulação dos currículos do curso. Além de não estabelecer conhecimentos essenciais a qualquer área de formação, porque se organiza a partir de competências e habilidades que o aluno adquire – ou não – durante o tempo de graduação.

### *As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas da Educação Física.*

A primeira comissão de especialistas em Educação física (COESP-EF), que foi designada pela SESu/MEC, tinha como tarefa discutir, sistematizar e definir uma nova proposta de DCN's, a partir daquelas enviadas pelas IES (foram 24 IES que enviaram propostas). Essa primeira comissão decidiu manter as linhas gerais de formação contidas na Resolução nº 03/87. Essa

proposta foi criticada e reformulada a partir de reuniões com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e dirigentes de cursos de graduação em Educação Física.

No final de 1999, a nova proposta, que surgiu a partir das reuniões com esses setores, foi enviada para o Conselho Nacional de Educação. Logo depois, no início de 2001, foi aprovado o Parecer nº009/2001, que trás diretrizes para os cursos de graduação de licenciatura de Formação de Professores da Educação Básica, de nível superior. Essas DCN abrangem também a formação para professores de Educação Física, mas não falam da especificidade dos cursos de graduação em bacharelado.

Depois desse novo Parecer, o CNE chamou discussões novamente para todas as áreas que tivessem a dicotomia Licenciatura/Bacharelado. Na área da Educação Física, o CONFEF aproveitou seus fóruns regionais para formular propostas de Diretrizes, e todas elas, com exceção do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, foram apontando a desvinculação da formação que era única para a formação em licenciatura e bacharelado. Após essa movimentação teve uma reunião em que a COESP-EF e o CONFEF apresentaram propostas de DCN's.

Desse espaço encaminhou-se que a proposta da COESP-EF seria aprimorada pela do CONFEF/CREF's. Resultando no Parecer CNE/CES nº138/2002, que foi aprovado em 3 de abril de 2002. Após essa aprovação houve muitas manifestações contrárias por parte do CBCE, da ExNEEF, do Fórum de Nacional Dirigentes dos cursos de Educação Física e de especialistas estudiosos da área, pois esse Parecer direcionava a formação somente para a área da saúde.

O parecer foi revogado pelo CNE e nomeou-se uma nova comissão de especialistas, que tinha como objetivo sistematizar uma nova proposta que avançasse quanto às críticas feitas ao parecer 138/2002. Essa COESP foi composta por dois representantes da área da Educação Física na SESu, por um representante do INEP, por um representante do CONFEF e um representante do CBCE. A ExNEEF foi convidada a participar e negou-se a compor essa comissão, pois entendia que as discussões em torno da formação de professores de Educação Física não devia

acontecer somente na comissão e também por ter a compreensão de que essa comissão formularia uma proposta de DCN baseada em consensos entre os setores interessados.

A nova proposta foi elaborada pela COESP, e em reuniões entre diretores e coordenadores de cursos de Educação Física pelo Brasil, sem discutir com estudantes, professores, técnicos administrativos, a comunidade como um todo.

Em fevereiro de 2004, é aprovado o parecer CNE/CES nº 58/04, que resgata a história da formulação das DCN's para Educação Física e propõe as DCN da área. E em março de 2004, esse parecer torna-se a Resolução nº 07 de 2004, que institui as DCN's da área.

O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), após essa aprovação, continua suas discussões e sua luta contra as DCN's. Em julho de 2004, o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (XXV ENEEF) foi em Brasília, e como ato público do encontro, ocupou-se a sede do CNE. A ocupação tinha como pauta a revogação que instituiu as DCN (nº 07 de 2004) e a reabertura de discussões, dessa vez de forma democrática, sobre propostas de Diretrizes.

As DCN's não foram revogadas, contudo o movimento obteve como vitória o apoio do MEC para a realização de espaços que discutissem a formação em EF e as DCN's – os Seminários Nacionais Interativos de Diretrizes Curriculares.

Desde então o MEEF realiza espaços de estudo e debate sobre a formação. Esses espaços são Encontros Nacionais, Regionais, Conselhos Nacionais e Regionais, e Seminários.

O MEEF é contrário as atuais DCN's da Educação Física, não só por entender que todo o processo de discussão e proposição foi conturbado, aligeirado e sem representatividade real, mas também por entender que essas DCN' representam uma reestruturação na formação de professores a partir das necessidades de produção e reprodução do capital.

Abaixo vamos elencar alguns pontos, para facilitar a sistematização de uma crítica inicial as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

### *Concepção de Homem e Mundo*



A concepção de homem e mundo que estão nas Diretrizes, serve à manutenção e reprodução do capital. O Egresso que é proposto pelas Diretrizes é um professor que não forma-se para transformar a realidade que encontrará, mas sim adapta-se a ela. É uma formação direcionada para a empregabilidade, mesmo o mercado de trabalho não tendo lugar para todos.

Essa concepção de formação aponta para uma formação somente profissional, descartando as outras dimensões da formação humana (política, cultural, científica, etc). Ao apontar somente para uma das dimensões formativas, entende o homem como mera força de trabalho, a ser produzida conforme as necessidades de mercado e depois colocada à venda. Não se preocupa em possibilitar ao sujeito acesso e compreensão dos conhecimentos sistematizados, caracterizando-se como uma formação unilateral, pois só procura formar o sujeito a partir do viés da qualificação profissional.

Não é uma proposta de formação para a vida, que compreenda o ser humano como uma totalidade de capacidades a serem desenvolvidas (MANACORDA), e que deva acessar, compreender e produzir sobre o conhecimento sistematizado. Ao propor uma formação que é somente profissional, fica nítida a ausência de projeto histórico, já que não traz perspectiva de superação das contradições encontradas dentro do sistema capitalista, seja na escola ou fora dela.

A proposta de formação crítica que aparecem nas diretrizes é a de um egresso crítico-reflexivo, ou seja, que critica a realidade superficialmente, reflete sobre os elementos encontrados, mas não se organiza para transformá-la.

### ***Objeto de Estudo – Concepção de Educação Física***

As diretrizes colocam que as diferentes propostas de objeto de estudo para a Educação Física, são disputas apenas por termos de classificação. Esse discurso retira do debate as diferentes concepções de mundo que são bases para as propostas de objetos de estudo. Em síntese, permite a cada Instituição usar o termo que quiser para denominar o objeto, porém a partir da análise de seu conteúdo percebemos que defende como

objeto de estudo, a perspectiva do Movimento Humano (MH).

Ao defender como objeto de estudo o MH desconsidera a historicidade dos conhecimentos envolvidos nas práticas corporais sistematizadas, pois trata a Educação Física como puro e simples movimento, com fim em si – o movimento pelo movimento- e sem historicidade.

O MH, é uma perspectiva de Educação Física que parte de situações que não são concretas, deixando a formação longe da realidade, descontextualizada.

Defendemos a Cultura Corporal (CC) como objeto de Estudo da área, por entender que os elementos relativos à Educação Física foram historicamente construídos e sistematizados pela humanidade. Essa perspectiva leva em consideração a historicidade do conhecimento, tendo em vista que é resultado de uma produção coletiva.

### ***Simetria invertida***

A simetria invertida (FREITAS,2002) é um princípio das Diretrizes, é uma orientação a ser seguida, e significa, aprender a dar aula assistindo as aulas e nos colocando no lugar de nossos professores, reproduzir durante a nossa formação acadêmica o que teremos que reproduzir nas aulas depois.

A simetria invertida esconde uma lógica de reprodução da escola direcionada ao mercado, pois ao dizer que nós, estudantes de Educação Física teremos de agir como nossos professores em aula, é dizer que não transformaremos a prática pedagógica e tão pouco a escola que encontraremos, agiremos como reprodutores de uma escola voltada as demandas do mercado, pois nossa formação na universidade é voltada para o mercado. Serve como consolo aos trabalhadores da Educação, que chegarão as escolas e verão inúmeras contradições, mas ao terem aprendido, dentro da lógica do capital, a lidar com situações prontas, problemas prontos, reproduzirão a escola capitalista.

### ***Formação pautada por competências e habilidades***

A formação pautada nas competências

desconsidera os conhecimentos centrais que devem ser apropriados pelos estudantes, é direcionada somente ao alcance de habilidades necessárias a sua venda da força de trabalho. São competências que servem para formação para que os trabalhadores tenham condições de criar respostas próprias aos problemas encontrados.

A Redução do processo formativo a alcançar ou não as competências propostas e disponíveis é uma redução da formação humana à uma formação somente para atender ao mercado. Segundo Taffarel, o educando assume a responsabilidade individual sobre a sua formação, deixando de lado a concepção e organização de formação e trabalho coletivo. Essa perspectiva gera competição durante o processo formativo, entre os estudantes, pois é tarefa individual a busca pela melhor capacitação para atuar no mercado de trabalho.

### *Fragmentação do conhecimento*

As DCN's potencializam a divisão da formação entre Bacharelado e Licenciatura, pois tomam como referência a divisão dos campos de atuação da formação entre escolares e não-escolares. Mais uma vez, é o mercado que está ditando como devem ser formados os trabalhadores, e não a formação servindo para que os sujeitos se apropriem dos conhecimentos que foram produzidos pela área, para posteriormente atuar no mundo do trabalho.

A cisão entre bacharelado e licenciatura passa por uma dissociação entre forma e conteúdo que não se justifica, pois independente da área que estaremos atuando trabalharemos com os conteúdos e conhecimentos relativos aos elementos da CC, seja a área escolar ou não-escolar. A forma como estaremos trabalhando terá os mesmos elementos e princípios, vamos mudar nossa metodologia de ensino, dentro ou fora da escola.

Além disso, o conhecimento é tratado de forma fragmentada, colocando as competências de forma isoladas a serem alcançadas pelo Egresso, durante sua formação. Sem ter como central o trato com os conhecimentos necessários para a prática docente nos diferentes campos da Educação Física.

Essa dualidade na formação é falsa e não se

sustenta por nenhum outro argumento, a não ser o atendimento as necessidades do capital, de uma diferenciação já no processo formativo dos trabalhadores. Isso contribui para a ideologia neoliberal, ao dividir os trabalhadores em sua formação, antes mesmo de ingressarem no mundo do trabalho, se enfraquece a categoria, pois não nos entendemos todos como professores.

### *Aligeiramento na Formação*

As Diretrizes, também tem objetivo de aligeirar o tempo de graduação, sendo mais flexível. Ao acelerar a formação de professores, reoxigena-se o mercado e a oferta de trabalhadores de forma rápida.

É retirado do estudante o tempo de formação e reflexão sobre o seu processo formativo. Com menos tempo para formação, nós estudantes nos formamos sem condições de análise, compreensão e formulação de práticas diferentes das que tivemos acesso na universidade, formando o futuro professor como mero reproduzidor das técnicas e tarefas pedagógicas (TAFFAREL, 2009). Quanto mais rápido passa o estudante pela universidade, menos gasto, menos reflexão e menos formação em diferentes âmbitos lhe é oferecida, inclusive menos possibilidade de contato com o movimento estudantil.

O aligeiramento da formação vem junto com a especialização precoce. Antes mesmo de construir uma sólida formação, onde se tenha acesso aos conhecimentos da área como um todo, se especializa o futuro professor em determinado campo de atuação. Isso porque, ao especializar se qualifica rapidamente a mão de obra, atacando o trabalhador, pois esse não tem conhecimento do todo de sua área, já que não teve uma formação geral.

Abaixo, elaboramos um quadro, a partir do Texto de Celi Taffarel, com os pontos principais de uma relação que a autora faz entre as Diretrizes curriculares atuais e uma proposta de diretrizes que estivesse de acordo com defesa da perspectiva da classe trabalhadora.



	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais</b>	<b>Proposta superadora</b>
Referências éticas	O capital, o mercado mundializado, a globalização da economia	A luta histórica da classe trabalhadora pela emancipação humana
Justificativa	Sintonizar a universidade com uma nova ordem mundial, sintonia com os paradigmas do mundo moderno	Sintonia com as reivindicações e aspirações das amplas massas, pelas transformações sociais do modo de produção capitalista
Organização do Conhecimento	Por disciplinas de forma etapista	Em ciclos, com critérios relacionados a relevância social
Concepção de formação	Formação etapista, cursos sequenciais, aligeiramento na formação	Formação integralizadora, inicial e continuada, espiralada, totalizante, com uma consistente base teórica
Concepção de Perfil Profissional	Formação por perfil desejado (acadêmico e profissional, dicotomizado), com base nas competências e habilidades ligadas ao mercado de trabalho	Formação por objetivos-avaliação, com base em necessidades históricas, de relevância social, relacionadas ao mundo do trabalho capitalista e à perspectiva de sua superação
Fundamentação Filosófica	Enfoque no perfil, na competência, nas habilidades, no individualismo, na adaptação ao mercado de trabalho	Enfoque nos objetivos-avaliação na formação humana, profissional, com base nas necessidades da transformação social, no mundo do trabalho

Esse quadro explicita as posições antagônicas que estão colocadas nos projetos de formação propostos. As diretrizes atuais reproduzem, conforme tentamos pontuar ao longo do texto, a lógica do capital de formar trabalhadores flexíveis sob a lógica da adaptabilidade, que não acreditam que há possibilidade de mudança na estrutura da sociedade.

O MEEF e a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), debate a formação de professores há 30 anos. Desde os primeiros ENEEF's o debate sobre a formação está em pauta, problematizando e acumulando sobre o assunto. Hoje o movimento organiza e constrói a cada dia, uma campanha (Educação Física é uma só! Formação Unificada Já!), que aglutina forças e propõe a revogação das atuais diretrizes Além disso, defende também como proposta que supera os problemas encontrados, a licenciatura ampliada.

A luta pela revogação das diretrizes curriculares e em defesa da licenciatura ampliada, é importante e necessária ao período histórico que vivemos. A licenciatura ampliada consegue

superar problemas encontrados na formação que temos, centralmente porque tem concepção de mundo e de homem antagônica a vigente. Entende que devemos formar, nas universidades e nas escolas também, os sujeitos que lutarão por uma sociedade justa e igualitária, por meio da sua prática pedagógica diferente e também na organização e mobilização diária pelos avanços rumo a superação da sociedade capitalista.

**Notas**

1. Esse texto foi construído a partir de espaços coletivos de estudos do DAEFi-UFRGS, e busca sistematizar de forma inicial o acúmulo que o Movimento Estudantil de Educação Física tem sobre o debate de formação e das Diretrizes Curriculares.

2. Estudante de Educação Física da UFRGS, Militante do DAEFi UFRGS, Coordenadora Geral da ExNEEF na gestão 2010-2011.

3. O Neoliberalismo surge na década de 40 e é uma reação ao Keynesianismo e ao estado de bem estar social, porém ganha força no início da década de 70, com a necessidade pós crise, de estabelecer novas formas de acumulação e produção. Indicamos como referência Ricardo Antunes e Perry Anderson.

4. Homem, tratado aqui como ser genérico. Homem e mulher, a humanidade.

**Referências:**

ANTUNES, Ricardo. A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e LULA). Campinas - SP: Ed. Autores Associados, 2004.

BRASIL. 1997, Parecer nº 776/97 – Orientação geral para as Diretrizes Curriculares [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces776\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces776_97.pdf)  
[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067\\_03.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf)

BRASIL, 2004. Parecer CNE/CES nº 58/04 – Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces058\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces058_04.pdf)

BRASIL, 2002. Parecer CNE/CES nº 138/2002 – Parecer com a proposta de Diretrizes específicas para Educação Física, retirado após pressão da área. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces138\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces138_02.pdf)

BRASIL, 2001, Parecer CNE/CP 009/2001 - Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de

Nível Superior.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>

BRASIL, 2002, Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)

DAEFI UFRGS Espaço de formação do Grupo de Trabalho Formação de professores (GTCAOS). Fevereiro de 2009.

DAEFI- UFRGS. Grupo de Estudos do Diretório Acadêmico sobre Diretrizes curriculares e Licenciatura x Bacharelado. 2008 E 2009.

DAEFI UFRGS. Proposta de Projeto Político Pedagógico que atenda a Necessidade de uma Formação Única em Educação Física. 2010.

EXNEEF. 4º Seminário Interativo de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Física: Superando a falsa divisão em nossa formação. Março de 2009.

EXNEEF. Gestão 2002/2003. Contribuições para as discussões das diretrizes curriculares de educação física. 2003

EXNEEF. Gestão 2003/2004. Contribuição da ExNEEF para a discussão sobre as diretrizes curriculares dos cursos de educação física. Carta ao Conselho Nacional de Educação. 2003

EXNEEF, Gestão 2006/2007: Reformas do Estado e Mundo do Trabalho. Caderno de Debates, Volume IX. 2007.

EXNEEF, Gestão 2008/2009: O MEEF e as Ocupações de Reitoria de 2007. Caderno de Debates, Volume X. 2008.

NOZAKI, Hajime e QUELHAS, Álvaro. A formação de professores de educação física e as novas diretrizes curriculares frente aos avanços do capital. Revista Motrivivência. 2006

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. 2009

TAFFAREL; Celi. Diretrizes Curriculares para a formação de professores de educação física: a imprescindível unidade teórico-metodológica, o trabalho como princípio educativo, o padrão unitário nacional de qualidade. Rascunho digital. 2009

TAFFAREL; Celi. Propostas pedagógicas em Educação Física: Debatendo a contemporaneidade Epistemológica. Rascunho Digital. 2010.

TAFFAREL; Celi. A Formação profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: O assalto as consciências e o amoldamento subjetivo. Rascunho Digital. 2008

TAFFAREL, Celi. Formação Profissional e as diretrizes curriculares: do arranha a gangrena. Revista Universidade e Sociedade. 2001

# A EDUCAÇÃO FÍSICA É UMA SÓ! O EMBATE PELA LICENCIATURA AMPLIADA

Jonathas Carvalho de Souza<sup>1</sup>  
Geovanna Caroline Zanini Dutra<sup>2</sup>

Este texto se encontra entre os se propõe a debater a questão da formação profissional em educação física. De acordo com a ementa recebida, nos propomos a fazer, primeiramente, um resgate histórico contextualizando as mudanças ocorridas na educação física brasileira até os dias atuais, e posteriormente, um balanço científico e político do que caracteriza a educação física de hoje, a fim de entendermos a função social, determinada pelo capital, dos cursos formadores de profissionais da respectiva área. Por fim, nos preocupamos em apontar os avanços que a ExNEEF teve nos últimos anos com a luta pela formação Unificada.

## *As concepções da Educação Física: Uma rápida retrospectiva*

A educação física foi se constituindo enquanto área do conhecimento ao longo dos anos. Ela surgiu no Brasil com uma concepção Higienista, onde a intenção era se utilizar da educação física para resolver problemas de saúde pública através da educação.

Com a perspectiva de se utilizar do ensino da educação física como uma forma de prevenir doenças e padrões de conduta, para os indivíduos, diante das mais diversas situações, foi possível perceber que a educação física brasileira, durante muito tempo, 'funcionou' como um instrumento de educação das massas. Um instrumento para controle corporal do ser e preparação para o trabalho. (SILVA, 2009).

Com o tempo, depois dos anos de 1930, a preocupação do Estado passa a ser preparar o indivíduo para a luta, para o combate e para a

guerra. Desta forma, a educação física assume uma perspectiva Militarista, na perspectiva de seleção da elite condutora, a fim de contribuir no processo de seleção natural.

Na Educação Física Militarista, a ginástica, o desporto, os jogos recreativos, etc. só têm utilidade se visam à eliminação dos “incapacitados físicos”, contribuindo para uma “maximização da força e poderio da população”. A coragem, a vitalidade, o heroísmo, a disciplina exacerbada compõem a plataforma básica da Educação Física Militarista. (Ghiraldelli, 1997, p. 18)

Com o avanço das políticas do neoliberalismo após a Segunda Guerra Mundial o Estado Nacional, segundo Libâneo (2007), vai assumir o seguinte caráter: “Estado minimalista, com três funções: policiamento, justiça e defesa nacional; projeto de desestatização, desregulamentação e privatização; desqualificação dos serviços e das políticas públicas;” (pág. 88). Ainda de acordo com o mesmo autor, a educação passa a ter um caráter dual, ou seja, preparar as elites burguesas e intelectuais e preparar a classe trabalhadora para as demandas do mercado, formando esta última como mão-de-obra para o trabalho nas indústrias.

Após o período de 1945, a educação física ganha o caráter de Pedagógico. É uma concepção que se preocupa com a juventude que frequenta a escola, onde a educação física assume o papel de educadora, mas diferente das outras disciplinas, a ginástica, a dança, o desporto, etc.,

são meios de educação do alunado. São instrumentos capazes de levar a juventude a aceitar as regras de convívio democrático e de preparar as novas gerações para o altruísmo, o culto a riquezas nacionais etc. (Ghiraldelli, 1997, p.19).

Essa concepção parte de que a educação física se coloca num patamar de neutralidade em relação às lutas sociais. Essa idéia se incorpora na área a partir do desenvolvimento/incentivo do esporte de alto rendimento, no Brasil, onde ganha mais espaço. Durante o período de regime militar advém uma nova concepção para a educação física, a concepção competitivista. Essa perspectiva pauta-se no incentivo a prática das atividades corporais, tendo em vista que deveria servir de analgésico a população, a fim de que estes não se envolvessem com os problemas políticos e econômicos do país.

Apesar de negar, a Educação Física Competitivista é um aríete das classes dirigentes na tarefa de desmobilização da organização popular. Tanto o “desporto de alto-nível”, que é o “desporto-espetáculo”, é oferecido em doses exageradas pelos meios de comunicação à população, como, explicitamente, é introduzido no meio popular através da ação governamental. O objetivo de “dirigir e canalizar energias” nem sempre é dissimulado. A Educação Física Competitivista faz parte, como as outras concepções que precederam esta exposição, daquilo que podemos chamar de ideologia dominante. (Ghiraldelli, p. 20, 1997)

Esse período perdurou até aproximadamente os anos 80, onde a educação física começa a ser rediscutida pelos diversos setores. Nesse movimento, uma parte esquerda da educação física se reúne para formular, a partir de uma dada concepção de mundo e de homem, uma metodologia de ensino para a educação física, baseada na teoria do conhecimento Marxista.

Conforme Bracht (1999), a partir dos anos de 1970, no mundo e no Brasil, passa a constituir-se mais claramente um campo acadêmico na/da EF, campo este que se estrutura a partir das

universidades em grande medida, em virtude da importância da instituição esportiva, já em simbiose com a educação física. A mesma, já como participante do sistema universitário brasileiro, acaba por incorporar as práticas científicas típicas desse meio. Essa conjuntura tomou nova forma, principalmente, a partir da década de 1980.

Em meio a tudo isso, a área da educação física começou a tomar proporções muito maiores, inclusive no campo de trabalho, como o surgimento de várias academias por todo o Brasil. Esse momento consolidou-se como uma expansão significativa da área, no que tange a discussão nas universidades. A educação física seguiu desenvolvendo sua perspectiva pedagógica, constituindo-se aos poucos uma corrente que inicialmente foi chamada de revolucionária, mas que também foi denominada de crítica e progressista (GUIRALDELLI, 1997).

A prática de atividades corporais como possibilidade de uma aprendizagem significativa, tanto no plano intelectual quanto cognoscitivo, foi historicamente subestimando. A década de 1980 se mostra como uma tentativa, que parte dos intelectuais da área, tanto da parte progressista quanto conservadora, de construir uma nova perspectiva/concepção de educação física.

Conforme Taffarel (1993) o início dos anos 80 indica um acirramento no embate ideológico na área da educação física; por um lado, havia os que denunciavam o papel social mitificador e contraditório da educação física voltada para o “bem social” e para a “saúde”, configurando-se como uma ala progressista. E por outro lado, os que defendiam a referência da “aptidão física”, do pensamento médico-higienista e do pensamento militarista, configurando-se como uma ala conservadora na educação física.

Dentro da perspectiva mais conservadora, a principal abordagem que destacamos é a



desenvolvimentista, construída fundamentalmente pelos professores Go Tani e Edison de Jesus Manoel, da USP, e Ruy Jornada Krebs, da UFSM. A idéia central, desta abordagem, é possibilitar ao aluno oportunidades de vivências/experiências de movimento. O que no entendimento dos autores, garantiria o seu desenvolvimento natural, portanto, de modo a atender essa criança em suas necessidades de movimento. Sua base teórica é fundamentalmente a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, e tem como objeto de estudo a área, o movimento humano.

Entretanto, já no campo progressista, a principal abordagem que destacamos, denomina-se crítico superadora. Tal concepção foi organizada por um coletivo que se denominou Coletivo de Autores, onde organizaram o Livro Metodologia do Ensino da Educação Física em 1992. Essa proposta baseia-se, fundamentalmente, na pedagogia histórico-crítica desenvolvida por Dermeval Saviani e na pedagogia crítico-social dos conteúdos, sistematizada por José Carlos Libâneo,

A proposta de abordagem metodológica crítico-superadora caracteriza a cultura corporal como o objeto de estudo da área, onde se busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, dança, ginástica, lutas, esporte, mímica, etc. este conhecimento é sistematizando em ciclos (1º - da organização da identidade dos dados da realidade; 2º da iniciação à sistematização do conhecimento; 3º - da ampliação da sistematização do conhecimento; 4º - do aprofundamento da sistematização do conhecimento), onde se propõe que o mesmo seja tratado de forma historicizada.

Segundo Coletivo de Autores (1992):

Essa perspectiva contribui para a afirmação dos interesses da classe das camadas

populares, na medida em que se desenvolve uma reflexão pedagógica sobre os valores como solidariedade substituindo o individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – emancipação –, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. (p.40)

Destacamos essa abordagem metodológica, pois entendemos que é a mais avançada no que tange a disseminação de conhecimento sistematizado nas aulas de educação física. Defendemos a abordagem crítico-superadora, pois ela se coloca em um patamar significativamente mais elevado/desenvolvido no que tange a perspectiva de classe, em relação às outras abordagens, bem como no que tange a compreensão da função da escola, da educação física e do papel do professor.

A Expressão Corporal como Linguagem, parte da compreensão que nos jogos, esportes, lutas, ginásticas, danças, etc. o homem também se constitui homem e constrói sua realidade pessoal e social.

O homem que joga se torna sujeito jogador e objeto jogado. Ainda que no ato da vivência o homem não tenha a intenção de externalizar a compreensão humana, ele, por ser sujeito de ações condicionadas e/ou determinadas socialmente, termina por expressar algo pela linguagem. No entanto, a linguagem não é só forma/conteúdo de externalização, ela também é de internalização. A linguagem não é apenas comunicação, também é denotação e conotação. A linguagem é ainda estruturação e interação de sujeitos, pois constitui o pensamento humano e estabelece relações entre os homens. (SOUZA JUNIOR, et al, 2009, p.15)

Por isso, mantemos a nossa defesa, de proposta mais avançada, progressista e classista sistematizada na área da educação física, pois é esta que traz os sentidos e significados em tratar os diferentes temas da Cultura Corporal.

É esta concepção de educação física que contribui para a compreensão da educação física pautada na construção de um novo projeto histórico. Nessa perspectiva, os trabalhadores da



área, os profissionais que trabalham com a cultura corporal, são vistos enquanto professores de educação física, onde através do seu trabalho pedagógico constroem e desenvolvem os saberes a respeito da cultura corporal.

Sendo assim, entramos agora em um dos debates contemporâneos da área. A questão do que caracteriza o professor de educação física.

### *Por que defender a formação unificada para a educação física?*

Após esse breve e sintético resgate histórico, pudemos perceber que as concepções hegemônicas da educação física são determinadas a partir da necessidade de formar um determinado tipo de trabalhador. Como já dizia Marx, as idéias dominantes de uma sociedade são as idéias da classe dominante.

A economia política vigente hoje é de caráter neoliberal, isso significa, resumidamente, que o Estado deixa de ter responsabilidade com os serviços públicos saúde, educação, entre outros, depositando isso na mão da iniciativa privada, relegando à dimensão pública as condições mais precárias de funcionamento. É nesse mesmo período que novas atividades no campo de trabalho da Educação Física começam a surgir. Abrem-se academias, surge o personal treinner, e inicia-se uma nova perspectiva para a formação de profissionais da Educação Física.

Para a Educação Física brasileira o percurso legal das propostas de formação, até meados da década de 80, era atender, mesmo que minimamente as escolas da educação básica. Mas vai ser em meados do ano de 1987 que se inicia uma das maiores discussões da área. É neste momento que, respaldado pela legislação brasileira, passa a ser possível a fragmentação do conhecimento e da formação em Educação Física em duas possibilidades de formação/atuação: o licenciado, que por lei atua na educação básica, e pode atuar nos demais campos da área; e o bacharel, que atua em todos os campos que não

sejam escolares.

Mesmo com a possibilidade legal da divisão curricular, a fragmentação só ocorre de fato após as Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física, datadas de 2004. Mas o processo para instituição de novas diretrizes não é algo que surge do nada. Este processo é intensificado após a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) no ano de 1998 (ver lei 9696/98), que tem a função de regulamentar o profissional de educação física para trabalhar fora da área escolar, ou seja, lutaria para conseguir espaço de trabalho nas academias, clubes, escolinhas de esportes, entre outros campos.

A fragmentação da concepção do que caracteriza o professor de educação física vem sendo utilizada para sustentar as posturas dos que defendem a fragmentação da área em Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação física.

Segundo Taffarel (1993) esta também é uma polêmica que teve grande repercussão da década de 80, no que diz respeito a dicotomia entre a formação do Bacharel e do Licenciado. A autora revela que um dos argumentos utilizados para justificar esta fragmentação encontra-se nas áreas de atuação, que por se diferenciarem, precedem uma formação diferente para cada profissional. Esta justificativa desconsidera o argumento de que não é o local de trabalho que define a profissão, mas sim o processo de formação para atender a determinadas necessidades ou demandas sociais.

A autora ainda afirma que:

Provavelmente, a formação teórica dos profissionais de educação física continue fragilizada em função, também, de processos reestruturadores curriculares que não levam em conta a organização do processo do trabalho pedagógico e a produção e apropriação do conhecimento. Essas reformulações visam à qualificação para determinadas tarefas e funções especializadas, estabelecidas pelo mercado de trabalho – funções específicas a serem desempenhadas em situações específicas,

conforme o modelo taylorista. (TAFFAREL, 1993, p. 45)

culturais. (TAFFAREL, 2011s/p)

Outro elemento que a referida autora contesta, é que o licenciado deveria ter predominantemente uma formação pedagógica, e o Bacharel uma formação enfaticamente científica. Essa concepção permite interpretações equivocadas de que a formação pedagógica prescinde da ciência e vice-versa. O que, pode ainda induzir a consideração de que a atuação profissional de educação física no interior da escola não trata com o conhecimento científico, ou não são necessárias atitudes científicas.

Desta forma, resgatamos da monografia de especialização (DUTRA, 2010) a sistematização de alguns elementos que nos permitem a compreensão de que a formação em educação física tem de ser unificada, entendendo que as bases científicas/epistemológicas para a atuação do professor, tanto dentro da escola quanto fora da escola, são as mesmas. E que a fragmentação vem a partir de uma necessidade de mercado, e não da progressiva necessidade de qualificar a formação do trabalhador, a fim de que este tenha a compreensão da dimensão da realidade que o permeia.

Como aponta Taffarel (1993), na natureza do processo de intervenção social do profissional de educação física, podemos reconhecer o trabalho pedagógico como um elemento fundante, trabalho este desenvolvido em diferentes campos sociais, como, por exemplo, academias, clínicas, escolas, hotéis, clubes e outros. A mesma autora ainda define que a essência socialmente construída, da natureza de atuação do profissional de educação física em qualquer âmbito de intervenção social, é o trabalho pedagógico.

Constitui, portanto, a natureza do processo pedagógico o trato com o conhecimento, significando a conversão das ciências em materiais de ensino, a conversão do conhecimento científico em saber escolar, nos quais se incluem conhecimentos, atitudes e convicções inseridas em experiências sócio-

Segundo Dutra (2011), fazendo nexos e relações, identificamos/defendemos que:

1. A área da educação física tem como objeto de estudo a cultura corporal. É a partir do trato com o conhecimento da cultura corporal que se intervém no mercado de trabalho, seja, na escola ou fora dela.
2. Para ensinar os conteúdos da cultura corporal, necessita-se de um trabalho pedagógico, trabalho esse que se faz necessário na escola ou fora dela.
3. Não faz sentido fragmentar o conhecimento, e o acesso a este, se o mesmo conhecimento pode ser aplicado dentro e fora da escola. Faz sentido ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento da cultura corporal, e, proporcionar aos futuros professores de educação física, a ampliação de suas referências sobre metodologia do ensino, aumentando e qualificando as suas possibilidades intervenção através do trabalho pedagógico, seja na escola ou fora dela.

Esses são alguns dos elementos que nos fazem defender de forma convicta que a educação física é uma só. Sabemos que a formação do professor de educação física permeia várias dimensões do conhecimento, como: científica, técnica, pedagógica, filosófica, políticas, entre outras. Por isso, a fragmentação da formação, bem como da área de atuação, só é legítima para o capital. É a forma como o capital encontrou de se reestruturar, transferindo os seus problemas de ordem estrutural para o trabalhador, que agora tem que se adequar a essa nova forma de organização da formação e do mercado de trabalho.

Essa perspectiva de formação está materializada na proposta de Licenciatura Ampliada construída em contraposição a proposta de diretrizes curriculares, e traz no seu bojo o entendimento de que a formação deve ter uma

sólida base teórica que permita o trabalhador, atuar nas diversas áreas da educação física. E ainda, ter uma dimensão/compreensão da realidade, permitindo, se inserir na mesma, com o intuito de transformá-la.

Não podemos permitir que a leis do mercado definam o perfil do egresso do profissional em educação física, pois conforme Frigotto:

A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do mono domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata...(FRIGOTTO, 2003, p. 31)

Defendemos a formação integral do ser humano, mesmo que no modo de produção capitalista seja algo muito distante. Entretanto, sabemos que não é fragmentando o conhecimento e a área de atuação que contribuirá para o pleno desenvolvimento do homem, e sim o contrário. Acreditamos que a proposta de formação unificada para a educação física avança nessa perspectiva.

A educação, tanto no ensino básico quanto em nível superior, deve servir para elevar o padrão cultural da população pelo acesso ao saber elaborado/sistematizado/científico e possibilitar a compreensão da realidade. Sabemos que não é a partir da educação física que surgirá uma nova forma de sociabilidade. Entretanto, é a partir da compreensão da realidade e da intervenção na mesma que surgirá uma nova sociedade, e se educação não estiver articulada com esse processo de transformação, contribui para a manutenção da atual estrutura da sociedade capitalista.

Este conceito de formação ampliada parte do entendimento que a graduação deve ser ampla e sólida, permitindo uma formação que de condições do professor de educação física tenha condições de se inserir nos diversos campos de

trabalho da educação física. Essa proposta de formação se materializa na proposta de Licenciatura Ampliada para a formação de professores de educação física.

A premissa que vamos partir a fim de compreendermos a proposta de Licenciatura Ampliada, além de ter em mente tudo que discutimos até agora, é que a nossa preocupação aqui, enquanto formação do profissional de Educação Física é: a humanização deste ser, e a apropriação dos conhecimentos necessários a respeito da realidade e do trato com o conhecimento da cultura corporal. Essa formação é a base para prepará-lo para formar seres humanos a partir do trato pedagógico com os conteúdos da cultura corporal. (DUTRA, 2010)

De início precisamos localizar a Educação Física, o que pressupõem compreender que a Educação Física é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia, se constituindo enquanto uma área multidisciplinar. O que leva a sua matriz científica ser a história, do homem e da natureza e a Educação Física pertencer à grande área das ciências humanas e sociais, e não à grande área da saúde e biológica

Nessa lógica, a Educação Física torna-se um componente educacional, o que significa que a identidade profissional é baseada no trabalho pedagógico. O que remete impreterivelmente que a graduação em Educação Física deve formar, incontestavelmente, professores de Educação Física, que terão como intencionalidade a transmissão dos conhecimentos que foram construídos como práticas corporais pela humanidade para as gerações futuras, de maneira sistematizada.

Por isso defendemos a graduação em Licenciatura. Tanto pela perspectiva de formação, quanto pela possibilidade de campos de atuação, já defendida anteriormente. Este professor será

formado a partir de uma perspectiva de formação humana no sentido amplo, omnilateral, de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional, que deverão constituir a concepção nuclear do currículo de formação do licenciado em Educação Física.

O professor de Educação Física deve ser preparado para conhecer, compreender e analisar criticamente a realidade social para nela agir por meio das diferentes manifestações e expressões da cultura corporal. O currículo de formação de professores de Educação Física deve prever/proporcionar uma sólida e consistente formação teórica que permita os alunos terem a compreensão da totalidade sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais que envolvem a Educação Física. Esta formação é baseada no trabalho enquanto princípio educativo.

Diz respeito à formação sólida, calcada nos elementos que permitem, já na formação, a análise da educação (Educação Física) enquanto disciplina, seus campos de estudos, estatuto epistemológico, buscando empreender a compreensão da totalidade do trabalho docente contrário ao aligeiramento da formação. (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 59)

A sociedade capitalista não comporta o desenvolvimento pleno do ser humano, que é formado pela escola capitalista. Entretanto, temos o entendimento que a proposta de formação de professores da Licenciatura Ampliada é um ponto de apoio para a construção desse caminho. Isso significa que essa proposta visa formar os seres humanos que darão passos para a construção de uma nova humanidade, de uma nova sociedade.

A educação neste caso serve para avançarmos na luta de classes. A educação tem de servir para munir os trabalhadores de saberes que os possibilitem analisar e compreender a realidade, a fim de que eles possam elaborar/construir possibilidades de intervenção, para que possam transformar a realidade que os permeia.

### *Os avanços da luta do MEEF pela formação unificada.*

Analisando a correlação de forças na atual conjuntura, em estudos anteriores de monografia de especialização (DUTRA, 2011), podemos perceber que são poucos os setores que vem defendendo essa concepção de educação física superadora, pautada numa formação crítica, generalista, e multidisciplinar da área. O setor que vem se apresentando como ponta de lança nessa discussão é o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Este movimento, representado pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação física lançou no XXX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, realizado em 2009 na Universidade de São Paulo, a campanha “Educação Física é uma só! Formação unificada já!”.

Com esta campanha a ExNEEF visa potencializar as ações do Movimento Estudantil de Educação Física - MEEF – a respeito de uma formação que não coloque estudante contra estudante e trabalhador contra trabalhador, objetivando com isso a formação profissional que não exclua os campos de atuação e nem obrigue à vinculações em qualquer que seja o conselho profissional.

Esta campanha se espalhou por várias universidades do país, podemos citar algumas: Universidade Estadual do Ceará - UECE; Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO; Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA; Universidade Federal do Paraná - UFPR; Universidade de São Paulo - USP; Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR; Universidade Federal da Bahia - UFBA; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ;



Universidade Federal de Goiás - UFG;  
 Universidade Federal de Sergipe - UFS;  
 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;  
 Universidade Estadual de Maringá - UEM;  
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; e Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

O MEEF, atualmente, tem como uma de suas prioridades a potencialização da campanha contra a fragmentação da formação. Para potencializar a campanha, o MEEF se preocupa em esclarecer os estudantes, por meio de cadernos de debates, espaços formativos, e ainda, fomentar a articulação com outras executivas de curso que venham passando por esse processo de reorganização da formação dos trabalhadores.

Fica evidente que o MEEF compreende que as atuais diretrizes curriculares fazem parte de uma reorganização da educação como um todo, no sentido de reestruturar a lógica produtiva do capital. Esta análise nos permite compreender que o MEEF vem buscando, não só dar combate a fragmentação da área, mas também, fazer a discussão e o enfrentamento às propostas neoliberais para a formação dos trabalhadores como um todo, que estão sendo aprovadas sem discussão nas universidades.

Tornar unitário o currículo em Educação Física não quer dizer, pura e simplesmente, justapor dois currículos em apenas um. Tornar uno o processo de formação em Educação Física no Brasil significa defender uma Educação Física em favor da classe trabalhadora, em favor de um componente curricular obrigatório nas escolas e que contribuirão para o desenvolvimento integral dos estudantes, em favor de uma Educação Física que se entenda como ato pedagógico independente do local onde for aplicada. Defender a “formação unificada já!” é reconhecer que o currículo preparatório do trabalhador da Educação Física tem a história como matriz científica, onde cada trabalhador se reconheça

enquanto sujeito histórico do processo de construção de uma nova sociedade, pautada na vida dos homens, e não do capital.

## NOTAS

1. Estudante da Universidade Federal do Maranhão e coordenador Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.
2. Graduada em Educação Física – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)**, comentada e interpretada, artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRACHT, Walter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.696 de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9696.htm)>. Acesso em: 14 de mar. 2011.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. 14ª reimp. – São Paulo: Cortez, 1992.

DUTRA, Geovanna Caroline Zanini. O embate de projetos: A licenciatura ampliada como proposta do Movimento Estudantil de Educação Física para a formação de professores. **Monografia de conclusão de curso**. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2010.



DUTRA, Geovanna Caroline Zanini. Atualidade do Debate sobre a Formação Unificada na Educação Física: um balanço da correlação de forças na área. **Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer**. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. – 5 ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

GHIRALDELLI, PAULO. **Educação Física Progressista**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. – 6. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).

SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. **A Formação de Professores Em Educação Física: a Mediação dos Parâmetros Teórico- Metodológicos**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Paulo da Trindade Nerys. Educação Física e reestruturação produtiva: do homem boi ao ócio criativo. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil**: consensos e dissensos sobre educação pública. São Luís - Ma: Edufma, 2009. p. 335-348.

SOUZA JUNIOR, Marcílio, et al. **COLETIVO DE AUTORES: A CULTURA CORPORAL EM QUESTÃO**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte Salvador – Bahia – Brasil 20 a 25 de setembro de 2009  
TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Do trabalho em geral ao trabalho pedagógico: Contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na educação física. In **Rascunho Digital**: Uma experiência com páginas interativas, Universidade Federal da Bahia, 2011.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **A formação do profissional da educação**: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

# Histórico, Balanço e Perspectivas da Campanha "Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!"

Guilherme Stürmer Lovatto<sup>1</sup>

O presente texto tem como objetivo fazer um resgate histórico da Campanha "Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!" desde a sua gênese até a atual conjuntura, que problemas enfrentamos em sua propagação e quais possibilidades nos são apresentadas.

Dentro desta perspectiva, procurando além de realizar um balanço político da campanha, buscar-se-á fundamentar o papel histórico que a mesma vem desempenhando na atual conjuntura da Luta de Classes, do Movimento Estudantil e em específico do Movimento Estudantil de Educação Física, visando caracterizar quais as tarefas em torno da campanha teremos para o próximo período.

Assim, podemos afirmar que vivenciamos a crise estrutural do sistema capitalista (Mészáros, 2005) caracterizada pela destruição das forças produtivas – trabalho/trabalhador, natureza e conhecimento (Taffarel, D'Agostini) e que coloca no marco das exigências imediatas do grande capital a flexibilização da produção e das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e a privatização do patrimônio estatal (Netto, 2010).

Estas necessidades imediatas do capital vêm sendo supridas a partir das políticas neoliberais no contexto educacional brasileiro, no que diz respeito às reestruturações curriculares, que representam o esvaziamento da teoria nos currículos de formação de professores, buscando a formação de um trabalhador flexível e precarizado, refém dos interesses do mercado, o famoso professor reflexivo que se fundamenta pelo pragmatismo das "Pedagogias do Aprender a Aprender" (Duarte, 2001). E pela implementação da reforma universitária do governo Lula/PT que visa o fim da universidade pública, gratuita, de qualidade, autônoma e socialmente referenciada, através de sua constante privatização que acarreta o fim de sua função social de produtora de conhecimento crítico baseado nas demandas

mediatas, imediatas e históricas dos trabalhadores.

Esse movimento, de avanço das políticas neoliberais no Brasil vem se perpetuando devido ao período de refluxo que os movimentos sociais enfrentam a partir da derrota histórica do mundo do trabalho frente ao capital após o reordenamento do mundo do trabalho (Antunes, 2004) iniciado na década de 70 que deu conta de fortalecer na conjuntura da luta de classes as teses apologéticas do fim da história e da necessidade de humanização do capitalismo.

Dentro disso, no primeiro semestre de 2009, em meio à conjuntura internacional configurada a partir da crise cíclica do sistema capitalista iniciada com o estouro da bolha econômica financeira nos EUA e após a realização do XXIX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF) ocorrido em Porto Alegre, que fortaleceu a necessidade de luta contra o Sistema CONFEF/CREF ocorre junto ao I Conselho Nacional de Entidades de Educação Física (I CoNEEF) a realização do IV Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares Nacionais.

Este seminário apresentou diversas problemáticas da formação fragmentada em Educação Física pós as reestruturações curriculares ocorridas com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2004 e sua relação com a dinâmica de reestruturação produtiva e mundialização da educação frente às necessidades da crise estrutural do capital. Encaminhou-se assim, após a discussão em um grupo de estudos a construção de uma campanha que tinha como objetivo alavancar as discussões acerca da formação de professores em Educação Física junto aos estudantes e a área e fazer enfrentamento as atuais DCN, visando a sua revogação e a implementação da Licenciatura Ampliada como proposta de formação de professores em Educação Física.

Sendo assim, neste mesmo ano, após ser sistematizada nos espaços de organização da ExNEEF é lançada, no XXX ENEEF em São Paulo, a campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!”, caracterizando um ataque direto contra o conservadorismo na Educação Física representado pelo sistema CONFEF/CREF e a sua ingerência frente ao debate em relação a formação de professores, exigindo a reabertura das discussões na área e a revogação das atuais DCN.

De início, a organização da campanha apresentou-se bastante dificultada devido ao atraso na construção dos materiais que ficaram prontos somente em meio ao ENEEF e foram distribuídos aos diretórios e centros acadêmicos que acompanhavam o III CoNEEF do ENEEF, o que fez com que a campanha não fosse potencializada nos espaços de discussão do fórum e impossibilitou a apropriação da base estudantil a respeito da necessidade de potencializar a campanha em suas escolas.

Junto a isso, o planejamento da campanha não possibilitou a atuação da mesma em torno da formação política a respeito da Licenciatura Ampliada, devido à 1ª Cartilha confeccionada ser muito densa e pouco dialogável com a base estudantil, bem como com a leitura imprecisa da realidade das escolas que constroem o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) em torno das possibilidades de atuação e articulação com outras pautas que compõem as bandeiras reivindicatórias do movimento.

Neste primeiro momento, percebesse no calendário de ações referente às atividades da campanha o descumprimento de praticamente todas as ações, desde a confecção de materiais de agitação e propaganda, de formação em torno da pauta e de articulação com outros setores da Educação Física e de movimentos sociais organizados.

O descumprimento de prazos e a não realização de tarefas foi outro fator preponderante que dificultou o avanço da pauta a nível nacional. Não conseguimos potencializar a campanha nas escolas onde a pauta não estava inserida devido à falta de materiais que formassem politicamente em torno da proposta de formação defendida pelo MEEF.

Devido à necessidade apontada de

formação política em torno da proposta de Licenciatura Ampliada e da forma como articular esta com outras pautas de acordo com a realidade de cada escola encaminhou-se a construção de uma 2ª Cartilha, que buscava trazer a realidade frente à formação nas escolas, ampliando assim a inserção da mesma junto à base estudantil. Esta é hoje, um dos principais elementos que temos para trabalhar com a formação inicial em torno da pauta da Licenciatura Ampliada.

Junto ao Planejamento realizamos a construção do COBRA-SE, no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado em Salvador exigindo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) posicionamento claro frente as atuais DCN, a regulamentação da profissão e a Reforma Universitária, reivindicando assim a necessidade de atuação política dessa entidade. A postura manifestada de seus representantes configurou-se como já vem sendo caracterizada historicamente de defesa do falso consenso possível e de não posicionamento frente às outras reivindicações.

A cartilha encaminhada no planejamento, devido a falta de cumprimento de prazos em relação à campanha, foi sair somente no II CoNEEF de Goiânia e isto dificultou novamente a configuração da campanha como uma campanha nacional, ficando a cargo de movimentos individuais de escolas proporem avanços frente a pauta da Licenciatura Ampliada.

No primeiro período, caracterizado entre a gestão de 2009 e 2010, a campanha potencializou-se onde a pauta já estava inserida e em escolas que passavam por enfrentamentos em relação às Reestruturações Curriculares como na UFSM e UFRGS; e em escolas que conseguiram trabalhar com espaços de formação sobre a pauta da Licenciatura Ampliada, articulando com outras de sua realidade como UFBA, UFRJ, UFG, UFS, UFSC e UEM.

As demais escolas enfrentavam dificuldades de inserção da campanha devido ao pouco acúmulo político em torno da proposta de Licenciatura Ampliada, que dificultava a articulação com outras pautas referentes à sua realidade e que demonstravam a falta de organização com que a campanha estava sendo construída e a necessidade de utilizarmos a lista MEEF como instrumento de formação para as

pautas do movimento e para as articulações necessárias em relação aos Diretórios/Centros Acadêmicos e a ExNEEF.

Embora, enfrentássemos dificuldades, conseguimos neste primeiro ano de campanha configurar alguns dias de luta como o dia 1º de Abril configurado como o Dia da Mentira em relação às atuais DCN, a defesa do Dia 15 de Outubro como sendo o Dia do Professor e conseqüentemente do professor de educação física e a contraposição ao dia 1º de Setembro que vem legitimando a exploração do sistema CONFED/CREF em relação aos trabalhadores das diversas manifestações da Cultura Corporal (Coletivo de Autores, 1992).

Em 2010, na realização do XXXI ENEEF ocorrido no Ceará realizamos uma mesa de discussão que tratamos especificamente da pauta da Licenciatura Ampliada e da Campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!” e que possibilitou a distribuição da 2ª cartilha aos estudantes que no espaço se encontravam. Nela reafirmamos a necessidade de potencializarmos a campanha e de aprofundarmos em torno do que se configura a pauta de formação defendida pelo MEEF para além da unificação da formação e fim da divisão entre Licenciatura e Bacharelado e a sua relação com a defesa do projeto de Universidade pública, gratuita de qualidade, autônoma e socialmente referenciada. Conseguimos assim, através de repasses do Planejamento a inserção da campanha em escolas como UECE, UFC, UEVA, UFRRJ, UFES, UFJF, FAMETRO, UNIPAMPA, UFPR, USP e UFSCAR.

No Planejamento da Gestão 2010/2011 da ExNEEF, realizamos uma avaliação densa em torno do que necessitamos ter como prioridade para o período e quais seriam as ações que tomaríamos como forma de possibilitar o avanço da campanha nas escolas e fazê-la configurar-se enquanto um movimento nacional bem articulado.

Deliberamos como necessário a utilização da lista MEEF como instrumento de formação em torno da pauta, bem como a necessidade de rodarmos mais materiais em relação à campanha como bótons, camisetas nas escolas e cartilhas. Também elencamos como necessário fazermos juntamente ao trabalho de agitação e propaganda nas escolas, de formação via lista MEEF e

produção de materiais a articulação com outras executivas e federações de curso e com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES) a respeito do campo legal frente ao Parecer 400/05.

Dentre estas tarefas, conseguimos avançar na construção da campanha através do cumprimento de prazos para a confecção de materiais, através da composição de um calendário de ações, e conseqüentemente a realização de debates na lista MEEF, a partir de intervenções relacionadas com ações concretas tiradas a nível nacional.

Nos CONBRACES regionais, em que também construímos ações unificadas em torno do movimento COBRA- $\$$  obtivemos avanços com a realização de um Seminário conjunto entre o Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) e ExNEEF no Sul-CONBRACE, que encaminhou uma carta de cobrança ao CBCE e a construção de um documento, este no CONBRACE Nordeste, que reivindicava posicionamentos do CBCE e que é denominado Carta do Ceará.

No ICoNEEF ocorrido na UFRGS no final de 2010 conseguimos distribuir exemplares da cartilha para as regionais presentes e retomamos o debate em torno da campanha a partir dos encaminhamentos dados no planejamento. Também, realizamos um espaço de formação a respeito da proposta da Licenciatura Ampliada em que UFRGS e UFSM ficaram responsáveis de apresentar as propostas construídas em suas escolas e que hoje vem sendo defendidas a partir de suas reestruturações curriculares.

A partir deles e do atual momento de ataques frente à educação pública e aos trabalhadores, que trazem a necessidade de organizarmos lutas concretas, podemos perceber que o embate através da agitação e propaganda da campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!” em cada escola torna-se extremamente necessário para que possamos consolidar a campanha enquanto um movimento nacional organizado capaz de fazer o enfrentamento ao Conselho Nacional de Educação e reivindicar a abertura ampla e democrática das discussões em torno das atuais DCN, na perspectiva de concretizar a Licenciatura Ampliada como proposta nacional para a



formação de professores em educação física.

Para isso, é preciso realizar Seminários Nacionais Interativos de DCN com maior periodicidade e quem sabe regionalizá-los, visando ampliar os espaços de discussão em torno da formação, cobrando do CNE o financiamento público dos mesmos. Com isso, poderemos abrir as discussões frente a outros setores do movimento estudantil e dos movimentos sociais e docentes que debatem a temática de formação, aproximando não somente os estudantes de educação física, mas também os professores da rede pública de ensino e aqueles que reivindicam uma educação pública, gratuita e de qualidade voltada aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, fomentando de forma articulada a discussão a respeito de uma política educacional unificada de formação de professores.

Somado a isso, é preciso articular a pauta da Licenciatura Ampliada com a pauta da Universidade, de forma a aprofundar a discussão sobre o que representa a proposta de formação do MEEF frente aos atuais ataques que a Universidade vem sofrendo e em que pontos podemos propor lutas que tragam uma unidade real frente às demandas que nos são colocadas. Torna-se assim, necessário aprofundarmos estas discussões em nossos fóruns regionais e nacionais, como é o caso do XXXII ENEEF que ocorrerá em Santa Maria-RS e terá como tema “Formação Unificada e Universidade: o movimento estudantil disputando os rumos da sociedade.”

Assim, podemos concluir que temos um duro e árduo trabalho pela frente, que não significa o desânimo em relação aos obstáculos colocados a nós pela conjuntura, mas sim a certeza de que através do estudo disciplinado, da militância diária e do avanço da organização estudantil, estaremos contribuindo com a tarefa histórica de construirmos a contra-hegemonia necessária para revogarmos as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais e implementarmos a Licenciatura Ampliada que dentro das possibilidades pode contribuir para o processo de superação do modo do capital organizar a vida e para a construção da sociedade aonde seremos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, a sociedade socialista.

## Notas

1. Coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão da Regional Sul da ExNEEF e membro do DACEFD/UFSM.
2. Teve como tema “Professora e professor regulamentado e a educação se ajoelhando para o mercado. Vamos á luta para acabar com esse reinado.” Além disso, foi o espaço em que a ExNEEF, após anos de discussão na base, rompe a com União Nacional dos Estudantes.
3. Teve como tema “Educação Física em tempos de crise: a formação para além dos muros da universidade.”
4. Teve como tema “As cartas estão na mesa: Na universidade precarização, no esporte grande ilusão. Qual a carta na manga?”.
5. Documento resposta do CNE ao Centro Educacional Sorocabano Uirapuru sobre a possibilidade de atuação dos licenciados em educação física pelas atuais DCN. É tarefa atual de a ExNEEF exigir que o mesmo vire Resolução do CNE.

## Referencial Bibliográfico

- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo; Cortez, 1992.
- D'AGOSTINI, Adriana, Taffarel, Celi. **Formação de Militantes Culturais e Alternativas de Desenvolvimento da Cultura Corporal, Esporte e Lazer em áreas de Reforma Agrária**. Salvador, Bahia.
- DUARTE, Newton. **As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento**. Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento, durante a XXIV Reunião Anual da ANPED, 8 a 11 de outubro de 2001, Caxambu, MG.



DUARTE, Newton. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**; tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie. Texto de comunicação na seção temática* “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa, 2010.

TAFFAREL, Celi. **Modo de Vida e Militantismo Cultural**. Salvador, Bahia.

# UNIVERSIDADE: CAMINHOS PARA O SOCIALISMO OU PARA A BARBÁRIE<sup>1</sup>

Marcus Minervini Fuchs<sup>2</sup>

Este texto tem como ponto central, trazer um debate acerca da universidade, e as conseqüências a formação humana. Colocar qual a finalidade dessa instituição e o que vem ocorrendo com ela no decorrer da história. Trazer apontamentos necessários para o avanço na construção de um projeto de universidade. Mas para justificar esse debate devemos entender um pouco do que se passa hoje.

Nos dias atuais, segundo a OIT, 180 milhões de pessoas estão em uma situação de desemprego “aberto” (que procuram, mas não acham), sendo que mais de um terço são jovens de 15 a 24 anos, um terço da mão-de-obra do mundo está desempregada e subempregada, ou seja, os “bicos”. A economia mundial está se traduzindo dessa forma, com o subemprego, gerando cada vez mais trabalhadores mais pobres.

Podemos ver que, todos os anos, mais de 18 milhões de pessoas morrem por causas relacionadas à pobreza, 11 milhões de crianças morrem antes de completarem seus cinco anos, mais de 1 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e mais de 800 milhões de pessoas estão subnutridas.

Com isso, entre outros fatores, a conjuntura atual perpassa por um acirramento na luta de classes. Se nos remetermos à parte árabe do mundo, inúmeros acontecimentos destacam esse acirramento, com os países desta parte do mundo lutando pela queda de regimes ditatoriais de mais de quarenta anos. Como a Tunísia, que no dia 14 de Janeiro de 2011 derrubou o ditador Zine Bem Ali, dando início as manifestações no mundo árabe. Vemos que, a maioria dessas nações fornecem petróleo para os países do capitalismo central para manter a roda do capital girando, logo, esses ditadores não estavam há tanto tempo no poder por acaso.

Se relatarmos a realidade no Brasil, e especificarmos apenas na zona rural e as lutas que foram tocadas pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais sem Terra, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros movimentos sociais do campo, que nos últimos tempos vem travando lutas pela reforma agrária entre outras pautas, podemos ver que também vem se acirrando a Luta de Classes, e também um pouco do motivo disso.

No Brasil, 16 % da População Brasileira vivem no campo. Só nos últimos 25 anos 1.546 trabalhadores do campo foram assassinados, 422 presos, 13.815 famílias despejadas, mais de 92.000 famílias envolvidas em conflitos por terra. Isso pelo fato do Brasil ser o segundo maior país do mundo em latifúndio, onde mais de 43% das terras do território está nas mãos de apenas 1% da população, o que coloca o Brasil também como um dos países que mais tem desigualdades no mundo. Isso causa grande número de desempregos, pois a pequena propriedade rural abriga 74,4% das pessoas que trabalham no campo, enquanto o Agronegócio (que rende ao capital e potencializa o latifúndio) abriga apenas 25,6% dos trabalhadores. Sem falar do ataque ao meio ambiente com a monocultura que é altamente prejudicial ao solo, ao clima, à saúde, etc. Tudo isso para manter a burguesia nacional e internacional no poder.

O que foi colocado aqui é apenas uma peça de um quebra-cabeça gigante chamado “Sociedade capitalista”, que hoje vem destruindo a vida humana. Por isso, se justifica um debate acerca da universidade: para trazer à tona para o quê e para quem essa instituição está servindo e o que podemos apontar para que ela sirva realmente às questões emergentes do povo, como saúde, educação, segurança, lazer, soberania alimentar, etc.

Mas primeiramente, devemos entender como é organizada a nossa sociedade, pois é nela que está inserida a universidade, os seres humanos, a formação dada aos mesmos, e assim entenderemos qual é a lógica hegemônica imposta e as problemáticas resultantes disto.

## **HOMEM E SOCIEDADE**

Os homens começaram a se organizar em sociedades quando passaram a transformar a natureza para atenderem as suas condições básicas de vida desenvolvendo uma nova capacidade que o caracteriza enquanto ser social.

Essa nova capacidade foi crucial na relação do homem com a natureza para a transformação da mesma e começar a desenvolver forças produtivas para a sobrevivência e reprodução da espécie.

“...o homem, para ser humano, necessita criar uma relação dialética de transformação da natureza. Ou seja, depende do trabalho para se caracterizar ser humano, e, ao mesmo tempo em que está modificando a natureza, está se modificando.” (FUCHS & BRASIL, 2010)

Ou seja, concordando com Netto & Braz, 2008, foi através do trabalho que o homem se tornou ser humano e assim constituiu a humanidade (sociedade). Logo o trabalho é fundante do ser social, e ao mesmo tempo em que a humanidade veio transformando a natureza, veio se transformando também, assim, desenvolvendo-se.

Na história, todas as sociedades se apoiaram no trabalho para o seu desenvolvimento, e estão totalmente ligadas à dependência do mesmo. Assim sendo, para o desenvolvimento de determinadas sociedades, desde a primitiva até a atual sociedade capitalista, o trabalho é central e suas características são moldadas às necessidades de determinadas sociedades.

Segundo Morissawa (2001), podemos afirmar que o crescimento da população fez com que houvesse a divisão social do trabalho, mas ainda não havia uma divisão social entre classes, todos eram iguais e tinham suas condições básicas de vida asseguradas. Se observarmos, de nossa sociedade atual, a única coisa semelhante àquele tempo, é que temos a divisão social do trabalho, que hoje se tornou tão ampla que ocorre também em um plano internacional entre países ricos e pobres, os ricos ditando e os pobres acatando.

“O fato de dividir o trabalho permitiu a muitos desenvolver técnicas e formas de organização

que ajudaram a produzir mais do que a comunidade precisava. Formavam-se excedentes que, afinal, não podiam ser jogados fora.” (MORISSAWA, 2001)

Esse excedente deu meios para a criação do comércio e deu poder para aqueles que possuíssem mais. Hoje em dia, podemos ter como exemplo o quão maléfico é para a existência humana existir excedentes. Cerca de um terço da população do mundo ingere 65% dos alimentos produzidos, sendo que cerca de 40 mil crianças morrem de fome por dia, mas contraditoriamente, a produção de alimentos atinge o dobro necessário para a população mundial ter uma dieta saudável.

“A essa altura, já vivíamos uma progressiva individualização. A vida comunitária foi aos poucos se dissolvendo, com o poder e a riqueza minando as relações entre pessoas e os grupos. Famílias erguiam cercas para garantir que outras não viessem “compartilhar” seus bens. E aí? O que você acha? Tem algo de diferente dos alarmes e vigias que protegem as propriedades hoje em dia? Eram indícios do surgimento da propriedade privada.” (MORISSAWA, 2001)

Então vemos o surgimento da propriedade privada, a qual deu meios para que surgissem as classes sociais, ou seja, aqueles que mais possuíam comandavam os menos afortunados. Ou seja, exploravam-se uns para garantir poder àqueles que dominavam, ditando suas regras e controle social, político e econômico. Logo surgiu o estado, para mediar essa relação entre as classes dominantes e as dominadas.

Por isso, se observarmos a história, Marx & Engels (2008) estavam certos quando afirmaram que a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes. Essa luta de classes se resume em uma disputa muito grande pela hegemonia social, política e econômica entre opressores e oprimidos. O surgimento do capitalismo se deu dessa forma, a burguesia descontente com as condições impostas pelo regime Feudal, organizou e comandou uma revolução que derrubou o Feudalismo, tendo o marco na queda da Bastilha, e fez surgir duas classes, a burguesa e a trabalhadora, constituindo

assim, a Sociedade Capitalista.

Hoje vivemos em uma sociedade capitalista que se caracteriza por duas classes sociais e no monopólio do acúmulo máximo de riquezas por uma dessas classes. A primeira classe, Burguesa, dominante, que detém os meios de produção e explora os trabalhadores para aumentar seu acúmulo de riquezas. E a segunda classe, Trabalhadora, dominada, que, segundo Marx (2006), a única coisa que possui para sobreviver é sua força de trabalho, à qual vende a burguesia para garantir suas condições básicas de sobrevivência.

A partir dessas afirmações, vemos que, quanto mais precárias as condições de vida de um trabalhador na busca por emprego, na moradia, na educação, na criação de seus filhos, no acesso aos patrimônios culturais, na alimentação, etc., mais barata será sua força de trabalho, e assim, mais lucros a burguesia terá. A Força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra. Sua manutenção, se barata, elevará os lucros dos capitalistas. Se houver muita oferta desta mercancia, assim como qualquer outra “coisa” que atenda a lei de oferta/procura, mais barata a mesma ficará, novamente elevando os lucros da classe dominante. Ou seja, a sociedade capitalista se resume na desgraça e desumanização da gigantesca maior parcela da humanidade, que está representada pela classe Trabalhadora, em troca do gozo do acúmulo de riquezas nas mãos da minoria da sociedade, representada pela Burguesia.

“O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la.” (MÉSZÁROS, 2003)

Esse antagonismo entre capital e trabalho se dá pela questão de que, para o capital se reproduzir, necessita da extração ao máximo do “sobre trabalho”, que se baseia na exploração

máxima do trabalho em sua totalidade. (Mészáros, 2003) Assim, desapropriando o trabalhador, tornando o trabalho alienado. Logo, quanto maior a expansão do capital, maior a alienação, e também mais fácil será a exploração de suas forças de trabalho pela Classe proprietária dos meios de produção.

Consequentemente, a educação dada à classe dos oprimidos se dá cada vez mais precariamente, apenas atendendo às necessidades do mercado capitalista, e se essas necessidades perpassam pela descaracterização do trabalho enquanto eixo fundante do ser social, a cada passa que o capital se desenvolve, a desumanização avança mais. Logo, a universidade está nessa lógica, para garantir questões econômicas, políticas e ideológicas para a manutenção da ordem vigente.

Ou seja, podemos afirmar que a Sociedade Capitalista é a sociedade mais desumana que já existiu, já que eleva o grau da alienação do trabalho e retira do ser humano o reconhecimento daquilo que o torna humano, o trabalho.

### **PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO PARA O CAPITAL**

Não há maneiras de explorar um ser social (que é racional) sem criar mecanismos para que o mesmo não se rebele por tal exploração. Bem como, não há como explorar a natureza da maneira que o capitalismo explora, que é até que a mesma se esgote, assim destruindo o homem ao mesmo tempo, sem criar mecanismos para que o ser humano não perceba tal destruição e novamente possa se organizar e tentar quebrar essa lógica. Por isso há necessidade de criar um “modo de vida” para toda a humanidade se moldar.

“a consciência do ser humano sofre modificações em função das mudanças que se operam nas condições de sua existência material, em suas relações sociais, em sua vida social.” (MARX & ENGELS, 2008)

Para Marx (2008) há uma estrutura econômica a qual determina nossas relações sociais. No capitalismo, a estrutura econômica se constitui pela exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem (desenvolvimento das

forças produtivas), para a manutenção desse “esqueleto” eleva-se uma superestrutura onde estão situadas leis, regras, aparatos, instituições, etc. que condicionam o “processo de vida social”. Ou seja, Marx & Engels (2008) foram categóricos quando afirmaram que o pensamento hegemônico de toda uma sociedade é o pensamento da classe dominante.

Assim, para Portelli (1977), baseado em estudos de Antonio Gramsci, coloca que a superestrutura forma um conjunto complexo que possui duas esferas essenciais, a sociedade política, que agrupa o aparelho do Estado onde há a “dominação direta” e imposta, agindo por coerção (exemplos: leis, poder militar, CONFEF, etc.). E o da sociedade civil, onde age na tentativa de criar “consensos” para dar direção a hegemonia dominante, agindo por criação, ou apropriação, de instituições e materiais que difundam determinada ideologia para que se garanta a hegemonia da classe dominante (exemplos: mídia, igreja, escola, União Nacional dos Estudantes, etc.). As relações dessas duas esferas mais a estrutura dão meios para que a manutenção do *status quo* seja garantida.

Logo, podemos situar a Universidade na esfera Civil dessa superestrutura, sendo um aparato que, entre outras funções, garante a formação necessária para o desenvolvimento do capital. Pois, a mesma reproduz e produz conhecimentos e valores, hegemonicamente ditados pela classe dominante, perpetuando a ideologia burguesa e garantindo a força de trabalho necessária para atender as demandas de mercado do capital. Assim poderemos entender um pouco mais como ela se constitui enquanto uma instituição do capital.

### ***A INSTITUIÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO***

Como já foi afirmado anteriormente, o Homem não nasce ser social, ele se torna a partir das relações sociais estabelecidas desde seu nascimento. Ou seja, o homem é humanizado, por isso a palavra “ser humano”, o “ser” vem no sentido de se remeter a nos tornarmos humanos. Logo, necessitamos de uma formação humana para isso.

A formação humana (“forma de ação

humana”) é fruto do trabalho humano, e esta prática humana é subordinada as relações econômicas estabelecidas. Se a lógica do capital é de lucro máximo a partir da exploração do homem e da natureza pelo homem, voltado ao monopólio da classe dominante, a formação humana, estará voltada a essa lógica hegemônica de expansão do capital.

Para Chauí, 2003, formação tem um significado relacionado ao tempo, ou seja, introduz alguém ao passado de sua cultura e dá à esse “ser” condições de se indagar sobre determinada cultura a ponto de elevar a mesma para outro patamar, e desenvolver novas técnicas, conhecimentos, etc. Pode ser dado um fácil exemplo a respeito disso: *Dizem que Santos Dumont inventou o avião, porém ele não o inventou. O avião começou a ser desenvolvido desde quando o homem descobriu a roda. A partir disso, mais técnicas começaram a ser desenvolvidas no decorrer da história.* Ou seja, o que Santos Dumont fez, foi apenas se apropriar de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e fazer uma síntese dos mesmos, resultando no desenvolvimento do avião, assim, construindo o primeiro veículo aéreo do mundo. Então podemos afirmar que isso é um patrimônio de toda a humanidade, já que ela veio construindo esses conhecimentos úteis para o desenvolvimento do avião.

E para transmitir esses conhecimentos da humanidade, para ela garantir sua existência, criam-se instituições, assim a educação passa a ser institucionalizada. Assim podemos situar a universidade, como uma instituição.

“A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade.” (CHAUÍ, 2003)

Essa afirmação coloca que, a universidade produz e reproduz a sociedade na qual ela está situada. Assim, há disputa de projetos, como na sociedade onde há a luta de classes. E também a reprodução da sociedade dentro dessa instituição



se dá de forma hegemônica, onde os propósitos da classe dominante anulam os da classe trabalhadora, ou seja, a Universidade é uma instituição social a serviço da burguesia para garantir a ideologia dominante e manter o estado social de poder Burguês.

“A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dos dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.” (MÉSZÁROS, 2005)

Pode-se ver que, a educação institucionalizada, e podemos especificar na instituição universidade, não está agindo apenas na questão econômica para gerar forças de trabalho especializadas para a burguesia explorar, mas também, age no patamar político e ideológico para garantir o trono da burguesia em detrimento da exploração e destruição de toda a humanidade.

O resultado desse trabalho na sociedade de hoje não traz apropriações para o trabalhador, só dá condições, da classe se reproduzir para garantir mais força de trabalho para ser explorada pela classe dominante. Assim, a formação humana voltada a essa lógica, é utilizada para destruir subjetividades que serviriam para a busca de um projeto histórico superador dessa lógica hegemônica, logo, o que se concretiza é a descaracterização da gênese humana. Portanto, a expansão do capital continua e se mantém como ordem social vigente e com uma característica potencialmente desumana.

Então, para trazer a realidade da universidade brasileira, e ainda mais confirmar tudo o que já foi colocado, a contextualização histórica da universidade brasileira tem que ser posta para compreendermos qual é o movimento e qual é o objetivo com a educação superior hoje.

## ***A UNIVERSIDADE NO BRASIL***

### ***Breve Histórico***

Se analisarmos a história, por ser uma instituição social, a universidade produz e reproduz a sociedade vigente e acompanha sua mudança no decorrer da história. Pode-se ver que, a mesma sempre esteve a serviço da burguesia. No Brasil, as primeiras instituições de ensino superior foram feitas para educar os filhos da elite. Posteriormente que começou a servir para “lapidar” força de trabalho para as demandas do capital.

Segundo Sguissardi, 2003, “somente em 1920, veio à luz a primeira universidade brasileira”, a Universidade do Rio de Janeiro, porém com características de confederação de escolas de medicina, politécnica e direito. Nessa época em que começaram a surgir as universidades, o mesmo autor afirma que, o modelo empregado nessas, era o francês de instituição superior conhecido como Napoleônico.

O Modelo Napoleônico se caracterizava segundo De Paula, 2002, por escolas profissionalizantes isoladas com dissociação entre ensino e pesquisa, e também uma forte centralização estatal. É visto que, na década de vinte, o Brasil passava por uma forte crise da República velha e o monolitismo de São Paulo e Minas Gerais, assim ocorrendo uma crise na economia brasileira que na época era primário-exportadora e começando um processo de industrialização e urbanização. Voltando-se os olhos da burguesia para a necessidade de mão-de-obra técnica. Assim, o modelo francês para as universidades foi crucial para o desenvolvimento da burguesia nacional do país.

Na década de 30, o regime oligárquico no Brasil caiu e o estado burguês começou a se desenvolver mais potencialmente, posteriormente a política do café-com-leite caiu assim como o regime que o mantinha. Getúlio Vargas, que obteve o poder na época, e posteriormente colocou em prática um governo fascista, colocava políticas de profissionalização do serviço público. Fortaleceu a intervenção do Estado na economia e a direcionou para o nacionalismo econômico, assim provocando um forte crescimento na industrialização. Aqui fica clara a política de “modernização do Terceiro mundo” pelo

capitalismo para resolver a crise econômica de 1929, ou seja, as políticas para a educação na época estavam voltadas a reestruturação da lógica do capital, não para “desenvolver um governo para o povo brasileiro”.

Só nessa década, que outra perspectiva de universidade apareceu com um “espírito liberal-progressista” a “perspectiva de uma universidade autônoma, produtora de saber desinteressado, formadora de indivíduos teoricamente e politicamente críticos, cultores da liberdade”. (SGUISSARDI, 2003)

Isso seria um ataque aos planos de Getúlio, já que seu objetivo era “modernizar” o país o industrializando-o, logo necessitava de mão-de-obra para fazê-lo. Não necessitava de trabalhadores críticos que viessem a dificultar e questionar os planos da burguesia nacional. Esse modelo visto inicialmente nas universidades do Distrito Federal e de São Paulo, não durou por muito tempo, ou funcionou de forma precária “revestindo-se dos traços do usual modelo napoleônico”. (SGUISSARDI, 2003)

Esse modelo era caracterizado por influências do modelo Alemão de Universidade, o modelo Humboldtiano, que De Paula, 2002, caracteriza que há uma preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; dentre outras questões que estruturam a universidade de forma mais autônoma, porém com forte ligação e direcionamento as elites.

A Universidade de São Paulo, que foi fortemente influenciada por este modelo alemão, seria uma universidade elitista, formando os dirigentes do “futuro” para garantir a linha do governo de Getúlio. A Universidade do Distrito Federal não obteve sucesso na implementação do modelo pela pressão do então Ministro Capanema e da igreja acabando assim, com o modelo nesta universidade. Já na de São Paulo, durou um pouco mais, mesmo que com certa “mistura” com o modelo Napoleônico. Curou com o argumento de que somente elites realmente esclarecidas poderiam dar direção ao projeto nacionalista para o país, logo, seria destinada apenas para essa parcela da sociedade.

Na década de 60, se buscava um novo

modelo de universidade. Vários projetos entraram em conflito, inclusive o dos estudantes que tinha como central a democratização da universidade no acesso a na estrutura interna da mesma. Opunha-se ao vestibular, a cátedra vitalícia e a atual estrutura antidemocrática da mesma (que vingou até os dias atuais).

Em 1964 ocorre o golpe militar no Brasil, e ao invés de apenas desenvolver o capitalismo nacional independente, o que é impossível já que a burguesia nacional depende da Internacional, pois é uma classe a nível global, e desde aquela época os países “emergentes” serviam as necessidades do capital internacional, começa-se um desenvolvimento mais forte do sistema capitalista no país associado e dependente dos centros do capitalismo hegemônico.

Ainda, segundo Sguissardi, 2003, a reforma de 1968 feita pelo regime militar estabeleceu, entre outras coisas, a obrigatoriedade da associação entre ensino e pesquisa, determinava o fim da cátedra vitalícia, tornava obrigatório o regime departamental e criou a carreira docente. Sendo que esta reforma de 68 foi uma parceria do MEC (Ministério da Educação e Cultura) com USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) que deu verbas ao Brasil, assim tendo como “moeda de troca” uma “reforma” em toda a educação em que também estruturou programas de pós-graduação, afirmando-se como neo-humboldtiana. Logo, vemos que a partir que um país assina acordos com instituições do capital hegemônico, segundo Leher, 2006, “flexibiliza” a sua soberania, pois, em troca do empréstimo, o governo deve cumprir objetivos impostos.

Porém, as intencionalidades aparentes pelo regime não se confirmaram na prática e o que ficou visto foi um aprofundamento do modelo napoleônico com algumas mudanças em relação à pesquisa e extensão, mas voltadas a produção do conhecimento “Interessada”, logicamente ao mercado, aprofundando a criação de instituições de educação básicas e superiores privadas, trazendo a tona um possível modelo *neo-napoleônico*, sucateando cada vez mais a educação superior pública.

Assim, foi até a década de 90, onde começou mais uma intenção de reforma universitária pela mudança global na sociedade

capitalista. Reforma esta que trataremos mais a fundo agora, assim entenderemos, o que ocorre com a universidade e qual o seu papel desempenhado na manutenção da estrutura econômica capitalista na conjuntura atual.

### ***O NEOLIBERALISMO E A UNIVERSIDADE NO BRASIL***

Vimos que, “nunca na história desse país” tivemos uma universidade estruturada e voltada as características/demandas brasileira. E na década de 90, isso veio a se confirmar com o governo de FHC e posteriormente de Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Para entendermos a Universidade hoje, temos que entender o que ocasionou o modo em que a produção capitalista está se apoiando para diagnosticarmos em que pilares a mesma está pautada, assim, estruturando a forma de produção e reprodução da ideologia hegemônica nesta instituição social e as políticas implantadas para ela.

“O capitalismo para ele existir/reproduzir, ele necessita estar em constante expansão. Para que isto ocorra é necessária a acumulação de capital – através da exploração da força de trabalho, extraindo desta forma a mais valia. Para que isto se concretize na prática, a economia capitalista é caracterizada pelos ciclos de acumulação de capital. Portanto é característico do capitalismo os períodos de retração da taxa de lucro, ou seja, as crises – para que o sistema se reestruture e comece a crescer novamente.” (FUCHS & BRASIL, 2010)

Ou seja, de tempos em tempos o capital entra em crise, sendo estrutural do capitalismo, já que em certo nível do desenvolvimento das forças produtivas elas entram em uma potencialização das contradições com as relações de produções existentes. O modo em que o capital se organiza já não suporta a forma que tomou suas forças produtivas. Para Marx & Engels (2008), o capital tem que tomar medidas de reestruturação para manter a estrutura econômica vigente, ou com a exploração de novos mercados, e/ou com a destruição das forças produtivas. Caso o contrário,

para Marx (2008), pode-se eclodir (somado a mais fatores) uma revolução social que possa transformar toda a ordem vigente.

É nessa lógica de constante expansão que o capital transforma tudo em mercadoria, pois, concordando com Marx (2008) “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias””.

Se pegarmos exemplos históricos do modo de produção capitalista, veremos que a cada passo que o mesmo se desenvolveu tivemos linhas de produção que hegemonicamente organizavam toda a ordem, e como já citamos anteriormente, a cada passo de mudança do capital, a universidade mudava também para moldar os trabalhadores às necessidades do capital, ou seja, essas linhas de produção se expressaram na educação também.

A primeira vista, após lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, foi o Taylorismo que procurava racionalizar as operações executadas pelos trabalhadores evitando o desperdício de tempo e ampliando a produção o máximo possível. Com o desenvolvimento de mais tecnologias, em 1913, o Fordismo começou a entrar em vigor, primeiramente na indústria automobilística dos EUA, onde cada trabalhador fazia uma determinada tarefa para a construção da mercadoria, utilizando-se dos métodos de Taylor. (PINTO, 2007) Nesse período (ápice do Fordismo nas décadas de 50 a 60), a educação voltava-se a formação especializada de seus trabalhadores, sem pensamento crítico, ocorrendo assim uma desqualificação do trabalho, como relatado anteriormente nos períodos da era de Getúlio até o início do regime militar.

No final da década de 60, o modelo taylorista/fordista havia se esgotado, já não suportava mais as demandas dadas pela estrutura econômica.

“A crise estrutural dos anos 1970 e o crescimento da inflação diminuíram ainda mais a renda e a riqueza da classe capitalista. Isso se pode compreender facilmente numa situação em que as taxas de juros reais eram praticamente iguais a zero ou negativas, os lucros e dividendos eram baixos, e o mercado da bolsa Neoliberalismo – Neo-imperialismo

estava deprimido.” (DUMÉNIL & LÉVY, 2007)

O período era propício para implementar o Neoliberalismo, que ia contra a política intervencionista do estado e de bem-estar, assim possibilitando uma maior “liberdade” a burguesia e também facilitando formas para se elevar suas taxas de lucro.

Logo, políticas começaram a ser postas em prática como “disciplina orçamentária através de contensões de gastos, retirando os direitos de bem-estar social, que o mesmo garantia, bem como a linha dura frente aos sindicatos”. (Pergher & Nishimura, 2008) Assim possibilitaria de forma autoritária e mais rápida, flexibilizar o trabalhador, privatizar os direitos sociais e potencializar a expansão do capital.

O primeiro local onde as políticas neoliberais começaram a ser postas em prática foi no Chile, após o Golpe militar de 1970, financiado pelos Estados Unidos, derrubando um regime popular representado pelo Presidente Salvador Allende. O preço inicial pago para o desenvolvimento do neoliberalismo está expresso em uma ditadura que torturou 28 mil pessoas, quase 3 mil assassinatos, e até hoje 39% da população Chilena não tem seguridade social garantida, como a previdência que foi privatizada pelo ditador Pinochet. Hoje em dia, os chilenos vivem em uma realidade onde não tem acesso público a educação, é praticamente um quintal de extração de riquezas para o capital internacional hegemônico.

Em um contexto onde a economia estava crescendo devagar e não se podia empregar mais e ainda não cometer uma superprodução, uma linha de produção que se encaixasse nesse contexto seria ótima. A partir dessas necessidades é desenvolvido o Toyotismo.

“Toyotismo, ou acumulação flexível. O mesmo surgiu entre as décadas de 50 e 70 na fábrica da Toyota, com o intuito de competir com as fábricas americanas, respeitando as características próprias do Japão. A produção se tornou puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo, ou seja, a produção não era feita para o estoque em massa, mas condicionada ao consumo, organizando o

conceito “Just in Time”. A flexibilidade do modelo produtivo exigiu também flexibilidade dos trabalhadores. Outro aspecto característico desta dimensão da mais-valia está na exploração da inteligência e imaginação do trabalhador, dos seus dotes organizativos, capacidade de cooperação para o trabalho em equipe, um trabalhador polivalente para operar diferentes máquinas, e apesar de tudo, Nozaki (2004) comenta que não foi um pretexto para o aumento do salário.” (FUCHS & BRASIL, 2010)

Assim, vemos políticas de retirada e privatização dos direitos sociais, flexibilização dos trabalhadores, bem como a diminuição do papel do estado na economia. E para que isso realmente seja concretizado, o capitalismo tem que moldar o que mais tem de precioso, a classe trabalhadora. E para isso ele se utiliza de aparelhos, e no caso que se trata neste texto, iremos especificar na universidade, que a lógica do toyotismo começa a se fixar em sua estrutura, formação, etc.

Por isso uma reforma universitária a qual mudará totalmente a estrutura do Ensino Superior Brasileiro, está a ser posta em prática desde meados da década de 90 com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o qual não conseguiu, pois não havia inserção nos movimentos sociais, nem nas camadas mais populares do país. Por isso, um marco para que as políticas neoliberais começassem a ser postas no país, foi a ascensão do Governo Lula/PT ao poder.

Lula tem inserção nas camadas que FHC não tinha e ainda, desde o início procurou governar com uma política de conciliação de Classes, onde dá seguimento as políticas de Fernando Henrique e as aprofunda ainda mais.

O Governo de Lula/PT garante o que a Burguesia necessita e coopta a classe trabalhadora com políticas assistencialistas, por cooptação de entidades, como a UNE, CUT, etc. e também pelo uso da força/violência e criminalização dos setores que continuam se opondo a sua política, como ao ANDES-SN, etc.

Isso traz consequências trágicas ao ensino superior brasileiro, que, da marca histórica que já tivemos onde apenas 20% das universidades eram privadas, hoje há mais de 80% do acesso ao ensino



superior estão nas mãos de instituições privadas. Ou seja, inverte a pirâmide do acesso ao ensino superior e caracteriza o avanço da mercantilização desumana da educação superior.

### ***A (CONTRA)REFORMA UNIVERSITÁRIA: INTENÇÕES E ATORES SOCIAIS.***

“O governo Lula da Silva recolocou em movimento a engrenagem de uma reforma universitária que, se exitosa, estraçalhará a concepção de universidade da Constituição Federal de 1988 e o futuro dessas instituições. A partir de um tripé constituído pelo Banco Mundial, pelo próprio Governo Lula da Silva e por uma ONG francesa, ORUS,...” (LEHER, 2006)

Desde o governo Lula/PT vem sendo imposta, de maneira ditatorial, fragmentada e com doses homeopáticas, uma reforma universitária na lógica de precarização, privatização e desumanização do ensino superior Brasileiro. Política essa que o Governo Dilma/PT está dando continuidade como nunca, como um exemplo podemos ver o corte de 50 bilhões do orçamento geral da união feito no início de 2011, isto para refinar a dívida pública externa e interna.

E o que primeiramente o governo faz para justificar a “privatização”? Denigre o público, ou seja, deixa de investir no setor público, até que o mesmo esteja “entregue as baratas” e justifica que a administração pública é falha, assim, tendo que abrir para a iniciativa privada.

O REUNI, que é apenas uma parte da atual reforma universitária é um bom exemplo, pois resulta um inchaço nas universidades federais, com um investimento quase nulo, ou seja, as condições de ensino, pesquisa, extensão, de trabalho e espaço físico, começam a ficar precários. Porém mascarado com o pseudo discurso de “democratização” do ensino superior proporcionado pelo governo.

Desde o início deste texto fazemos um debate sobre a lógica do capital e a relação entre universidade e formação. Logo, o capital tem em seu metabolismo a expansão máxima cotidiana, e para isso necessita do acúmulo máximo de riquezas que se expressa “no acúmulo exacerbado de mercadorias”. Ou seja. Um primeiro ponto a ser colocado é que se pública, a universidade não está

na roda mercadológica, logo é mais um mercado a ser explorado. Fica claro que, em um marco econômico, um dos objetivos com essa reforma é a privatização do Ensino Superior, para transformá-lo em mercadoria, e assim potencializando o poder da classe dominante e a manutenção da ordem vigente.

As políticas neoliberais afirmam que o Estado deve se isentar totalmente da política econômica, e abrir mão da administração de certas questões como saúde, educação, lazer, etc. Porém, segundo Mészáros, 2003, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado, pois o mesmo garante, a partir de suas intervenções, o modo de reprodução do metabolismo social do capital. E também, apesar da luta constante dos Estados nacionais na tentativa de assumir o poder do imperialismo atual, o desenvolvimento do capitalismo chegou a tal ponto, que há um monopólio do imperialismo em um Estado apenas, nos EUA, que já fez cair os estados imperialistas europeus e os colocou como “sócios minoritários” do imperialismo contemporâneo.

Logo, podemos traçar o que está relacionado com o marco econômico para a universidade com essa reforma do governo Lula. Hoje há uma política hegemônica e “viciante” a qual o capitalismo não consegue viver sem, que é o capital dependente, ou seja, os Estados estão dependentes do Americano, vivem e produzem para se manter no poder e alimentar o imperialismo Norte-Americano.

Segundo Mészáros, 2003, no século XX, de forma maciça a “ajuda externa” reaparece, como políticas agrícolas, garantia de exportação, financiamento nos fundos de pesquisa, etc. E essa “ajuda” faz com que os Estados capitalistas se tornem cada vez mais dependentes do Estado imperialista, pois o mesmo dita regras, divide o trabalho a nível internacional e garante sua hegemonia a nível global. E para isso algumas instituições são criadas, e uma delas é crucial para a reforma universitária no Brasil, o Banco Mundial que é o principal representante do neoliberalismo.

“A relação entre o Banco Mundial e as políticas educacionais é resultado de uma parceria de três décadas. Apesar de ser algo



relativamente recente, passou por diferentes enfoques, seja em decorrência do processo de reestruturação tecnológica, dos programas de ajustes estruturais da segunda geração ou mesmo pelos esforços de democratização do ensino. Mas é a partir da década de 90 que se nota a veemência dada, por esse organismo, ao financiamento e gesto das políticas educacionais.” (BRITO, 2002)

Logo, Leher (1999), coloca que o Banco Mundial não mais restringe sua condicionalidade aos indicadores macroeconômicos, mas principalmente ao famoso “ajuste estrutural” onde libera o mecanismo de mercado e coloca o setor privado como motor do “crescimento econômico”.

“Essa ofensiva, presente também na agenda do ALCA, tem como meta edificar um mercado educacional ultramar, sacramentado a heteronomia cultural. Mas o pré-requisito é converter, no plano do imaginário social, a educação da esfera do direito para a esfera do mercado...” (LEHER, 2006)

Assim que algum país aceita ajuda externa do Banco Mundial, ele abre mão de sua soberania e deve agir em uma lógica de “uma mão lava outra”. Ou seja, cumpre políticas impostas por este banco, que muitas vezes, faz alguns estados até mudarem suas constituições para implementarem esses artifícios do capital.

Diretrizes impostas pelo Banco Mundial são colocadas em prática, onde o mesmo, de maneira geral, retira a necessidade de produção científica nos países periféricos e, além de outras coisas, impõe a privatização do ensino superior.

Podemos trazer alguns exemplos dentro da reforma universitária nesse cunho econômico. A lei de inovação tecnológica, que abre as instituições públicas superiores para a iniciativa privada usar seus materiais, professores, estudantes, etc. para fazer suas pesquisas a um custo mínimo, pois o que mais iria gastar seria com bolsas a estudantes e professores, que não chega nem perto da quantia de gastos que teria com contratações de trabalhadores assalariados. Como o PROUNI, que abre bolsas para estudantes carentes em instituições privadas, porém ficam

isentas de impostos, e aqueles, que iriam para as universidades públicas que, a cada vaga aberta por este programa, três vagas poderiam ser investidas na universidade pública com contratação de técnicos administrativos e professores, além de infra-estrutura, deixando de abrir cerca de 2 milhões de vagas no ensino superior. Como o REUNI, que abre mais vagas nas instituições federais, porém sem investimento relevante para investir em ensino, pesquisa e extensão, tornando a universidade um “escolão” como indústria de produção de força de trabalho em larga escala ao capital. E as políticas mais atuais que são o pacote de “autonomia” universitária, que a única autonomia que se dá as instituições é de buscar verbas no setor privado, assim tirando a responsabilidade do estado em financiar o ensino público. Abrindo a universidade para uma privatização em larga escala, bem como, os hospitais universitários, que, pelas MP's 520 e 525, coloca a privatização dos mesmos e gestão total a iniciativa privada, com o aumento da precariedade e flexibilização do trabalho. Só na Universidade Federal de Santa Maria isso daria um impacto gigantesco, já que possui 13 cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao Centro de Ciências da Saúde, que usam o hospital como apoio formativo, e cobre 19 cidades da Região Central do Rio Grande do Sul.

Esses exemplos são pequenas partes da reforma universitária, e que se envolvem mais na garantia econômica da expansão do capital. Só coloco os fatores ideológicos, econômicos e políticos separados por uma questão metodológica, pois todos os pontos da universidade estão ligados e se envolvem a esses três patamares.

Assim, podemos afirmar que o Banco Mundial é o “Novo Senhor da educação” (LEHER, 1999), e o principal ator social das políticas Neoliberais. E passa a ser um determinante na manutenção do capital, sendo um ator social no marco econômico da R.U..

Porém, como já afirmado, a educação é necessária para garantir que a cultura do passado seja transmitida para a garantia da manutenção e avanço da humanidade, e assim, torna-se um direito social, um patrimônio da humanidade. Logo, uma reforma para a transformação desse direito social em direito de consumo sem um

domínio político e ideológico pela classe dominante torna-se mais difícil.

Concordando com Leher, 2006, por isso o uso de um léxico empresarial que vem a se somar a formação dos anos de neoliberalismo: excelência, gestão por objetivos, clientes e usuários, empreendedorismo, produtividade, profissionalização por competências etc.

“Neste sentido é importante notar que, para reestruturar o capital na década de 70, necessitou-se elaborar uma pedagogia que venha a suprir as demandas neoliberais, para que a mesma seja posta em prática. Vemos então que, hoje, para manter um trabalhador precário, polivalente, “autônomo”, etc., o pensamento pedagógico contemporâneo caracteriza-se, entre outras coisas, pela hegemonia de pedagogias relativistas, com destaque para o construtivismo, a pedagogia das competências, a pedagogia dos projetos, a teoria do professor reflexivo e o multiculturalismo.” (FUCHS & BRASIL, 2010)

Logo, essa nova pedagogia, nos moldes neoliberais/toyotista, vem a fundo para moldar a formação humana para atender as novas demandas do capital. Assim, os países periféricos começam a servir mais ainda na produção de mão-de-obra desqualificada ao capitalismo internacional, de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, demandando assim, uma ideologia dominante nova para mascarar as contradições incontáveis do capital. Entretanto, mais um ator social é crucial para a formulação dessa ideologia. A ONG francesa ORUS, que foi responsável de elaborar esse programa ideológico na reforma universitária do Governo Lula.

Se voltar os olhos a década passada, podemos ver que vários cursos passaram por reformas curriculares, uns generalizando mais sua formação, outros fragmentando mais, como no caso da Educação Física em licenciatura e bacharelado, porém, todos eles pautados nas pedagogias aos moldes neoliberais/toyotista. Acarretando assim, um aumento no número do desemprego e no subemprego, desorganização da classe trabalhadora, entre outros fatores, mas principalmente e resumidamente, no domínio

ideológico.

Pode-se trazer um exemplo típico a ser dado dentro da lógica do empreendedorismo, que faz com que futuros trabalhadores escolham seus cursos pela visibilidade social mercadológica, sem se importar com as possíveis consequências, do que aquelas que venham atender suas condições básicas de manutenção de suas vidas. Por exemplo, quando um aluno de Educação Física faz o curso de Bacharelado, sabe das limitações de atuação na área de trabalho, porém continua, pois quer montar sua academia, ser “autônomo”, ou não quer trabalhar na escola. Ou não quer trabalhar na escola por conta do salário baixo e desvalorização do professor escolar, ou quer ser um empreendedor em negócios, ou seja, fatores econômicos. Só que, como colocado neste texto, não há espaço para todos no capital, e o avanço no investimento dos “negócios” é cada vez mais sufocado pela grande burguesia nacional, e pelo capital internacional. Colocando estudante contra estudante, quando deveriam manter a unidade para lutar por outra lógica de formação, que seja de qualidade e voltada às necessidades humanas, garantias dignas de vida, contra a precariedade na área de trabalho, entre outras questões.

Também dentro da reforma universitária, o discurso ideológico de que público não funciona, e que deve se retirar do estado a responsabilidade com os direitos básicos para melhorar a economia e melhorar essas “prestações de serviço”, abre portas para a população apoiar a lei de inovação tecnológica, a privatização dos hospitais universitários, entre outros, assim facilitando a implementação desse ataque ao acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

O conhecimento científico é resultado da prática humana, ou seja, do trabalho. O trabalho está cada vez mais precário, está voltado as demandas do capital, que por este antagonismo entre capital e trabalho, o resultado está expresso na não produção do conhecimento socialmente útil. Contribuindo para a objetivação de uma descaracterização humana, com acesso ao trabalho útil reduzido, voltado a produção e reprodução do capital, sem acesso as produções científicas, sem produções voltadas às demandas sociais, mas sim as demandas de mercado. Essa

descharacterização está expressa no nosso dia-a-dia com a prostituição, analfabetismo, drogas, mortalidade infantil, fome, miséria, desemprego, etc.

Porém, com a ideologia imposta por essas pedagogias voltadas ao capital, levam a crer que estas questões são naturais e que não há mudanças e nem saídas para buscar outro projeto histórico de sociedade voltado às demandas da classe trabalhadora.

Assim, um importante ator social no Marco Ideológico do capital no Brasil, em relação a reforma universitária, está a ONG ORUS que desenvolveu essa lógica para a formação superior brasileira e que garante o domínio ideológico a classe dominante na lógica neoliberal.

Porém como Mészáros, 2003, afirma, o estado é um importante aparato para a burguesia garantir o modo de reprodução do metabolismo social do capital. Assim, necessita de governos aos quais o mantenham vivo. Por isso o forte investimento da burguesia nas campanhas dos últimos presidentes eleitos no Brasil.

O Governo Lula/PT e Dilma/PT, com sua ascensão social em vários setores, vem a garantir as políticas de avanço neoliberal no Brasil, e dentro da Reforma Universitária ainda mais. Pois, por estar pautada nas diretrizes do banco mundial, garante o marco político ao capital imperialista, pois toma frente do Estado brasileiro e o coloca a serviço da expansão desumana do sistema capitalista.

Podemos ver que isso se manifesta também, nas especificidades da reforma universitária. Pois esses dois últimos governos, 2003 a 2010, mais o atual de Dilma/PT, utilizam-se de dados referentes a essa pseudo “democratização” do ensino superior para permanecerem no poder e perpetuar por mais tempo as políticas burguesas.

O REUNI e o PROUNI apareceram como carro chefe nas campanhas eleitorais, pois aumentaram o número de vagas e o “acesso”, com o falso discurso da democratização do ensino superior, sem colocar as reais intenções, econômicas, políticas e ideológicas desses segmentos. Intenções de retirada do direito ao ensino superior, formação em larga escala de mão de obra precária, desqualificada, não produtora de conhecimento, acrítica e voltada às necessidades

de mercado.

O ENADE é outro exemplo a ser dado. Pois, o mesmo vem com o intuito de avaliar as universidades, porém pautado em uma ideologia do capital, regada ao valor da competição, onde as universidades que apresentarem o pior desempenho, menos verbas irão receber, além de ranquear as instituições. Ou seja, vemos o cunho ideológico na perpetuação de um valor intrínseco ao capital que é a competição e coloca também a meritocracia, perpetuando ainda mais a culpabilização do indivíduo sem analisar as condições objetivas do mesmo. Também econômico, pois faz com que o estado invista menos nas universidades públicas cada vez mais precárias, e faz o ranqueamento das universidades, assim, salvando as privadas com suas propagandas a partir dos resultados desse exame. Há um fator político (isso apenas analisando esse exame que é uma parte do SINAES, que é apenas uma parte da reforma universitária), o governo também, além das camadas populares com o discurso de “democratização” do ensino superior, consegue apoio dos ricos tubarões do ensino que são salvos por essa política.

Logo, vemos que a cada passo que o capitalismo se desenvolve, e ainda mais a cada crise que o mesmo entra, a Universidade é moldada as necessidades do capital, potencializando a exploração da classe trabalhadora, aumentando assim, a subordinação do trabalho ao capital. Causando a desapropriação do homem daquilo que o mesmo produz, descharacterizando a gênese humana, engrandecendo o processo de desumanização, desenvolvendo ao máximo as forças produtivas a ponto de ter que ocorrer a destruição das mesmas, destruindo a natureza a cada passo de avanço do capital.

Assim podemos caracterizar a Reforma Universitária dos Governos do PT/Banco Mundial, como uma intervenção na instituição social Universidade em sua estrutura, formação e produção, que causa garantias ideológicas, políticas e econômicas, interagindo assim, a superestrutura da sociedade capitalista com a estrutura econômica, sendo mais uma política a se somar as outras para a manutenção do capital. Podemos a caracterizar também, como mais um

“chicote” da burguesia para açoitar a classe trabalhadora, assim, controlá-la, explorá-la mais e reagrar o avanço da humanidade ao seu fim.

### CONCLUSÃO

Assim, podemos caracterizar a Universidade como uma instituição social que produz e reproduz o projeto histórico ao qual está inserida, e que serve como aparato político, ideológico e econômico para o avanço da sociedade vigente.

Mézáros, 2003, afirma que vivemos no século do Socialismo ou Barbárie. Pois o sistema capitalista chegou a um patamar em seu desenvolvimento, que confirma muitas teorias, que suas contradições são insuperáveis pelo próprio capital, que a sua crise estrutural chegou ao ponto de não conseguir contornar suas contradições de maneira efetiva, que deixa uma “nuvem escura” sobre o nosso futuro, e que se os desafios postos a classe trabalhadora para a superação dessa sociedade não sejam enfrentados enquanto ainda há tempo, o mundo se encaminhará para um estado de barbárie irreversível.

Por isso, a universidade pode servir como mais um instrumento que nos leva a um estado de barbárie, se pautada a lógica do capital, ou para o socialismo, se lutarmos pela implementação de um projeto que seja voltado as necessidades da classe trabalhadora.

Assim, o nosso papel, que estamos inseridos no seio das contradições da universidade, é de mobilizar e lutar. Mas lutar levantando a bandeira histórica do Movimento Estudantil, a bandeira da **UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DE QUALIDADE, LAICA E SOCIALMENTE REFERENCIADA**.

**Pública**, pois expressa o acesso a todos e como patrimônio de todos, ou seja, a universidade nunca foi pública. E se queremos uma sociedade realmente mais humana, a qual a riqueza não se expresse em um simples acúmulo de mercadorias que rege todas as nossas relações sociais, mas sim na universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas individuais por meio do intercâmbio universal, a produção da própria totalidade humana, o controle total do ser humano sobre as forças da natureza, a relação qualitativa e

dialética em prol da humanidade entre homem e natureza, entre outros fatores, nós temos que lutar para que, a Universidade, que produz conhecimentos necessários para o avanço da existência humana, seja de acesso e bem de todos, rompendo assim, com a lógica da propriedade privada, que deu meios para que a exploração do homem pelo homem chegasse aos patamares desumanos da sociedade capitalista.

**Gratuita**, pois rompe com a lógica mercadológica da educação, assim voltando a formação, a produção, a estrutura da universidade para as necessidades do povo, elevando a universidade a lógica de universalização real do conhecimento para toda a humanidade.

**De qualidade**, pois, por mais que muitos considerem a universidade de qualidade, mas qualidade voltada ao capital. Temos que ter desacordo com isso, pois a qualidade será real se realmente for voltada às necessidades humanas, que tudo o que foi produzido historicamente, e os meios de produção para o avanço da humanidade, sejam socializados para a produção humana em sua totalidade, se opondo a lógica fragmentária da negação da gênese humana, que coloca o trabalho a precariedade, exploração, cegando os seres humanos a sua ontologia.

**Laica**, pois se refere a real autonomia, voltada a independência da produção do conhecimento e métodos políticos pedagógicos voltados a formação humana em sua totalidade, rompendo com a lógica de negação do conhecimento, de formação voltada as demandas da extração máxima do sobretrabalho.

**Socialmente referenciada**, pois sua referência estará voltada às necessidades do povo, que anseia pelas condições dignas de vida, por terra, por trabalho, por alimentos saudáveis, por saúde, por educação, por lazer, pela cultura corporal, entre outras questões que balizarão a produção do conhecimento socialmente útil e a socialização do mesmo em sua totalidade.

Assim temos que nos referenciar em cima daqueles que vem formulando para o avanço da universidade nesses marcos, como o sindicato nacional dos docentes do ensino superior, ANDES, os movimentos sociais de luta da classe trabalhadora, entre outros que tem em comum o projeto histórico de sociedade superador.

O Movimento Estudantil de Educação



Física formulou, a partir da luta contra as atuais diretrizes curriculares, que fragmentam o curso de Educação Física, flexibilizando o trabalhador, precarizando a área de trabalho, desorganizando a categoria e tirando seu caráter classista, um projeto para formação de professores, a licenciatura ampliada, que dentro da mesma, tem características que podemos elencar para um projeto de universidade que sirva aos anseios da classe trabalhadora.

Como a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, ou seja, que o tripé da universidade seja garantido e para, além disso, se articulem de certa forma que garantam a produção e educação de um conhecimento socialmente útil e humano. Democratização e auto organização, que dê acesso a todos como já foi explicado, mas que também permita a organização dos segmentos que constroem a universidade, e aqueles que usufruem e sofrem consequências daquilo que foi produzido no interior da mesma, voltando seus marcos a realidade social a qual a instituição está inserida. Trabalho enquanto princípio educativo, pois o mesmo balizará e articulará todas as ações dentro da universidade, trazendo assim um caráter mais humano ao ensino, à pesquisa e à extensão. Trabalhar a partir práxis social, que vem propor a superar a dicotomia entre teoria e prática, as quais uma depende da outra em uma relação dialética. Formação humana omnilateral, que busca uma produção do homem em sua totalidade, buscando assim outra sociedade. Entre outros tópicos que devemos abrir os olhos e articular este projeto com outros segmentos para potencializarmos a luta pela Universidade.

Assim, uma reformulação significativa da educação, é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÈSZÁROS, 2005) Logo, não adianta lutarmos por outro projeto de universidade, sem lutarmos pela democratização do trabalho, onde todos tenham acesso ao mesmo em sua totalidade, por condições dignas de trabalho, por acesso aos bens materiais de toda a humanidade, isso acarretaria em uma grande contradição, pois continuaríamos a produzir força de trabalho em larga escala para a reprodução e produção do capital e continuaríamos a nos encaminhar para a

desumanização de toda sociedade. E se este é o século que poderemos chegar a um estado de barbárie, e devemos enfrentar os desafios postos para impedir isto, o que balizará nossas ações?

Apesar de ter comparado a universidade de hoje a um chicote para açoitar os trabalhadores, temos que lutar por ela, por uma formação realmente humana. Se a universidade produz e reproduz a sociedade a qual está inserida, a instituição a qual temos que propor tem que estar pautada em outro projeto de sociedade que seja oposto a todas as questões de exploração/opressão do homem pelo homem e destruição em massa da natureza.

Porém de nada adianta lutarmos por estas questões sem termos um horizonte histórico ao qual venha realmente a superar as contradições do capital, contradições estas várias vezes expostas neste texto e balizar nossas ações. Nunca existira uma universidade nos moldes de outro projeto histórico de sociedade na sociedade capitalista.

Entorno disso que a ExNEEF, desde de sua gênese em 1992, vem tocando lutas em prol dos estudantes de educação física, elencando a um projeto histórico de sociedade para elevar suas consciências e superar as contradições postas pela atual sociedade. E hoje duas lutas centrais são elevadas a plano nacional por esta entidade que são Contra a Reforma Universitária do Governo Lula/PT e lutando pela Licenciatura ampliada, sendo um proposição de superação a formação posta hoje.

Por isso, temos que enfrentar os desafios postos enquanto classe trabalhadora que visa derrubar a classe dominante que nos explora para o gozo de sua vida luxuosa, apenas nós poderemos, enquanto classe, construir a história com o marco da queda da classe burguesa. E esses desafios devem ser enfrentados balizados em algo que proponha superar as contradições que nos desumanizam. Um projeto histórico que proponha que sejamos realmente livres, humanamente diferentes e socialmente iguais, que se oponha ao antagonismo entre capital e trabalho, que venha a acabar com o capital e o trabalho tomar seu caráter ontológico, que socialize os bens culturais da humanidade, que acabe com os excedentes de produção, com a propriedade privada, com a fome, desigualdade, com a exploração do homem pelo homem, com a destruição da natureza em



larga escala, ou seja, que vá ao lado contrário da lógica da sociedade de classes. O Projeto Histórico Socialista.

*Trabalhadores de todo o mundo, UNI-VOS e lutemos por uma universidade e formação para a classe trabalhadora e pelo Socialismo.*

## Notas

1. Dedico este texto a todos os estudantes, professores e técnico administrativos que dão suas vidas a luta pela universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada, e por uma outra sociedade, sem exploração e desigualdades. Em específico também aos companheiros da SEDUFMS e ASSUFMS em Santa Maria, que estão tomando a frente das lutas contra a privatização do Hospital Universitário. E aos meus companheiros de diretório acadêmico, que em nossos grupos de estudos deram suporte para a construção desse texto, logo, este texto é a expressão do debate coletivo do DACEFD/UFMS.

2. Estudante do 9º Semestre de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador Nacional de Ensino Pesquisa e Extensão da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física gestão 2010/2011. Coordenador do Diretório Acadêmico de Educação Física do CEFD/UFMS (DACEFD/UFMS).

### 3. Organização Internacional do Trabalho

4. Dados extraídos de [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br) em 8 de março de 2011.

5. Dados extraídos de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza#cite\\_note-4](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza#cite_note-4) em 8 de março de 2011.

6. Dados extraídos de [www.feab.wordpress.com](http://www.feab.wordpress.com) em 8 de março de 2011.

7. Dados retirados do site <http://www.library.com.br/Filosofia/misriae.htm> acessado em 11 de Março de 2011.

8. “Coisa” era um termo utilizado por Karl Marx para se referir muitas vezes a mercadoria. Ver O Capital, Karl Marx, Editora Civilização Brasileira.

9. Conselho Federal de Educação Física.

10. Está entre aspas pelo fato de ser um falso consenso, pois é imposto pela classe dominante.

### 11. Gênese humana = Trabalho

12. Foi usado o termo lapidar, pois, a força de trabalho tem certas diferenças entre umas e outras de acordo com as especificidades de cada labor. Todos os trabalhadores possuem força de trabalho, só que alguns vão a instituições de ensino, aprendem técnicas e servem as demandas do mercado para determinadas áreas. Como o engenheiro, médico, professor, etc. Assim, esse termo é mais para uso pedagógico para facilitar o entendimento desse processo educativo no ensino superior, técnico, etc. para moldar os trabalhadores às necessidades do capital. Não é um termo científico, e também não achei algum autor que tenha o usado.

13. Foi uma política adotada no período de 1898 a 1930 que se caracterizava por um revezamento no poder Brasileiro por presidentes fortemente influenciados pelo poder agrário do Estado de São Paulo, que era o principal produtor de café na época, e por Minas Gerais, que tinha o principal pólo eleitoral da época e era o principal produtor de leite.

14. Ver **O século XXI socialismo ou barbárie?** Capítulo 1 de Istvan Mészáros.

15. A organização departamental potencializou o corporativismo nas universidades, colocando professores contra os próprios professores, desorganizando os mesmos e potencializando as formas de exploração desses trabalhadores.

16. Ver “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Karl Marx e “O Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friederich Engels.

17. Conhecido como “Anos dourados” em que se garantia o estado de bem estar social, o qual tirava certa parcela dos lucros dos capitalistas para se garantir algumas seguridades sociais ao povo.

18. Dado extraído de <http://pt.wikipedia.org> em 8 de Março de 2011.

19. O subtítulo está “(contra)reforma”, pois veremos no decorrer do debate que essa reformulação do ensino superior

vem apenas para piorar a situação da educação Brasileira, assim uma reforma não “combina” com o que está posto, pois ninguém faz alguma reforma para piorar, por isso todas as políticas do capital estarão agindo em “contra-reformas”.

20. Ditatorial, pois a Reforma Universitária está sendo aprovada por decretos, sem discussão alguma com a comunidade Brasileira, ou seja, imposta goela a baixo pelos governos a mando do capital: Lula/PT e Dilma/PT.

21. Programa de apoio ao Plano de Reestruturação das Universidades Federais.

22. Pseudo pelo fato de, além de sucatear o ensino superior, potencializa o processo de privatização e limita ainda mais as possibilidades de real democratização do ensino superior.

23. Programa Universidade para Todos.

24. MP 435/2010, MP520/2010, MP525/2010 decretos n°.7232, n°. 7233 e n° 7234 de 2010.

25. Reforma Universitária.

26. Exame nacional de desempenho dos estudantes.

27. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

28. Trabalho ontológico, explicando de forma simples, gênese humana, ontologia do ser social, transformação do indivíduo em ser humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRAZ, M.; Neto, J.P. Economias Política uma introdução crítica. 4º ed. – São Paulo, SP. Cortez, 2008.**

**BRITO, A. O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas.** Revista Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XI – N°26 – Fev. 2002.

**CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, N°24, 2003

**CORNEJO, A. No Chile, há mais pobres que em 2006.** Disponível em: <[http://cartamaior.com.br/templates/materiaMoststrar.cfm?materia\\_id=17183](http://cartamaior.com.br/templates/materiaMoststrar.cfm?materia_id=17183)> Acesso em: Mar. 2011

**DE PAULA, M. A influência das concepções alemã e francesa sobre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações.** In: Reunião Anual ANPED, 25. Caxambu 29 de Set-2 de Out. 2002

**DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

**ENGELS, F.; MARX, K. O Manifesto Comunista.** São Paulo, SP. Editora: Expressão Popular, 2008.

**FUCHS, M.; BRASIL, V. EDUCAÇÃO E CRISE, uma relação (des)humanizadora.** Caderno de debates ExNEEF n° XII, 2010.

**LEHER, R. A Contra-Reforma Universitária de Lula da Silva.** 2006. Disponível em: <[http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=%22A+Contra-Reforma+Universit%C3%A1ria+de+Lula+da+Silva%22&btnG=Pesquisar&lr=&as\\_ylo=&as\\_vis=0](http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=%22A+Contra-Reforma+Universit%C3%A1ria+de+Lula+da+Silva%22&btnG=Pesquisar&lr=&as_ylo=&as_vis=0)> Acesso em: Mar. 2011.

**LEHER, R. Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Revista Outubro, São Paulo, Vol.1, p. 19-30, n.3, 1999.

**MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política ---2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2008**

**MARX, K. O CAPITAL Livro I – 26º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.**

**MARX, K. Trabalho assalariado e capital & Salário preço e lucro. –1.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2006.**

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI socialismo ou barbárie?** - 1ed. - São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2003.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. – São Paulo: Expressão Popular, 2001

**PERGHER, E.; NISHIMURA; S. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. Caderno de debates ExNEEFX. 2008**

PINTO, Geraldo A. **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. --- 4.ed.-- Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SGUISSARDI, V. **A universidade neo-profissional, heterônoma e competitiva**. In: Reunião Anual ANPED, 26., Poços de Caldas, MG, 5-8 de out. 2003.

# Contribuição da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física ao Debate de Movimento Estudantil: O Rompimento com a UNE e Perspectivas de Avanço e Organização<sup>1</sup>

O presente texto tem por objetivo fazer um balanço da EXNEEF sobre o rompimento com a União Nacional dos Estudantes no XXIX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física-POA/2008. Para que possamos fazer tal análise necessitamos de um breve recorte da conjuntura política nacional e mundial.

Ao desenharmos o cenário político brasileiro, observamos o aprofundamento das políticas de cunho neoliberal que se inseriram no país principalmente a partir da década de noventa, com Collor e FHC. Estas políticas, fortemente combatidas pelos movimentos sociais na década de noventa, pareciam encontrar alternativas na candidatura de Lula/PT em 2002. No entanto, o que ocorre com a ascensão de Lula/PT ao governo do país é o aprofundamento destas políticas, que seguem diretamente a cartilha dos grandes organismos financeiros mundiais, como o FMI e o Banco Mundial.

A adequação a essas políticas provoca um profundo quadro de desorganização e cooptação dos movimentos sociais, que até o fim da década de noventa encontravam certa unidade na luta contra os avanços neoliberais no país. Fatos estes consolidados em centrais sindicais cooptadas, como a CUT, e também no movimento estudantil com a UNE que se colocou ao lado do governo em situações como o mensalão e apoio a reforma universitária, chegando à incoerência de se manifestar contra as ocupações de reitorias no ano de 2007, em que o movimento estudantil de luta combatia o desmonte do ensino superior público.

As últimas eleições, caracterizadas pela polarização entre duas candidaturas semelhantes, para não dizer iguais, entre PT/PMDB X PSDB/DEM demonstravam que o que estava por vir: era ou o neoliberalismo ultraconservador e privatizante de FHC, ou, a farsa da socialdemocracia de Lula/PT travestida de tragédia frente às expectativas daqueles que ainda depositavam esperanças, de que o país pudesse se distanciar de vez da nefasta política neoliberal.

Junto a este cenário surge a alternativa

verde como oposição disfarçada, mas que é enraizada na ideologia do desenvolvimento sustentável do capitalismo. Marina Silva compôs o governo de Lula/PT por sete anos, frente ao ministério do meio ambiente, e se não bastasse, o seu atual partido possui várias alianças em diversos estados com o DEM. Demonstrando claramente que a única diferença se encontra na forma de ludibriar o povo, com um debate extremamente superficial de sustentabilidade, quando um dos principais financiadores da campanha do PV foi um dos maiores responsáveis pelo desmatamento no país, o empresário Guilherme Leal, dono da Natura. A farsa do desenvolvimento sustentável joga para o indivíduo a responsabilidade pelo futuro mundial, quando sabemos que os reais responsáveis pelas condições atuais do clima são as grandes corporações e as grandes potências capitalistas, que poluem e desmatam as riquezas naturais, para seguir acumulando capital. Temos a certeza que a solução não está somente em ações individuais, mas sim na transformação do modo de produção que vivemos.

A esquerda socialista como em 2006, não consegue unidade para participar do pleito eleitoral tendo em suas candidaturas resquícios, do que significa hoje a conjuntura dos movimentos sociais que se encontram amplamente fragmentados. Também reflexo do profundo período de refluxo das massas que passamos, em que a classe trabalhadora não consegue perspectivar alternativas de organização e avanço frente aos ataques que vêm sofrendo. Conseqüências estas advindas do processo de neoliberalização da vida, arraigado da ideologia pós-moderna que não vê alternativas para a humanidade, e que é tido a nível mundial como a alternativa capitalista para a gerência da crise estrutural do capital a partir dos desdobramentos da crise do petróleo na década de 70 e do fim do modelo de produção fordista/taylorista e da Era de Ouro do capitalismo.

No segundo turno acentuam-se as

contradições dentro dos movimentos de esquerda, quando a confusão ideológica e de análises de conjuntura remetem importantes partidos e movimentos sociais, como o PCB e MST, ao lado do governo Dilma/PT, entendendo que este seria o melhor caminho a trilhar frente à oposição de Serra PSDB/DEM. Negando, assim, a análise que a esquerda socialista vinha tendo dos oito anos de governo Lula/PT, ou seja, de aprofundamento das políticas neoliberais. Nesse contexto, o segundo turno apresenta-se de duas formas para os movimentos sociais de luta da classe trabalhadora e também para o movimento estudantil: o projeto neoliberal que fortalece o capitalismo é o mesmo para Dilma/PT e Serra/PSDB-DEM. O que vai se configurando como diferença é a combinação entre consenso e coerção, durante os governos, para que o Estado Brasileiro siga amoldando-se às necessidades do capitalismo.

Em escala global, os efeitos da crise econômica entram em uma nova fase de choque com os direitos sociais do trabalho. O que exemplifica as diversas manifestações que vem ocorrendo principalmente na Europa em que inicialmente e preconceituosamente se atribuía aos países denominados Pigs (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha). Entretanto, não demorou para que as grandes economias européias se defrontassem com as manifestações da classe trabalhadora frente as políticas de ataques aos direitos sociais do trabalho, desde França, Espanha, Itália até a Inglaterra.

Os Estados Unidos, principal país a sofrer os efeitos da crise, conta atualmente com índices de desemprego que atingem cerca de 15 milhões de trabalhadores, algo catastrófico para a maior economia mundial. Neste sentido, utiliza-se do seu enorme poderio bélico mundialmente, em guerras localizadas (Iraque, Afeganistão), e também na militarização de países estratégicos na geopolítica mundial, como o caso da Colômbia, Honduras e Costa Rica na América latina; Coreia do Sul na Ásia e Israel no Oriente Médio. Buscando, desta forma, fazer o enfrentamento a países que se colocam hoje contrários a política Norte Americana, como por exemplo, Venezuela, Equador e Bolívia na América latina, Coreia do Norte na Ásia, Palestina e Irã no Oriente Médio.

Frente a este desastroso cenário nacional e mundial os movimentos sociais de esquerda, e que

propõe uma nova ordem mundial, devem buscar dentro da luta de classes resgatar a consciência de classe dos trabalhadores, reaproximando-os dos movimentos sociais combativos e de luta. Neste sentido, que hoje enquanto Movimento Estudantil, a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF) exerce importante papel na reorganização e inserção dos trabalhadores nas lutas sociais. O que justifica uma análise criteriosa do que vem sendo o movimento estudantil hoje, em que num horizonte mais amplo, raramente encontra unidade nas lutas estudantis e, além disso, diante da cooptação de setores que tiveram importância histórica no Movimento Estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), não dispõe de um entidade representativa a nível nacional. Portanto, faz-se necessário o balanço da ExNEEF em relação à sua ruptura com a já falida UNE, e o apontamento de perspectivas do Movimento Estudantil para o período.

#### *Histórico de discussões sobre o Rompimento com a UNE*

A UNE teve seu papel histórico importante para o movimento estudantil brasileiro. Não vamos nos deter a fazer um resgate histórico dessa entidade e suas lutas do passado, vamos nos deter ao objetivo do texto: que é fazer um balanço do rompimento da EXNEEF com a UNE e para isso precisamos contextualizar um pouco a passagem da UNE para o lado do capital e como a EXNEEF e o Movimento Estudantil de Educação Física foram acumulando sobre o debate de Movimento Estudantil.

A UNE na década de 90, já apresenta retrocesso quando mesmo lutando pelo Fora Collor, ela se coloca ao lado de um setor que defende que o governo seja procedido pelo vice Itamar Franco. Não pautando novas eleições, que era o debate do movimento estudantil da época. A chegada de Itamar Franco à presidência representava o mesmo projeto político-ideológico de Collor e não uma transformação. Acentuando ainda mais a iminente falência da UNE que obteve, a partir desta decisão, a simpatia de setores como a própria rede globo. A Rede Globo foi à principal promotora da eleição de Collor, porém via retrocessos a implementação do neoliberalismo frente à roubalheira descarada do



presidente, e por isso simpatizou ao processo de luta que se estabelecia na época. Além disso, conseguiu disseminar o ideal de que a democracia burguesa é tão perfeita que podemos “eleger e destituir um governo”, mera falácia se observarmos a continuidade da política de Itamar, FHC e Lula/PT que seguem a risca a política neoliberal.

A UNE, desta forma, acentua a falência do combativo Movimento Estudantil da década de 60 e 70, consolidando assim, a continuidade da política de Collor através de seu vice Itamar, e demonstrando a grande incapacidade de questionamento da democracia burguesa, e principalmente, das devidas críticas do modelo político que se solidificava no país a partir da década de noventa.

As Executivas e federações de curso vendo que a UNE estava tomando caminhos contraditórios, formam o Fórum Nacional das Executivas e Federações de Curso em 1992, mesmo com seus diversos limites, o FENEX se mostrou uma resposta ao já peleguismo da UNE. As próprias federações e executivas, e são várias, se fundam num contexto de saída da UNE, pois antes compunham a UNE em forma de secretarias específicas de curso. Dando início, assim, a construção de um novo movimento estudantil, fora dos velhos vícios de uma entidade que demonstra claros sinais de burocratização frente à direção majoritária do PCdoB e PT, que já se utilizavam de fraudes eleitorais para manter a hegemonia dentro da entidade.

A partir do Fora Collor, podemos observar, o amoldamento da UNE a democracia burguesa e a sua incapacidade de tecer críticas as políticas desenvolvidas pelo estado burguês, como nos oito anos de FHC, em que as políticas neoliberais foram seguidas a risca em todos os âmbitos, principalmente na educação. Também se percebe a negação da UNE na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, quando passa a agir intensamente na luta pela redução das matrículas nas universidades privadas e não na crescente estatização dessas instituições, buscando nelas somente a massa de estudantes necessária para garantir a confecção de carteirinhas, que contribuíram para a consolidação da UJS como campo majoritário da entidade desde 1992. Dessa forma, ao aprofundar uma relação

com os estudantes puramente mercantil de confecção de carteirinhas, negando a necessidade da disputa ideológica e de projeto de sociedade, a UNE não conseguiu potencializar as lutas estudantis, sendo que em 2001, durante a greve das universidades, o Movimento Estudantil teve que se organizar através do comando nacional de greve, articulando-se fora da UNE.

É necessário delimitar que um movimento de resistência e luta, que visa modificar a ordem, tem de tecer críticas coesas e severas aos ataques sofridos e para isto deve construir um movimento politizado, a partir da base, em congressos politizados, sérios e com objetivos concretos e também ser direção nos processos de lutas como no caso da greve em 2001. O que não se concretizava nos congressos da UNE e nem na sua política de massificação das carteirinhas estudantis e disputa pela meia entrada.

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT), chega a presidência da república com Lula, e nesse momento se existia alguém que ainda tinha esperanças que um governo do PT seria bom para a classe trabalhadora viu na prática que estava enganado. As políticas implementadas pelo PT-Lula seguiram a risca os moldes neoliberais. São exemplos: o programa Bolsa Família e Bolsa Escola, que são políticas compensatórias do crescente aumento da pobreza e da miséria da classe trabalhadora e que, de forma alguma, retiram o trabalhador desta condição. Já no campo educacional, nos deparamos com o Reuni, Prouni, lei de inovação tecnológica, parcerias público privadas, que fazem parte do programa de reforma universitária do governo Lula/PT que segue a risca as indicações do banco mundial, colocando a educação a serviço do grande capital.

A UNE demonstra cada vez mais estar cooptada pelo governo e pela troca de favores, se colocou do lado contrário aos estudantes na luta pela Universidade Pública, gratuita e de qualidade, ficando ao lado do governo e a favor da reforma universitária - que significa o grande desmonte da educação que o FHC não conseguiu aprovar, mas que Lula e o PT fizeram passar por medidas provisórias e decretos.

A UNE não representa, nesse contexto de proposição das medidas da Reforma Universitária, a resistência do Movimento Estudantil aos ataques sofridos pela educação,

essa entidade torna-se mais um braço do Governo, apoiando as medidas e mobilizando atividades em favor da política neoliberal. Entre elas, destacamos o apoio aos participantes do mensalão, ao PROUNI, e a “Caravana UNE pelo Brasil” que com o pretexto de debater os 20 anos de implementação do SUS, que explicitamente visava apoiar a reforma universitária de Lula/PT/Banco Mundial.

No entanto, o Movimento Estudantil de luta e combativo varreu essa caravana governista e reacionária da maioria das universidades públicas brasileiras. Em 2006, o Movimento Estudantil combativo e de luta encontraria uma forma de resistência, quando se organiza e cria-se a Frente de Lutas contra a Reforma Universitária, tendo em vista que a UNE já não era uma alternativa resistente as propostas do Governo PT-Lula e sim uma representante do ministério da educação. A frente de Lutas serviu como instrumento de luta para mobilização estudantil frente aos ataques propostos. Serviu como impulsionadora de muitas lutas e inclusive a onda de ocupações de reitorias de 2007, porém diluiu-se no mesmo ano, enfraquecida por não conseguir barrar o REUNI, não obtendo vitórias concretas. Entretanto, conseguiu impulsionar o rompimento de várias executivas de curso com a UNE.

### *O Debate da nova entidade*

Há diferentes leituras quanto à onda de ocupações de reitorias de 2007, hoje em 2010, setores que reivindicam a Assembléia Nacional de Estudantes Livre (ANEL) e também que não reivindicam essa entidade, entendem que a onda de ocupações poderia ter sido mais impulsionada e mais vitoriosa se existisse uma entidade nacional de estudantes, que aglutinasse e organizasse as lutas. Entendemos que esse processo de ataques e resistência a educação, e aos trabalhadores como um todo, vem acontecendo num cenário diferente a cada período histórico, mas que a partir da metade ou fim da década de 90, o neoliberalismo se consolida em sua forma ideológica de privatização, de cooptação dos movimentos de luta, de individualismo, é a tese pós-moderna do fim da história, etc.

Esse contexto dificulta a mobilização das lutas e a organização dos trabalhadores, e estudantes também – caracterizando um período

de refluxo dos movimentos sociais, em que grande parcela da classe trabalhadora encontra-se extremamente fragmentada, flexibilizada e precarizada, não dispendo de espaços de organização coletiva que possibilitem a formação política da mesma. As lutas sociais se encontram nos campos específicos de cada categoria, e o enfraquecimento, esvaziamento e cooptação, de grande parte dos sindicatos, vem dificultando que as lutas saiam do plano econômico e extrapolem para o debate estrutural.

Não distante desta análise, encontramos o movimento estudantil cada vez mais fragmentado, a cada dia criam-se novos cursos, novas profissões, que buscam reorganizar a formação dos trabalhadores em detrimento das novas formas de exploração do capital. Esses elementos dificultam a formação e o desenvolvimento da consciência de classe dos estudantes, que formados a luz das teorias do fim da história, não encontram perspectivas de transformação social, e adentra no campo da empregabilidade, da lógica do salve-se quem puder característico da competição capitalista, pautada no individualismo neoliberal. Portanto, as alternativas que o movimento estudantil atualmente vem encontrando perpassam por esta análise, acentuando assim as lutas específicas, que tocam diretamente o estudante.

Neste sentido é que ressaltamos o papel das executivas de curso, que tem sido atualmente uma das principais frentes de reorganização do Movimento Estudantil, conseguindo construir um programa concreto de lutas que para além de trazer à tona a especificidade de cada curso, busca atrelar o debate com o plano mais geral, por exemplo, a ExNEEF traz o debate de regulamentação da profissão e currículo. Pautas que podem ser materializadas com os estudantes e que se encontram nas demais profissões, porém necessitam ainda de uma maior aglutinação dos estudantes da base.

A dificuldade de consolidação das lutas e de vitórias concretas não está só na falta de entidades e de direções, que tenham condições de organizar as lutas, mas também na dificuldade de mobilização que a conjuntura nos apresenta frente ao atual estágio da luta de classes, a partir da derrota histórica pós-década de 70 do mundo do trabalho em relação ao capital, da retirada de

direitos historicamente conquistados, do desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora, na dificuldade dos estudantes e trabalhadores compreender por qual projeto histórico lutar e qual a relação deste com a superação das contradições que vivenciamos todos os dias em nossa realidade social.

Uma nova entidade nacional, que sirva como referência as lutas e mobilizações aos estudantes, sem dúvida é necessária, mas dentro dos elementos apresentados da conjuntura que caracterizam o refluxo das massas, a ANEL não se configura como essa entidade e por isso não compomos a ANEL. Em 2004, há 7 anos atrás, passamos por um processo muito parecido no movimento estudantil, quando foi criada a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTE) que buscava ser uma alternativa a UNE a nível nacional, mas que não cumpriu com este objetivo.

Sem fazer uma comparação rasteira e linear, e entendendo as conjunturas das épocas em que CONLUTE e ANEL foram criadas, podemos compreender que em menos de 7 anos 2 novas propostas de organização de estudantes a nível nacional surgiram, e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na organização das pautas e lutas não foram resolvidos. A CONLUTE foi uma coordenação de lutas, mas naquele momento histórico se propunha e cumpria o papel de uma entidade de nível nacional, tendo um claro programa de rompimento com a UNE, e a ExNEEF em suas deliberações não compôs a CONLUTE. Se a solução para o que enfrentamos hoje estivesse na criação de entidades, já teríamos reorganizado o movimento estudantil de luta e combativo. Fato que não se desenvolve com a criação da ANEL.

A ANEL a cada dia que passa não se consolida na base, não se coloca como uma alternativa a UNE. Os militantes que a compõe vêm fazendo um papel de tentar dar fôlego a entidade, e mesmo assim não há aglutinação de setores em suas lutas e campanhas, por exemplo, em 2010, a ANEL construiu sozinha, de forma inexpressiva uma campanha pelo Boicote ao ENADE, e não buscou articular a pauta com as entidades que hoje reivindicam o FENEX como fórum de articulação nacional, ficando restritas a ANEL. Estruturalmente a ANEL já nasce com velhos problemas, e no seu 1º ano não tenta

superá-los, não apresenta avanço no cenário nacional de reorganização. A entidade mobiliza tão pouco que em alguns estados é inexistente. Majoritariamente a ANEL é composta pelo PSTU, um único setor, com uma única leitura de conjuntura e esse é um grande limite a uma entidade que pretender ser alternativa nacional, pois sua direção acaba tropeçando nas próprias pernas quando analisa a realidade de forma unilateral e propõe alternativas que só são construídas pelas diretrizes nacionais colocadas pelo partido.

Dessa forma, é que temos apontado a necessidade de rearticularmos o movimento estudantil a partir da base, no trabalho cotidiano de formação de consciências a partir das pautas específicas como a luta pelas reestruturações curriculares e contra os ataques a universidade pública. Possibilitando constantes articulações entre Diretórios e Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Entidades nacionais, visando à construção de alternativas para que os enfrentamentos hoje apresentados possam caracterizar, a partir das discussões de base, a construção de uma política nacional para o movimento estudantil que vise, no saldo político das lutas, a criação de uma nova entidade combativa e de luta, capaz de unificar os estudantes, para isso é necessário pautarmos o debate da reorganização do movimento estudantil em cada luta concreta, fazendo o debate da necessidade da construção de um novo instrumento que potencialize e unifique a luta dos estudantes. É só a partir da construção deste debate na base que construiremos o novo movimento estudantil.

### ***Balanco de rompimento e Perspectivas de organização***

A ExNEEF, em 2008 no ENEEF de Porto Alegre, rompe com a UNE após alguns anos de acúmulo e debate, ou seja, foi um rompimento maduro e coeso, discutido pela base durante os espaços do Movimento Estudantil de Educação Física e que culminaram com a deliberação do ENEEF de 2008.

*“Que a ExNEEF rompa com a UNE e priorize a formação e reestruturação de sua base, além de manter sua atuação no FENEX e construir outras lutas do ME (Deliberação nº19 ENEEF POA -*

2008)

*“A ExNEEF entende a importância de uma nova entidade para o Movimento Estudantil Geral porém não avalia a conjuntura como favorável para construção de uma nova entidade (Deliberação nº 20, ENEEF POA-2008)”*

Hoje, em 2010, ao analisar a realidade brasileira e as lutas estudantis travadas temos claro o quão acertado foi à decisão de rompimento com essa entidade. Conforme já apontado pelo MEEF e pela ExNEEF em 2008, a UNE não está ao lado dos trabalhadores! A UNE não representa mais o movimento estudantil combativo e de luta! A UNE hoje representa a burguesia, os interesses do capital, ao ser mais um braço do governo neoliberal do PT. A UNE atua no movimento estudantil a favor do capital, contribui para o imobilismo dos estudantes, pois não contribui na organização e a consciência de classe. Reafirmamos novamente que a UNE não está mais nas lutas pela transformação social ao lado da classe trabalhadora.

Analisando o aparelhamento da entidade verificamos que este é um movimento que remonta há alguns anos, pois, a mais de 20 anos o PCdoB/UJS e PT se mantêm na direção da entidade, estes grupos criaram mecanismos para se perpetuarem no poder.

O aumento do ensino superior privado no país contribuiu para que as políticas de aparelhamento da UNE. Em que sua direção majoritária se aproxima destas universidades no intuito de tirar delegados para seus congressos, e de forma alguma fazer um trabalho sério de formação política dos estudantes, e de defesa da educação pública gratuita e de qualidade.

A política da meia entrada, é a pauta mais disseminada pela direção da UNE, o que acaba por demonstrar a incapacidade de resistência, formação política e crítica a ordem vigente, e pelo contrário, demonstra cada vez mais que quem formula as políticas da UNE não é a base estudantil e sim o governo. Essa entidade está totalmente cooptada pelo governo, que se coloca hoje como uma delegacia do ministério da educação fazendo caravanas pelo país para defender a reforma universitária de Lula/PT/Banco Mundial, tentando barrar os setores combativos do movimento estudantil.

Entidade que em seus congressos tem a

presença de ministros da educação e até mesmo do presidente da república, principal formulador e financiador da ex-combatente entidade. Fatos consolidados no recebimento de 44 milhões de reais para a reconstrução de sua sede no Rio de Janeiro, destruída no período da ditadura militar. Evidente que essa atitude não passou de uma grande estratégia de cooptação dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, que ao ser financiado pelo governo se torna dependente e condicionado a defesa das políticas governamentais.

Por esses motivos concretos deliberamos acertadamente a falência da UNE enquanto entidade combativa e de luta, e em 2008, a ExNEEF não vê mais possibilidades de reconstrução desta entidade, e opta pelo rompimento. Não acreditamos na possibilidade de disputa da entidade, lutar por dentro da UNE, hoje, significa demandar forças importantíssimas na atual conjuntura, que poderiam estar inseridas nos focos de lutas concretas, e não nestes espaços vazios de formação política, com presença e financiamento governamental. Portanto, aderimos à construção do novo movimento estudantil, a partir da política de retornarmos a base e trabalharmos com a formação política de estudantes, em defesa da educação pública gratuita e de qualidade, e do projeto histórico socialista.

E é isso que temos feito durante nossos espaços nacionais e regionais. As gestões de 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011 vem colocando, em seus espaços nacionais e também regionais, o debate de movimento estudantil por entender que essa é uma forma de construir com a base o debate e a concepção de movimento estudantil necessária para reorganizá-lo.

A ExNEEF rompe com a UNE, entende que não deve partir para substituição da UNE por outra entidade, entendendo que o movimento necessita de um alicerce que possa sustentar e potencializar a articulação entre as direções frente as lutas concretas, do contrário, os acordos serão superficiais, apenas entre direções. Apesar de entender a importância de uma nova entidade, não entende como favorável a conjuntura para a criação da mesma, e decide construir pela base o Congresso Nacional dos Estudantes a ser realizado no ano seguinte.



Em 2009, acontece o Congresso Nacional dos Estudantes que tinha por objetivo a criação de uma nova entidade. A Nova entidade foi fundada então, em junho de 2009, Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL). Durante a construção desse congresso e durante o congresso em si podemos apontar muitos problemas, mas o que é central nesse momento é apontarmos para o que representou o CNE para a reorganização do ME nacional, pois foi um espaço muito importante, com muitos estudantes e delegados mobilizados para a criação dessa entidade, e para decretar a falência da UNE nas lutas.

Em 2009 com menos de um mês de criação da ANEL a ExNEEF propõe no ENEEF de SP, conforme deliberação:

*“42 – Que a ExNEEF não componha a ANEL, que a ExNEEF não participe como observadora dos fóruns da ANEL, que a ExNEEF leve o debate de reorganização para a sua base.” (Deliberação ENEEF SP - 2009)*

Em 2010, após um ano de criação da ANEL novamente a ExNEEF posiciona-se de forma que não observa e não constrói essa entidade, mas entende a importância de discutir a reorganização do ME e levar a discussão para a sua base.

*“44 – A ExNEEF não constrói e não observa a ANEL, mas entende que deve-se acompanhar o processo de reorganização do ME, e por isso a ExNEEF deve constantemente avaliar as condições objetivas de lutas nacionais e a conjuntura do ME para que o MEEF/ExNEEF se insira de forma combativa e fomenta o debate sobre o ME. A ExNEEF entende que a nova entidade necessita de um programa claro de ruptura com a UNE, entretanto este não é o único motivo que nos faz não compor a mesma.” (Deliberação ENEEF CE - 2010)*

Nesse um ano de existência, vemos uma entidade enfraquecida e de pouca inserção na base. Sem campanhas nacionais que realmente estejam concretizadas, sem aglutinação estudantil, sem direção de pauta. A ANEL tem algumas campanhas nacionais (Fora as tropas brasileiras do Haiti, Qualidade de ensino), mas nenhuma delas se consolida nas escolas e nas lutas cotidianas na universidade, demonstrando a dificuldade de chegar à base com suas pautas.

Demonstrando claros sinais de que a avaliação da ExNEEF é extremamente acertada na atual conjuntura, ou seja, devemos nos remeter a política de reorganização do movimento estudantil a partir da base, na rearticulação de cada Centro e Diretório Acadêmico, no intuito de reinserir estas entidades que significam a célula orgânica do movimento estudantil nas lutas. Destacando a importância das lutas específicas de cada curso atreladas ao debate da reorganização do movimento estudantil e da necessidade da construção de uma nova ferramenta de luta dos estudantes, em que as executivas de curso desempenham papel central nesta organização.

Portanto, ao potencializarmos a organização das executivas de curso, da base estudantil e criarmos uma unidade concreta nas pautas que atingem a ampla maioria dos estudantes, como o debate de formação e universidade, não deslocando do debate estrutural de sociedade, avaliando que está é a melhor forma de reconstruir na atual conjuntura o movimento estudantil combativo e de luta. Não faz sentido atualmente a construção de uma entidade nacional, sem que tenhamos no mínimo pautas que consigam unificar uma ampla parcela do movimento estudantil, mas é só levando o debate da reorganização para a base dos estudantes atrelado com as lutas específicas de cada escola, de cada curso que conseguiremos sair desse imobilismo e construir o novo movimento estudantil e um instrumento que consiga unificar e potencializar as lutas nacionalmente.

Nesse ano, na tentativa da unidade setores da Oposição de Esquerda da UNE e a ANEL compõe o Seminário Nacional de Uberlândia, que foi construído a partir do CONCLAT.

Desse Seminário tirou-se um calendário de lutas unitário, que está colocado abaixo:

#### **“Calendário de AÇÕES UNITÁRIAS**

1. Ato em defesa do ANDES dia 21/10 em Brasília (Responsáveis: ANEL, Col. Vamos à Luta, Contraponto);
2. Campanha de Boicote ao ENADE (Responsáveis: DCE UNICAMP, DCE UFC, DCE UFRJ);
3. Data: 20/11, Consciência Negra: 100 anos da Revolta da Chibata (Responsáveis: ANEL-Bahia, Col. Levante);
4. Data: 25/11, Dia de Luta contra a violência à



*mulher (Responsáveis: Dir. Mulheres da UNE, Barricadas, DCE-UFF);*

*5. Impulsionar calouradas com temas: “Funções da universidade” – mais verbas para a assistência estudantil – contra a criminalização dos movimentos sociais, redução das mensalidades (Responsáveis: DCE-UFF, DCE-UFRJ).*

*6. Construir reuniões locais para tocar as tarefas.*

*7. Construir um Plebiscito Nacional Popular com indicativo de data para o 2º semestre de 2011 (Responsáveis: DCE UFF, ANEL).”*

É importante entendermos esse calendário no seu debate mais profundo. Ao olharmos pra ele percebemos que há um esforço de unidade, porém é um calendário esvaziado de pautas que chegam hoje à base dos estudantes. Esse calendário é colocado na base de consensos, e sem efetividade de avanço de luta e de processo de reorganização do Movimento estudantil, pois centralmente não possui uma pauta de reivindicação, mas o que tem em sua centralidade é um ativismo que não se consolida na prática cotidiana, mas fica em torno da superficialidade do próprio calendário, dificultando a disputa de consciência dos estudantes. Inclusive com uma diretoria da UNE organizando uma das ações tiradas, mostrando enorme contradição, no sentido de apresentar esta entidade como uma alternativa ao movimento estudantil combativo e de luta, fato que já caracterizamos como ilusório.

O processo de articulação das lutas em torno de calendário com ações conjuntas é importante sem dúvidas, mas temos que ter claro os objetivos traçados para esse processo de construção do calendário um deles, é o fortalecimento do movimento estudantil combativo. Ao refletirmos sobre esse objetivo, achamos importante termos fortalecimento das lutas e pautas, mas fortalecer não é reorganizar, não é construir com a base a discussão da necessidade de organização da juventude, mas sim cair no debate do ativismo, reivindicando datas históricas, como as colocadas pelo calendário (como dia da consciência negra), sem inserir no cenário do Movimento Estudantil Nacional pautas que possam aglutinar e mobilizar lutas concretas, como os ataques a educação superior. Nesse caso, o que fica claro é a tentativa de fôlego a uma entidade, a ANEL, que não está consolidada e tem

muitas dificuldades de real inserção nas lutas diárias, e por outro lado, fortalecimento da Oposição de Esquerda, sem perspectiva de avanço ao debate de reorganização do movimento estudantil, colocando esses dois setores que compõe fortemente o movimento estudantil, em posições estanques.

Respeitamos a opção dos companheiros da OE e da ANEL, na tentativa de fortalecimento de seus campos de luta, mas não vemos possibilidade de inserção da ExNEEF nesse calendário. Devemos estar atentos e acompanhar os debates feitos e também as ações, mas não construir e organizar essas ações. Esse calendário não avança efetivamente no processo de reorganização do movimento estudantil brasileiro. São setores que carregam em si concepção e práticas de movimento diferentes e muitas vezes divergentes, que na tentativa de unidade para fortalecer o “seu lado” são esquecidos, mas que certamente retornam em algum momento.

Reorganização não é pura e simples unidade nas ações, mas é também concepção de movimento, leitura de conjuntura e debate tático e estratégico para a luta dos estudantes, nesses pontos não se avança muito nacionalmente conforme os balanços dos grupos que fizeram parte do Seminário.

Há alguns setores que colocam hoje o calendário como o maior avanço do ultimo período, temos claro que o calendário é uma tentativa de potencialização das lutas, mas apresenta muitos limites e não tem uma pauta central que mobilize as lutas, e, além disso é importante ressaltar que em nenhum momento é colocado o papel nefasto que a UNE cumpre, provavelmente para não abalar a unidade artificial entre os setores que já romperam com a UNE e aqueles que ainda depositam expectativas na atuação em seu interior. Por isso entendemos que a ExNEEF não deve aderir ao calendário e se aglutinar a esses setores. A ExNEEF deve acompanhar as movimentações e seguir debatendo e mobilizando estudantes a partir da campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!” e de outras pautas.

Dentro do cenário de perspectivas que encontramos destacamos o FENEX que é um espaço que a ExNEEF deve estar acompanhando, mas não como sua prioridade de organização e de

articulação das lutas. Deve servir como ponto de contato com outros cursos para que possamos articular as pautas específicas de cada realidade de curso, mas também as gerais do movimento, sem enxergá-lo como a única e possível articulação no movimento estudantil geral.

Esse fórum tem inúmeros problemas e limitações, que a ExNEEF já vem apontando e avaliando. O maior deles é a organização somente por consenso, que limita o poder de ação e deliberação do espaço, mas podemos também citar a dificuldade de organização do próprio FENEX de 2 em 2 meses, a dificuldade de ter executivas e federações puxando o espaço e articulando pautas. O FENEX não vem sendo efetivo na organização de campanhas e ações, um exemplo disso foi o boicote ao ENADE que mais uma vez não foi efetivo via FENEX, por exemplo, em POA não chegaram materiais.

O FENEX é um espaço que a EXNEEF deve participar, debatendo no MEEF como será sua inserção. Como por exemplo, pautar o debate de formação e currículo. Articulamos com as executivas de curso já a questão da formação e podemos potencializar esse tipo de organização para impulsionar nossas lutas. Além de também fazer um debate de movimento estudantil e reorganização do mesmo, via FENEX, para dialogar com as Executivas e Federações que estão nos espaços sobre a possibilidade de um espaço nacional que discuta Movimento Estudantil com a intenção de fomentar o debate de reorganização também para outros cursos.

Tanto o FENEX, quanto o Seminário de Uberlândia apresentam limitações em suas proposições de ações, não conseguindo ser efetivos em pautas que possam aglutinar os estudantes e no diálogo com a base.

### ***O Movimento Estudantil de Educação Física e A ExNEEF***

Pautamos duas linhas de intervenção para a EXNEEF no que tangem as perspectivas ao processo de reorganização do Movimento Estudantil.

A primeira delas é o fortalecimento da Campanha Nacional Educação Física é uma só! Que defende uma proposta de formação que está de acordo com o projeto histórico que a ExNEEF defende. Além de ser de grande diálogo com as escolas essa pauta é um exemplo de unidade

programática e tática para o ME, pois a partir dela dialogamos na especificidade da área da EF, mas articulamos a defesa da transformação da sociedade. Além de não ser uma pauta com fim em si, representando também a defesa de uma universidade que sirva a classe trabalhadora.

A segunda delas é a necessidade de debater movimento estudantil longe das velhas práticas e concepções que estão nos sufocando hoje. Por exemplo, direcionar os fóruns para debater qual entidade devemos compor, como tivemos nos últimos Encontros, o que além de afastar os estudantes da base das discussões, acaba por negar que temos pautas como a campanha pela formação unificada para dialogar com os estudantes, organizá-la, fazer com que a base pense políticas para a mesma, fazendo parte do processo de construção da campanha e dos materiais de divulgação e possa se sentir parte do movimento estudantil e além disso construí-lo cotidianamente em sua escola.

O debate de reorganização do Movimento Estudantil e a construção de uma entidade a nível nacional deve ser construído junto à base, não de forma isolada só no nosso curso, mas também levar esse debate a outros cursos, para que possamos ser efetivos ao propor processos de reorganização. Não nos desviarmos da construção de pautas que possam estabelecer unidades com o conjunto do movimento, entre eles a luta pelas reestruturações curriculares que representa hoje a luta contra a política educacional do Banco Mundial, a luta contra os ataques a respeito da autonomia universitária, contra as conseqüências da Reforma Universitária do governo Lula/PT e do seu carro chefe: o REUNI, e a favor da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, colocando como prioritário a construção de espaços que possibilitem a inserção de vários cursos e vários setores, que buscam hoje reorganizar e construir o movimento estudantil combativo e de luta, de forma coerente com a atual conjuntura.

### **Nota**

**1.** Esse texto foi construído a partir das deliberações dos Encontros Nacionais de Educação Física, na gestão de 2010-2011. Com o objetivo de fazer um balanço do Rompimento da ExNEEF com a UNE, analisando e apontando perspectivas, e também de contribuir ao debate de movimento estudantil fomentando as discussões.

Para entendermos a atual crise do capitalismo contemporâneo, devemos buscar suas raízes, ou seja, quais foram as saídas que este sistema engendrou para solucionar a sua última e significativa crise. Para isso, nos remetemos ao período compreendido entre o fim da década de 1960 e início da de 1970, em que o colapso do sistema capitalista se configurou na crise do petróleo e do modo de produção Taylorista/fordista em larga escala. É a partir deste modo de organização do mundo do trabalho que os países centrais do capitalismo, inundaram o planeta com mercadorias, gerando um enorme excedente de produção que não encontrava espaço no mercado mundial para ser absorvido.

Decorrente deste processo os grandes capitalistas da época acumularam uma quantidade extraordinária de capital na forma monetária (dinheiro), no entanto, não havia onde investir este dinheiro, uma vez que, as mercadorias produzidas não encontravam consumidores. Portanto a grande jogada dos capitalistas foi movimentar o setor financeiro mundial, abrindo grandes corporações financeiras, das quais, abriram espaço para a injeção de capital monetário. Proporcionando desta forma com que o capital sobranse entrasse novamente no círculo de acumulação de capital, através das taxas de juros cobradas aos mutuários. Esta é uma das razões da atual crise capitalista.

Aliado a este movimento do capital e imbricado com a crescente inovação tecnológica advinda da robótica e da microeletrônica, os países centrais do capitalismo, enfrentaram nas décadas de 60/70, um forte levante popular (Maio de 68 França, panteras negras nos EUA, levante da juventude italiana em 69) que combatia os baixos salários e a freqüente substituição dos trabalhadores por máquinas. Frente a isto o grande capital aliado ao imperialismo, começa um processo de desterritorialização de suas indústrias, na busca de mão de obra barata e de preferência sem experiência sindical, transformando a economia mundializada em todo o globo terrestre, através das multinacionais que invadiram os países da periferia em busca de novas fontes

energéticas, trabalhadores baratos e isenção fiscal, num ritmo estonteante que promoveu um fantástico reordenamento do mundo do trabalho em escala global.

Tudo isto em busca da recomposição das taxas de lucro. Colocando em prática desta forma a política neoliberal, que prega a mínima intervenção estatal na economia, a desregulamentação dos mercados através do ataque aos direitos trabalhistas, e as políticas de ajuste da pobreza, ou seja, políticas públicas focalizadas que atinjam os diferentes níveis de pobreza da classe trabalhadora.

Este movimento se consolida no Brasil principalmente a partir da década de noventa nas figuras de Collor, FHC e Lula, em que o país se abre definitivamente para a espoliação do capital mundial em troca de parques locais de trabalho para a crescente e miserável classe trabalhadora que aqui vive. Estas megacorporações do capital passam a exportar tecnologia aos países periféricos, que entram com a mão de obra barata e desqualificada, em que a nova divisão manual e intelectual do trabalho não se dá mais dentro da fábrica, mas sim dos países centrais para a periferia. Um exemplo disto é a Nike empresa que tem 9 mil funcionários diretos nos EUA e 75 mil funcionários indiretos espalhados pelo mundo inteiro. Comprovamos desta forma o movimento monopolista e avassalador de recomposição das taxas de lucro do grande capital.

Neste sentido, é que se acentua a desregulamentação e flexibilização do trabalho, através dos freqüentes ataques aos direitos sociais do trabalho, construindo desta forma um enorme exército de trabalhadores precarizados, sem carteira assinada, e extremamente flexíveis, no intuito de que o mesmo seja num dia empregado e no outro desempregado, acompanhando as oscilações do mercado de trabalho. Com esta medida extremamente brutal do capital em relação aos trabalhadores, o que a ideologia neoliberal, propõe é que os governos desenvolvam políticas sociais que visem o alívio da crescente pobreza da classe trabalhadora, desde que estas políticas não venham de forma alguma reintegrar o trabalhador

no mercado formal, estável e regulamentado. Portanto, as políticas públicas assistencialistas, das quais a bolsa família, bolsa escola, entre outras, são exemplos concretos, visualizamos que as mesmas atendem a esta demanda do capital e conseqüentemente contribuem para o amoldamento da consciência do trabalhador, uma vez que, o mesmo não recebe nada além do que uma ajuda de custo de amenização da miséria.

Outro fato importante e desencadeado por esta crise estrutural do capitalismo se torna nítida dentro das políticas educacionais, que através da atual reforma universitária vem modelando o novo trabalhador. Basta observarmos o que significa o Reuni, programa do governo Lula que busca a expansão das universidades públicas sem as condições mínimas de ensino, propondo metas a serem atingidas para que as universidades recebam verbas, podemos citar algumas delas, como a aprovação de 90% dos acadêmicos, número totalmente incompatível com a realidade educacional brasileira, hoje as universidades mais conceituadas da Europa atingem 42% de aprovação. Também o aumento do número de alunos por professor que atualmente gira em torno de 10 alunos por professor, para 18 por professor, o que é totalmente irresponsável se considerarmos que o docente tem que sustentar o tripé básico da universidade ensino-pesquisa-extensão, para além de cargos administrativos que venham a assumir.

Outro ponto a ser destacado dentro desta ótica de política neoliberal para a educação é o PROUNI, programa do governo que distribui vagas nas universidades privadas para alunos de baixa renda, ao invés de abrir vagas nas públicas, dados do ANDES demonstram que se o investimento feito para abrir 600 mil vagas nas privadas, fosse na educação pública teríamos hoje triplicados esse número nas federais, ou seja, seriam 1.800.000 vagas com assistência estudantil direito ao restaurante universitário, a universidades comprometidas com ensino pesquisa e extensão.

A crescente expansão dos IFET's, que vem formar uma mão de obra técnica e superficializada, está hoje atrelada a parcerias com o ministério da educação americano, o qual vem propondo mudanças na formação dos alunos destes institutos tecnológicos. A criação da universidade nova idealizada pelo reitor da UFBA

traz a proposição da criação dos cursos bacharelados interdisciplinares, cursos estes que formam para tudo e para nada ao mesmo tempo, exatamente por que se trata de uma formação ampla de conhecimentos gerais ligados as artes, natureza, humanidades, enfim tudo menos o que caracterize uma profissão em específico, concretizando desta forma na educação o movimento que o capital requer, ou seja, formar um trabalhador polivalente, flexível, e sem uma profissão específica que lhe garanta o mínimo de direitos sequer, e que assim consiga entrar nas brechas que o mercado pode vir a dar.

Também está inserido nesse contexto de transformação da universidade, a fim de moldar o novo trabalhador, o próprio processo formativo dentro das instituições de ensino (escola e universidade). As reformas educacionais vindas da necessidade do capital de se reorganizar por meio de políticas neoliberais modificam a educação brasileira, apontando para uma educação que estivesse voltada para o desenvolvimento econômico do país, e para isso as políticas de Estado e governo passam a pautar uma formação profissional para o mercado de trabalho e uma educação profissionalizante.

No nível superior os cursos de formação passam a obedecer as Diretrizes Curriculares Nacionais que se alicerçam na formação por competências e habilidades. Limitar o processo formativo em competências e habilidades que o sujeito deve adquirir e desenvolver durante seu curso superior para inserir-se no mercado de trabalho é voltar à formação desses sujeitos para uma formação somente profissional, descartando as demais dimensões da vida humana e as necessidades do ser social.

No caso da Educação Física com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação foi fragmentada em Bacharelado e Licenciatura o que representa grande retrocesso na área, tendo em vista, que desta forma a EF se molda ao mercado de trabalho e limita a criação de sua identidade profissional, há anos debatida na área, assim como, seu objeto de estudo, possibilitando uma compreensão de que existem várias educações físicas em que vai depender do que cada um pensa sobre a área. O que com certeza é um atraso imenso, além da negação de uma série de debates travados ao longo de vários anos de discussões que contribuíram sumamente para o avanço da EF



enquanto uma prática pedagógica.

Sem dúvida esta concepção que se dissemina hoje das várias educações físicas esta calcada em teorias do conhecimento a serviço da ordem, que não possibilitam o entendimento do professor enquanto agente da transformação social, sujeito histórico com papel fundamental na transformação da sociedade capitalista arraigada na luta de classes e na exploração do homem pelo homem. Por esse entendimento o movimento estudantil de EF (MEEF), se opõe a esta jogada dos setores corporativistas e conservadores da área representados pelo CONFEF/CREF, e propõe um novo entendimento da EF através da licenciatura ampliada, em que este se pauta na prática pedagógica enquanto elemento identificador da área, na cultura corporal como objeto de estudo, e para, além disto, demonstra apesar de todas as metamorfoses do mundo do trabalho, não perdemos o trabalho como categoria central na perspectiva da transformação social, contrariando assim as perspectivas pós-modernas que transferem equivocadamente essa categoria para a ação comunicativa, pois estão a serviço da ordem e não da transformação radical da sociedade. É por isso que nos utilizamos do trabalho enquanto princípio educativo, para que desta forma possamos apontar a superação da atual sociedade capitalista calcada no trabalho alienado.

Entendemos que nesse momento conjuntural a luta pela superação do capital passa necessariamente pelo enfrentamento a extensão do braço capitalista em nossa área, o sistema CONFEF/CREFs, e também, pelo devido embate a quem nos últimos oito anos aprofundou o neoliberalismo no país, sendo assim, a figura política de sustentação do capital no Brasil o senhor Luis Inácio “Lula” da Silva”.

***Fora CONFEF/CREFs!  
Contra o Governo Lula/PT!***

2010-2011. Com o objetivo de contribuir no debate sobre universidade e formação.

## **Nota**

1. Esse texto foi construído pela ExNEEF na gestão de



# Megaeventos: uma vitória para os trabalhadores brasileiros?

Nos próximos anos o Brasil será sede dos dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Estes eventos são festejados como vitória pelos governos federal, estaduais e municipais de todo país, eles dizem que o país será o centro da atenção mundial e por isso receberá muitos investimentos externos, o que contribui para economia brasileira. Mas fica uma questão, a qual parcela da população os megaeventos esportivos beneficiam?

Recentemente tivemos no Brasil a realização dos Jogos Pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro. Para a realização deste evento foi necessário a construção de algumas instalações que inicialmente estavam orçadas em cerca de 900 milhões de reais e no final foram gastos cerca de 4 bilhões, a maioria dessa verba foi custeada pelos cofres públicos, enquanto a verba destinada para saúde e educação continuam irrisórias. Essa questão se repete para os próximos eventos, só para reforma do Maracanã será utilizado quase 800 milhões de reais, enquanto isso o estado do Rio ocupa a penúltima colocação no ranking da educação no país.

Porém, mesmo os governos investindo bilhões a população não terá acesso aos jogos, pois os ingressos são muito caros, ou seja, o governo gasta o dinheiro dos trabalhadores para realizar a festa, mas barra aqueles que deveriam ser os principais convidados. Além disso, com o exemplo do Pan e outros megaeventos esportivos realizados, vimos que não existe o tão propagandeado "legado social". Além de os espaços arquitetados serem entregues a iniciativa privada após a realização dos eventos, também percebemos que os megaeventos não vêm cumprindo com a tarefa de elevar o padrão cultural esportivo do povo brasileiro como forma de fazer com que os trabalhadores tenham acesso aos bens

da cultura corporal, pois para os 5565 municípios brasileiros serão construídos apenas 12 arenas. Enquanto isso, vemos a constante precarização das praças e espaços públicos para a realização destes tipos de atividades.

Mesmo diante de todos esses problemas as coisas se agravam, pois para concretizar o projeto dos megaeventos é necessário repensar o modelo das cidades sedes, e o que vem acontecendo é lastimável. No país inteiro uma onda de remoções de famílias das comunidades onde moram vem sendo a medida do governo para implementar seus planos urbanísticos, com isso milhares de famílias já perderam suas casas. Uma política com traços fascistas faz com que se isolem comunidades nas principais vias de acesso das cidades, como nas linhas vermelha e amarela no Rio de Janeiro, e, esse ano vimos a criminalização da pobreza avançar com a invasão da polícia ao complexo do alemão no rio com a pretensa desculpa de combate ao tráfico. Desculpas e mentiras para viabilizar os ganhos do capital, não trazendo assim benefícios concretos para os trabalhadores.

Diante disso, a ExNEEF vem se colocando contrária a construção dos megaeventos esportivos no Brasil por compreender que estes não possibilitarão o enriquecimento cultural dos trabalhadores como forma de potencializar as lutas pela disputa dos rumos da sociedade, mas sim cumprirão com o papel de colocar o povo brasileiro cada vez mais a mercê dos interesses do grande capital internacional representados pelas multinacionais. Em resposta a isso, viemos construindo os Seminários sobre Movimento Estudantil e Esporte (SMEE) aonde articulamos com outros cursos de formação que esporte e que política esportiva cultural deve ser implementada pelo povo brasileiro, como forma de avançarmos na construção de uma sociedade justa e igualitária.

# **Notas e campanhas da ExNEEF**

# **Carta de apresentação da Campanha “Educação Física é uma só. Formação Unificada JÁ!”**

*Olá estudantes de Educação Física de todo o Brasil!*

Esta carta tem por objetivo levar aos estudantes das diferentes regiões do Brasil as movimentações que vem ocorrendo em torno da reestruturação curricular dos cursos de Educação Física em várias universidades do país e apresentar a campanha que a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) vem construindo para exigir a revogação das atuais diretrizes curriculares (DCN's) para os cursos de educação física.

Essa discussão parte da necessidade de que os estudantes vêm sentindo de debater a formação tendo em vista os vários problemas que vem sendo apontados desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2004. Foi a partir disso que vários cursos no país começaram a se fragmentar em licenciatura e bacharelado. As atuais DCN's têm contribuído para a descaracterização daquilo que define a Educação Física que é a prática pedagógica, o ato de educar em qualquer área de atuação profissional. Também contribui para a fragmentação do conhecimento em Licenciatura/Bacharelado e Ciências Sociais/Ciências Naturais e não contribui para os avanços científicos em torno da prática pedagógica e da atuação no Mundo do Trabalho.

Além disso, vários outros problemas podem ser apontados nas várias escolas que compõe o MEEF hoje, como disciplinas desconexas, com matérias repetitivas e carga horária elevada, além da falta de aplicabilidade do conhecimento, dissociabilidade entre teoria e prática e entre ensino-pesquisa-extensão. Assim, todos esses problemas vêm sendo sentidos de norte a sul do país, e vem caracterizando-se cada vez mais como essencial o papel que os estudantes apresentam como protagonistas do embate por uma formação de qualidade, contrapondo-se à atual fragmentação.

É por isso que após vários anos de enfrentamentos e debates em torno da formação em Educação Física e da divisão curricular é que a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física lança no seu XXX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física a campanha nacional “Educação Física é uma só. Formação Unificada Já!” para lutar pela revogação das atuais diretrizes curriculares nacionais e defender a Licenciatura Ampliada como proposta de formação para professores de educação física. Proposta essa que diferentemente das atuais DCN's foi construída ao longo de 30 anos de intensos e qualificados debates sobre formação pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) em seus fóruns deliberativos.

É nesse sentido que várias escolas vêm se mobilizando em torno dessa pauta, como é o caso da UEM, UFS, UFSM e UFRGS que possuem seus currículos fragmentados e ainda UFMA, UEPA, FURG e UFBA que mesmo possuindo somente o curso de Licenciatura em Educação Física estão tocando a Campanha nacional pela unificação e defendendo que é preciso lutar contra a formação unilateral que atenda unicamente aos interesses do mercado e defender uma proposta de formação que contemple os diversos aspectos da vida humana. .

É por isso que convidamos a todos os estudantes de educação física de todo o Brasil a somarem forças junto a ExNEEF e ao MEEF para aprofundarmos o debate sobre formação e avançarmos na luta pela revogação das atuais diretrizes curriculares nacionais e defendermos a Licenciatura Ampliada como uma proposta de formação que atenda aos interesses e necessidades dos trabalhadores da educação física.

***Educação Física é uma só. Formação Unificada Já!***

***Todos juntos pela revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais!***



**EDUCAÇÃO  
FÍSICA  
É UMA SÓ  
FORMAÇÃO  
UNIFICADA  
JÁ!**

O atual momento por qual passa a formação dos professores/as de Educação Física com a orientação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (ver resolução nº07/2004 CNE/CES) fragmenta o conhecimento, os trabalhadores e estudantes da área, o que traz grandes prejuízos no âmbito da formação em Educação Física. Neste contexto, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) elencou dez motivos para sermos a favor da Licenciatura Ampliada (proposta para a formação de professores, do Movimento Estudantil da Educação Física).

## 10 MOTIVOS PARA SERMOS A FAVOR DA LICENCIATURA AMPLIADA!

- 1 **Formação ampla para atuação nos demais âmbitos de nosso campo de trabalho:** é o que esta proposta pauta, pois vivemos em uma sociedade onde o mercado de trabalho é instável e vive em constante mudança. Se nos especializarmos precocemente, como impõe nossa formação hoje, não conseguiremos atender nossas necessidades básicas de sobrevivência, por isso uma formação que dê condições de trabalharmos com a área em diferentes contextos nos dará uma maior garantia de atuação e de condições de trabalho;
- 2 **Sólida base científica:** hoje não temos uma base epistemológica que nos permita trabalhar os diferentes conteúdos da Educação Física em diferentes realidades. Por isso, necessitamos de uma sólida base teórica que articule conhecimentos oriundos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia balizando assim nossa prática pedagógica (seja na escola ou fora dela) e uma ação consistente em nossos locais de trabalho;
- 3 **Cultura Corporal como objeto de estudo:** para além de termos uma consistente base teórica, é necessário que tenhamos um objeto de estudo bem estruturado e fundamentado, o que não é visto hoje. Por isso, apontamos a cultura corporal como objeto de estudo, pois ela possibilita a compreensão da área de conhecimento de que trata a educação física e fundamenta-se nas diferentes manifestações da cultura corporal construída socialmente e acumulada historicamente pela humanidade a partir da relação do homem com a natureza, com o trabalho e com os outros homens, possibilitando uma compreensão ampliada do que entendemos por educação física;
- 4 **Unidade entre teoria e prática:** hoje nossos currículos não articulam a teoria com a prática. Vivenciamos na sala de aula locais de atuação imaginários que se diferem da realidade. Isso ocorre devido a não existência de um eixo articulador dos conhecimentos do curso que permita a confrontação entre os conteúdos vistos em sala de aula e a sua relação com a prática pedagógica do professor de educação física. Por isso, propõe-se a práxis social como articuladora dessa unidade teórico-prática, constituindo assim uma prática coerente, transformadora e sólida para nossa ação pedagógica enquanto professores/as de Educação Física;
- 5 **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** nossos currículos oferecem uma formação em Educação Física onde o ensino, a pesquisa e a extensão estão distantes entre si e muitas vezes desarticulados, o que descaracteriza o tripé básico do ensino superior público e fragmenta a produção do conhecimento. Por isso, o ensino, a pesquisa e a extensão dentro do projeto de Licenciatura Ampliada estão interligados, de forma que a construção do conhecimento, desde o início do curso, não se fragmente entre trabalho manual e intelectual possibilitando que essa produção sirva para as reais necessidades da população no que diz respeito ao plano da cultura corporal;



- 6** **Articulação do conhecimento:** o que podemos constatar é que nossas disciplinas são dadas de forma desarticulada. Repetem-se conteúdos, incham-se os currículos e não conseguimos relacionar o que aprendemos em sala de aula com nossa prática. Por isso, o nosso projeto de formação propõe a organização do conhecimento por complexos temáticos, os quais balizarão as disciplinas e farão com que os conhecimentos se articulem a partir de um eixo que caracteriza a área, que no nosso caso é a prática pedagógica, possibilitando, portanto, uma real visão crítica da realidade e uma apropriação dos conteúdos consistente, consolidando assim uma prática pedagógica sólida no dia-a-dia;
- 7** **Avaliação:** a função da avaliação é identificar se os objetivos do projeto político pedagógico do curso estão sendo alcançados. Assim, a Licenciatura Ampliada traz uma forma de avaliação ampla e permanente, no intuito de identificar se erros estão sendo cometidos e a partir disso poder superá-los. Essa avaliação se dá em todas as instâncias do processo, com estudantes, professores, gestão, planos, projetos, instituição e etc;
- 8** **Formação Continuada:** vemos que no projeto educacional brasileiro temos a cada nível de ensino um processo de peneira, que limita dia-a-dia o acesso a produção do conhecimento. Por isso, uma formação consistente de professores para Educação Física tem que estar elencada a programas de formação continuada, como especialização, mestrado, doutorado, cursos de aprofundamento, etc. para que consigamos avançar na produção e consolidação da área enquanto necessária para o desenvolvimento da identidade cultural brasileira;
- 9** **Prática pedagógica como caracterizadora da área:** A área da Educação Física se diferencia das outras no que se refere ao trato com o conhecimento na atuação. Quem se forma em educação Física, não importa onde for atuar, media pedagogicamente os conhecimentos da área com seus alunos. É uma relação entre seres humanos e por isso a necessidade de termos em nosso currículo a prática pedagógica como articuladora dos conhecimentos da área. A proposta de Licenciatura Ampliada traz esse princípio, tendo essas disciplinas no corpo comum e obrigatório da formação causando o caráter pedagógico para a área;
- 10** **Projeto alternativo de universidade:** a proposta de Licenciatura Ampliada traz em si outra concepção de formação, de homem, de mundo e conseqüentemente de universidade. Esta visão de universidade vem pautada em horizontes tais como: democratização da instituição, auto organização dos segmentos, indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, produção do conhecimento socialmente útil, formação continuada, dentre vários.

*Por isso chamamos a tod@S estudantes de Educação Física a se somarem a luta pela revogação das atuais diretrizes curriculares e levantarem essa bandeira em suas escolas*

*gritando juntos*

**“EDUCAÇÃO FÍSICA É UMA SÓ! FORMAÇÃO UNIFICADA JÁ!”**

*para seguirmos avançando e conquistando vitórias para o conjunto do Movimento Estudantil!*

**Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de  
Educação Física  
MNCR**

**Nota pública**

**SOMOS TODOS PROFESSORES, NÃO RECONHECEMOS O 1º DE  
SETEMBRO!**

**FORA CONFEEF-CREF'S!**

Dia 1º de Setembro é comemorado o dia do profissional de educação física, porém entendemos que essa data representa um grande retrocesso à nossa área, pois essa data foi criada – inventada- a partir da regulamentação do profissional de Educação física (lei 9696/98).

A regulamentação do profissional de Educação física representa o interesse de um setor que só ganha com essa lei: o sistema CONFEEF/CREF's, já que os trabalhadores da área não ganham nada com essa regulamentação que fragmenta a classe, dizendo que quem atua fora da escola não é professor, e sim profissional. Negamos esta distinção e para, além disto, professor é também uma categoria profissional, deslegitimando assim esta afirmação do CONFEEF/CREF's.

O sistema CONFEEF/CREF além de representar setores corporativistas dentro da área ingere sobre a formação nas universidades. Como isso? O CONFEEF, não só apoiou, como também teve um papel central na elaboração das atuais Diretrizes Curriculares de Educação Física (DCNEF), que dividem a nossa formação em Licenciatura e Bacharelado. E ainda hoje, após a aprovação dessas Diretrizes pressiona as Instituições de Ensino Superior (privadas e públicas) a dizerem aos estudantes que licenciados só podem trabalhar na escola. Isso é uma grande mentira!

Segundo o parecer 400/05 do Conselho Nacional de Educação, o licenciado tem ampla atuação, ou seja, pode trabalhar dentro e fora da escola – o contrário do que o CONFEEF diz. O CONFEEF defende a divisão entre licenciatura e bacharelado assim como defende também a fragmentação e enfraquecimento dos trabalhadores – nos colocando como licenciados x bacharéis e profissionais x professores. Entendemos que independente do local em que estaremos trabalhando, estaremos lidando com os conhecimentos da cultura corporal a partir da prática pedagógica – seja na acadêmica, clube, hospital, escola, etc.

**PORTANTO SOMOS TODOS PROFESSORES! Nosso dia é 15 de outubro!**

# VOCÊ ACREDITA NELES?



## 1º DE ABRIL-DIA DA MENTIRA SISTEMA CONFEEF/CREF



### ENGANANDO A SOCIEDADE FRAGMENTANDO A FORMAÇÃO



*Arte 1º de Abril - Fora CONFEEF/CREF*

# Aos Professores

## 15 de outubro: uma data da classe trabalhadora!

Companheiros e companheiras, estamos próximo do nosso dia e da realização de atividades pelo Brasil inteiro que tentarão demonstrar ao conjunto da classe trabalhadora a importância de que nos é delegada diante da atual conjuntura, em que milhares e milhares de trabalhadores, sofrem as mazelas do sistema capitalista, que devasta nações em busca da recuperação e manutenção das suas taxas de lucro, através da exploração da força de trabalho alheia.

O capitalismo assume hoje a forma do neoliberalismo, após mais uma de suas crises necessitou moldar-se para sua expansão e flexibilizou a forma de produção de mercadorias e de extração da mais valia. Essa nova formação não permite mais um Estado intervencionista, que garanta bens sociais e qualidade digna de vida para a maioria da população, por isso vemos hoje que o estado se ausenta para as demandas sociais, servindo de instrumento para o capitalismo se reproduzir e expandir-se.

Neste sentido enfrentamos na atual conjuntura um período extremamente difícil frente aos ataques que viemos sofrendo, através das políticas públicas destinadas a manutenção do status quo, via governo Lula/PT que travestido de operário, ludibriou o povo brasileiro durante oito anos, através da cooptação de importantes segmentos da classe trabalhadora, que hoje atuam a serviço da ordem, e adentraram no campo do reformismo das incorrigíveis margens do capital, gerindo o Estado para uma minoria da população: a burguesia.

O Governo de Lula-PT, assim como seu antecessor neoliberal FHC se coloca no campo oposto ao da classe trabalhadora, compondo uma minoria da população que luta e se organiza para a manutenção da sociedade capitalista. Manutenção de um sistema que significa cada vez mais ataques aos direitos sociais, como a educação, a saúde, a previdência, aos direitos trabalhistas, etc.

A EXNEEF defende, está ao lado e constrói a luta com aqueles que realmente buscam uma transformação social ampla e emancipatória que rompa com as estruturas do capitalismo colocando os trabalhadores num patamar de condições de vida que os garanta: o direito a liberdade, a produção científica, a educação de qualidade, o acesso a terra, ao trabalho digno... Enfim, tudo o que necessitamos para desenvolver nossas capacidades psíquicas superiores, que nos tornam seres humanos, dotados de habilidades que diante do trabalho nos permitem desfrutar da natureza todas as suas vitalidades, e não mais a limitação que o sistema capitalista nos coloca hoje diante da intolerante e alienadora destruição das forças produtivas, entre elas, do próprio ser social.

Nós, professores, temos uma tarefa histórica colocada: a de formar os sujeitos históricos capazes de realizar este enfrentamento! Seres que possuam outros valores: que superem de vez os valores mesquinhos da burguesia. Seres que vão travar a batalha diária por uma sociedade digna e justa, com capacidades de organização coletiva, extremamente criativos que consigam fazer a mais precisa análise da realidade e apontar os caminhos da revolução, através da sua auto-organização. Seres que sejam sujeitos de sua própria história e tenham condições subjetivas de intervir na realidade que encontram, para transformá-la a partir de demandas coletivas das maiorias.

Desta forma poderemos ter condições de traçar o caminho a seguir para cumprir com nossa tarefa enquanto professores, neste período em que as massas estão com seu olhar desviado dos verdadeiros problemas da realidade, dentro de uma profunda alienação. Para superarmos isso, necessitamos de uma política consistente e coerente, capaz de reorganizar estes trabalhadores, e os colocarem novamente em marcha! Rumo à construção da ditadura do proletariado, a união dos trabalhadores associados, que desvelem o novo mundo e revele a nova vida, digna para todos!

Companheirada! Este dia simboliza a resistência, não nos deixemos adormecer pela amortização das nossas consciências inculcada diariamente! Levantemos e gritemos bem alto: trabalhadores do mundo inteiro uni-vos! Estudantes do Brasil inteiro uni-vos! Esta tem de ser a nossa palavra de ordem neste belo dia de resistência e de germinação do novo mundo!



# NOTA PÚBLICA

## As opressões e o atual período histórico

Discutir opressões significa discutir as relações no interior da sociedade capitalista, de modo que possamos compreender a exploração excessiva de alguns setores da sociedade. Para isso, precisamos ter em vista um debate de divisão de classes e de origem do Estado.

No dia a dia, a classe trabalhadora, principalmente os grupos de negros, mulheres e homossexuais, passa por diversas situações de humilhação, constrangimento e exploração, situações tais que trazem a reflexão do porque isso ocorre.

Muitas mulheres passam por situação como dupla ou tripla jornada de trabalho, fora e no interior do lar; o direito ao aborto não é assegurado pelo Estado, trazendo um grande índice de mortalidade e doenças graves entre as mulheres proletárias que tentam o aborto em clínicas de fundo de quintal; a licença maternidade é insuficiente tendo isenção fiscal as empresas que aumentam esse tempo por até seis meses, aumentando lucros da empresa, além disso, coloca em risco o emprego das mulheres na volta da licença maternidade, ou seja, tal licença também virou mercadoria.

Vários casos de violência a mulher são cada vez mais relatados, os próprios maridos assassinam suas esposas. Os salários das mulheres, mesmo ocupando mesmos cargos que os homens, ainda é menos e durante a crise econômica o maior índice de desemprego recai sobre mulheres.

Os homossexuais sofrem agressões no seu dia a dia, não sendo aceito em empregos, sendo humilhados pelo machismo da sociedade com diversas piadas e atitudes extremas de violência física. Os transexuais não têm atendimento clínico adequado e a sociedade o afasta em todos os sentidos.

Os negros e negras sofrem com repressões policiais constantes, olhares enviesados em lojas e restaurantes. Em sua maioria não ocupam os cargos mais altos de empregos, São maioria entre o número de pobres, sem acesso adequado a educação, saúde e moradia, pelo processo histórico de escravização dos povos africanos.

Todas essas opressões são necessárias para a manutenção do Estado capitalista. Inclusive sabemos que o Estado, na estrutura atual, se origina sobre os pilares anteriores a ele, como a dominação do trabalho manual pelo intelectual, a exploração da mulher no lar como um ser reproduzidor, a exploração do homem pelo homem, ou seja, para entendermos as relações de opressões na atual conjuntura é central a análise em torno da categoria Trabalho.

Para isso precisamos analisar a partir das tribos primitivas, onde existia uma divisão social do trabalho, mas sem distinção de sexo, e os filhos da tribo cresciam em meio ao trabalho da mesma, tendo a clareza de como funcionava a sociedade, o que se difere dos dias atuais, onde os meios de produção engolem os trabalhadores e as escolas não trazem à tona a noção mais elaborada de sociedade.

A família, perpassando por diversas formas e chegando aos moldes atuais, ou seja, a família monogâmica de direito a herança, se cria assim, sob a necessidade do controle de riquezas para determinado grupo de pessoas pertencentes ao mesmo gene paterno, criando a necessidade, qualitativamente diferenciada das tribos primitivas, do conhecimento do pai e da fidelidade da mulher, já que é um ser reproduzidor. Assim cai o direito materno e vigora o direito a herança. Dá-se a criação ao longo desse processo a propriedade privada, que fortalece a exploração do homem pelo homem e da mulher pelo homem.

O Estado então, segundo Lênin, é um produto do antagonismo inconciliável de classe, já que para a existência do mesmo e a manutenção da sua estrutura, se faz necessária a exploração de muitos para a riqueza de poucos, e a opressão de muitos pela liberdade do comércio.

Entende-se, então, a opressão das minorias como a necessidade do Estado manter a família e a



propriedade privada, para gerar riquezas, mais valia e lucros, ou seja, no interior do sistema capitalista as opressões são imprescindíveis. Nesse sentido, só serão superadas com a abolição dessa estrutura, porém não de forma mecânica, faz-se necessária a discussão sobre o combate às opressões ainda no sistema capitalista para que criemos desde já a consciência do novo homem.

Justamente por isso, as lutas contra as opressões precisam ser inseridas na conjuntura, na concreticidade da luta de classes. Para a luta contra as opressões ser consequente, passa, hoje, pelo necessário combate às reformas neoliberais do governo Lula/PT. As reformas que retiram direitos dos trabalhadores atingem, sem dúvida, de forma ainda mais violenta, as minorias. É precisamente a ausência de políticas públicas para saúde, educação, transporte, moradia e trabalho que impõe às minorias duplas ou triplas jornadas de trabalho. Diante de tantos elementos para denúncia da política opressora de Lula/PT, é obrigação da esquerda imprimir um caráter abertamente antigovernista aos atos de combate as opressões.

## **DECLARAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O ESTADO DE VIOLÊNCIA INSTALADO NO RIO DE JANEIRO**

Na última semana acompanhamos apreensivos e indignados o desenrolar da mega operação realizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e sua “tropa de Elite” em conjunto com as forças nacionais de segurança para ocupar o complexo do Alemão.

Esta situação é consequência da política de segurança do governo de Sergio Cabral que visa “pacificar” as favelas. Para isso, estão sendo instaladas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) com a desculpa de acabar com o tráfico de drogas nestas regiões (o que é uma grande falácia). Essa política de segurança corrobora com a vinda dos megaeventos para o país, em específico a esta cidade. Tal política também consiste em passar à população, além de uma idéia de vigilância, a idéia de segurança. Além das UPPs, varias medidas vem sendo tomadas, tais como a remoção de algumas comunidades e isolamento de outras através de tapumes e etc.

Como suposta resposta à política das UPPs, o crime organizado planejou inúmeros ataques a veículos em diversos locais da cidade. Diante disso, o papel que o governo do estado cumpriu foi lamentável, instaurou uma guerra na cidade onde os maiores perdedores foram os trabalhadores. Cabral, com ajuda de Lula e do prefeito Eduardo Paes promoveu a barbárie na cidade, a mídia auxiliou em todo esse processo gerando o consenso de que aquela operação era necessária, e que, tínhamos que nos preparar para as notícias de possíveis mortes de pessoas inocentes.

Diante de tudo isso, a população assistiu passiva a todo esquema do governo para tomar o complexo do alemão. As bandeiras do Brasil e do Rio foram colocadas no alto do morro simbolizando que o Estado, através da polícia, chegou ao complexo. Infelizmente, a polícia é o único destacamento do Estado que por lá chegou até agora, pois educação, saúde e cultura o Estado nunca se preocupou em prover.

Nesse sentido, a ExNEEF lamenta toda essa situação e repudia o Governo de Sergio Cabral e a atuação da polícia! A ExNEEF acredita que ninguém nasce bandido, todavia pode se tornar devido às condições e injustiças sociais em que são inseridas no sistema capitalista.

***Por mais verbas para saúde, educação e cultura!***

***Contra os Megaeventos a serviço do Grande Capital!***

## NOTA DE REPÚDIO À MP 520/2010

Em seu penúltimo dia de mandato e em meio às festividades de fim de ano, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória criando a “Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares” (EBSERH), a MP 520/10. A criação desta ocorreu com o argumento de resolver os problemas na contratação de profissionais para os hospitais, visto que boa parte das contratações é realizada por intermédio das Fundações de Apoio à Universidade, totalizando mais de 26 mil profissionais terceirizados, o que é considerado ilegal pelo Tribunal de Contas da União. É dever do Estado a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e laboratorial à comunidade, no entanto, com a MP 520/10 esta responsabilidade é transferida para a iniciativa privada. A ofensiva não vem de agora. Em seus oito anos de governo, Lula nada mais fez do que dar continuidade às políticas neoliberais dos governos FHC/Collor, aumentando apenas a eficiência em driblar a resistência dos movimentos sociais, através, dentre outros, do uso excessivo de Medidas

Provisórias, Decretos Presidenciais. Exemplo disso é a criação de Fundações Estatais do Direito Privado (FEDP), que se deu em 2007 por meio do projeto de lei complementar (PLP) 92/07. Tal projeto propôs que as nove áreas do serviço público, entre elas a Saúde, fossem geridas por fundações privadas. De acordo com este projeto, as novas Fundações terão autonomia financeira, de gestão pessoal, gerencial e orçamentária, isto é, os recursos das fundações não transitarão pelo orçamento da União, o que possibilita uma ampla liberdade para captação de recursos, terceirização de atividades, contratação e demissão de trabalhadores por regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), compra e venda de toda sorte de serviço, indiscriminadamente. Além disso, o que elas arrecadarem poderá ser usado de acordo com seus próprios critérios, sem precisar do aval do Tesouro Nacional.

Esse projeto foi criado usando-se do argumento de que, adquirindo os moldes do setor privado e a lógica de mercado, os serviços passariam a ser ágeis e eficientes, possibilitando ao Estado concorrer com o setor privado. Na verdade, esta foi mais uma tentativa do Estado em consolidar um “Estado Mínimo” para a população e um “Estado Máximo” para as classes dominantes, através da transferência de recursos públicos para alimentar o setor privado.

Sabe-se que o modelo assistencial do SUS deveria ser integral, universal e de qualidade e, sendo assim, os profissionais não deveriam se submeter aos interesses da lógica do mercado. Esse modelo está ameaçado pela implantação da EBSERH. Dessa nova relação de trabalho, colocada pela MP, surge um servidor mais vulnerável às pressões dos dirigentes políticos. O servidor terá seu regime de trabalho regido pela CLT, o que implica perda de direitos e estabilidade no emprego, além de submissão a metas de produtividade - característica que tende a precarizar, ainda mais, o trabalho dos profissionais da área da saúde.

Mais que uma forma de conter a mobilização sindical, essa medida cria duas categorias de profissionais dentro de uma única instituição, os públicos e os privados, onde os últimos podem ser contratados por tempo determinado, trazendo ainda como consequência a competitividade entre os mesmos, o que precariza o trabalho. Essa MP também é uma tentativa de conter a organização dos trabalhadores, fazendo com que eles fiquem sempre à mercê das vontades dos gestores.

A relação entre a MP e a Universidade também é complexa e diversificada regionalmente. Começa no desrespeito à autonomia universitária, na desvinculação, por meio de medida provisória, dos hospitais às universidades. Sobretudo, na atribuição dada pelo Estado ao setor privado para desenvolver ações que lhe são constitucionais. Os hospitais universitários são unidades acadêmicas e são indissociáveis da sua atuação no ensino, pesquisa, extensão e assistência.

A saúde e a educação pública brasileira são um bem público e não devem ser mercantilizadas. A MP ainda implica que a empresa será constituída com móveis e imóveis que historicamente foram sendo acumulados com o dinheiro da classe trabalhadora. Analisando as consequências que a MP 520/10 tem para a sociedade, vemos claramente qual o comprometimento que o Estado tem com a educação e a saúde pública brasileira. Este cenário complexo e confuso provoca os estudantes, trabalhadores e população a dizer NÃO a essa empresa pública de caráter privado que nada mais é que um mecanismo de privatização da Saúde.

Diante do exposto, o posicionamento público manifesto pelas entidades que abaixo assinam, articuladas no Fórum Nacional das Executivas e Federações de Curso (FENEX) é em repúdio à Medida Provisória nº 520/2010. Convocando os CAs/DAs e estudantes a participarem dos debates e mobilizações em suas localidades na perspectiva da defesa de um Sistema de Saúde e de uma Educação 100% estatais e públicos, universais, gratuitos, de qualidade e controlados pela população.

“... O que tenho para dizer à Universidade (..)?  
Tenho que dizer que se pinte de negro, que se pinte  
de mulato, não só entre os alunos, mas também  
entre os professores, que se pinte de operários e de  
camponeses, que se pinte de povo, porque a  
Universidade não é patrimônio de ninguém e  
pertence ao povo...”

Ernesto Che Guevara  
13 de fevereiro de 2011.

**Assinam este manifesto:**

**EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM  
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA  
EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA  
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIOLOGIA  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES DE FILOSOFIA  
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

# **Notas e Moções de Apoio às Lutas no Brasil**



## **Moção de repúdio a Privatização na UFSC**

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física **REPUDIA** a Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela aprovação do pacote de cobrança de taxas aos estudantes. Entendemos que essa medida é um ataque aos estudantes e a Educação Pública brasileira, evidenciando o processo de desmonte do ensino superior público em voga no nosso país com a implementação de forma fatiada da Reforma Universitária (REUNI, SINAES, PROUNI, LIT's) do Governo Lula/PT. Recentemente assistimos a mais um ataque de Lula a educação, o Decreto da Autonomia Universitária. O governo coloca a Universidade brasileira nas mãos das empresas e torna a universidade pública refém dos interesses do mercado e dos grandes capitalistas. Esse ataque na UFSC é reflexo direto dessa política nefasta!

Essa política privatista elitiza ainda mais a Universidade Brasileira! A Reitoria da UFSC cobra R\$ 100 para os estudantes que são reprovados por frequência se maticularem novamente na disciplina e chama essa taxa de "educativa", e, enquanto isso a política para assistência e permanência estudantil no país é cada vez mais insuficiente! Sem restaurante universitário, sem alojamento, sem bolsa, a permanência do estudante com possibilidade de ter uma formação pautada no tripé básico ensino-pesquisa-extensão se torna ainda mais difícil na Universidade brasileira!

Nesse sentido a ExNEEF reafirma a defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada! E ratifica o repúdio a Reitoria da UFSC que aplica na prática a cartilha privatista e de precarização da Reforma Universitária do Governo Lula/PT!

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física  
Gestão 2010/2011**

## **MOÇÃO DE APOIO A LUTA DOS ESTUDANTES DA REGIONAL 5**

A executiva Nacional de Estudantes de Educação Física entidade representativa de todos (as) estudantes de Educação Física do país, vem por meio desta carta se solidarizar e se dispor a construir a luta dos companheiros da regional 5, mais especificamente em Goiás, local onde a luta contra o sistema CONFEF/CREF se deflagrou nos últimos dias através da Ação Civil Pública nº 13853-04.2011.4.01.3500 - 9ª vara/JF-GO que partiram de reclamações apresentadas pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, pelas Faculdades de Educação Física da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás e por estudantes formandos no curso de Educação Física da PUC/GO e da UFG.

Luta esta que visa impedir a limitação de atuação dos profissionais formados em licenciatura, somente a educação básica e também a discriminação de registro profissional diferenciado. Temos a clareza de que o sistema CONFEF/CREF é um órgão que se coloca no lado oposto da trincheira na luta dos trabalhadores, sendo este o principal agente da fragmentação da profissão e da precarização do trabalho cada vez mais crescente da EF em todo o país, chegando ao absurdo de prender trabalhadores nas academias e, além disso, ingerir diretamente na formação dos futuros profissionais da área.

Por isso companheiros, entendemos a necessidade do conjunto do Movimento Estudantil de Educação Física dar uma resposta clara a este conselho profissional que precariza a formação e coloca trabalhador contra trabalhador, estudante contra estudante, e que esta resposta seja calcada na mobilização estudantil, na luta de classes, na tese da regulamentação do trabalho e pelo fim deste conselho profissional! Portanto a EXNEEF junto ao MEEF está disposta a demandar suas forças para auxiliar os companheiros de Goiás nesta importante batalha que vem sendo travada, e não mediremos esforços para nos somarmos a esta luta! Apoiamos a todos e todas que se colocarem na luta contra este Conselho!

**Saudações Estudantis e Força na Luta, pois ela é Pra Vencer!**

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física  
Gestão 2010/2011**

## **Viva a luta estudantil na UFRJ! Toda a força a Ocupação!**

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) por meio desta nota declara apoio à ocupação da Direção do Curso de Educação Física e Dança por parte dos estudantes que reivindicam condições dignas de formação e estrutura física.

Tal ocupação se insere diretamente na luta contra o desmonte do ensino superior público brasileiro, via reforma universitária do governo Lula/Dilma/PT, que não prevê as condições mínimas necessárias a expansão do ensino superior atualmente, e também se coloca contrária a divisão do curso de Educação Física, proposta de fragmentação alimentada por setores conservadores da área, como o sistema Confef/Cref, que precarizam a profissão, colocando trabalhador contra trabalhador, estudante contra estudante e atrelando a Educação Física aos interesses do mercado.

É por nos colocarmos em defesa da Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada, em defesa da Formação Unificada, manifestada na proposta da Licenciatura Ampliada é que apoiamos a ocupação da Direção da EEFD da UFRJ.

**Força na Luta! A luta é pra Vencer!**  
**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física**  
**Gestão 2010/2011**

## **Carta de apoio a greve dos estudantes da UFES**

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) se manifesta a favor da greve dos bolsistas da UFES. Acreditamos que a luta dos estudantes da UFES é legítima, pois se trata de um problema que afeta não só os alunos dessa universidade, que é a permanência estudantil. As bolsas de auxílio para muitos, são a forma de se manter no curso e a universidade pública deve oferecer condições mínimas para que o aluno se mantenha.

É inaceitável que o estudante que recebe a bolsa auxílio seja utilizado como mão de obra barata para realizar funções administrativas dentro da própria universidade. Sabemos que essa situação é reflexo de anos e anos de implementação do projeto neoliberal para educação que sucateam a universidade pública.

Por acreditarmos que só a luta é capaz de alterar a realidade imposta, apoiamos a manifestação dos alunos da UFES.

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física**  
**Gestão 2010/2011**

## **Nota de Repúdio a Gestão do DCE da PUCRS**

A **EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA** repudia atual gestão do DCE da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Essa gestão representa retrocesso nas lutas estudantis por democracia, pois faz parte de uma máfia que se encontra há anos na direção do DCE, por meios fraudulentos e cheio de violência, como os acontecimentos das últimas semanas. Não é de hoje que esse DCE é alvo de acusações e processos, por fraude, violência, assassinato, perseguição política aos estudantes que não concordam com seus métodos e gestão.

No último dia 13 de junho, duas estudantes foram agredidas com violência física, moral e sexual por integrantes dessa máfia, isso é intolerável, inadmissível. Prestamos **TODO** nosso apoio às lutadoras e lutadores da PUC-RS. **FORA MÁFIA! PUNIÇÃO AOS AGRESSORES!**

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física  
Gestão 2010/2011**

## **MOÇÃO DE APOIO AOS ESTUDANTES DA UESB**

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) vem por meio desta manifestar seu apoio aos estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB que se colocam em luta, por meio de uma série de mobilizações em defesa da Universidade autônoma, gratuita, pública, de qualidade e referenciada socialmente.

Entendemos que a defesa da Universidade como uma ferramenta a serviço das maiorias sociais é histórica, já que desde o governo Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil entra de cabeça na lógica do capitalismo neoliberal, regida pelo Banco Mundial e FMI, a Universidade Pública passa de uma vez por todas a fazer parte da agenda de privatizações. O governo Lula, que segue a mesma política econômica de FHC, não muda o caráter neoliberal da economia nacional, muito pelo contrário, os seqüenciados projetos de lei, decretos e propostas do governo abrem o caminho para a privatização, não apenas da estrutura física das Universidades, mas também do conhecimento desenvolvido no seu interior. Realizando o desmonte do ensino superior público e rompendo totalmente com a função social da universidade em fazer enfrentamento às demandas estruturais da contraditória realidade brasileira.

A ExNEEF luta pela construção do Projeto Histórico Socialista, e consideramos justo, necessário a luta em torno de um projeto de Universidade e Formação que esteja de acordo com o interesse dos trabalhadores e é por isso que nos somamos à luta desempenhada pelos estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Deixamos aqui nosso apoio à luta pela assistência estudantil e por melhores condições estruturais e administrativas na universidade.

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física  
Gestão 2010/2011**

## **Moção de Repúdio ao despejo dos moradores da Ocupação Guerreiros Urbanos**

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física repudia o despejo realizado no último dia 13 de dezembro pela Polícia Militar do Rio de Janeiro a mando do governo fascista de Sérgio Cabral e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A ocupação Guerreiros Urbanos foi duramente reprimida pela polícia militar, que usou spray de pimenta, espancou e prendeu alguns militantes. Na ocupação se encontravam mulheres, crianças e até uma gestante. Já está se tornando rotina na cidade do Rio de Janeiro a repressão aos movimentos sociais e a criminalização da pobreza (vide o episódio recente no Complexo do Alemão). Essa onda de repressão se agrava com a realização dos megaeventos esportivos, que exige a remoção de milhares de famílias, principalmente de áreas prioritárias para o setor imobiliário, e instaura um clima de terror com sua política de “segurança”.

Defendemos a luta dos trabalhadores Sem-Teto! As políticas elaboradas pelos governos não atendem a demanda dos trabalhadores, mas sim os interesses das grandes empresas da construção civil e a especulação imobiliária. O programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida” é um exemplo disso: Lula entrega milhões de reais para os grandes empresários enquanto a população continua sem ter seus interesses atendidos.

Ratificamos nosso repúdio à truculência da PM-RJ e do Governo Sérgio Cabral que demonstram sua política de repressão aos movimentos sociais e criminalização da pobreza. Repudiamos também as políticas realizadas na área da habitação que atendem o interesse dos grandes empresários.

**Contra a Repressão aos movimentos sociais e a criminalização da pobreza!**

**Contra o Governo Sérgio Cabral!**

**Por uma política de habitação que atenda os interesses dos trabalhadores!**

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física  
Gestão 2010/2011**



## MOÇÃO DE APOIO A OCUPAÇÃO DA REITORIA DA UFS

A **Executiva Nacional de Educação Física (ExNEEF)** e o **Centro Acadêmico de Educação Física da UFS (CAEF/UFS)**, vem através deste, mostrar apoio aos estudantes que ocupam nesse momento a reitoria da Universidade Federal de Sergipe por compreender ser justa a luta travada por uma educação verdadeiramente pública, gratuita e de qualidade. Acreditamos que essa ocupação, impulsionada inicialmente pel@s estudantes de Comunicação Social, é uma importante forma de resistência na universidade e que a luta dos comunicadores sociais não se encontra isolada do resto da universidade, por isso aderimos à causa somando forças nesta luta conjunta.

Entendemos que o Movimento Estudantil deve fazer parte da formação da/do estudante assim como o tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso reforçamos a urgente necessidade de estarmos juntos nessa batalha, entre tantas outras já travadas no país nos últimos anos.

Por fim, expressamos claramente que somos contra qualquer concepção de educação que a configura voltada para os interesses do mercado, não preocupada com a libertação do indivíduo e como sujeito coletivo e transformador da sociedade. Só a luta muda a vida, chega de migalhas.

CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
GESTÃO - EDUCAÇÃO FÍSICA É UMA SÓ!

03 de Junho de 2011







APOIO:



**SINDISPREV-RS**

**DAEFi**  
**ESEF-UFRGS**  
"A Luta Não Pode Parar"

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física**  
**Gestão 2010/2011**

---

**Av. Prof. Melo de Moraes, 65 - Cidade Universitária**  
**CEP: 05508-030 - São Paulo - SP.**